

Avante!

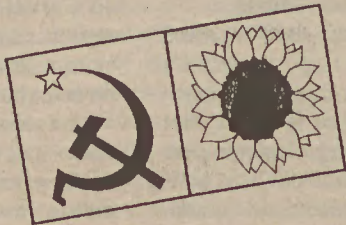
Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
17 de Junho de 1993
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
N.º 1017
Director:
Carlos Brito

Carlos Carvalhas
na apresentação
de candidatos no Porto

Em face das práticas e projectos do PS e PSD o decisivo é a eleição dos candidatos da CDU



Págs. 4 e 5

Por iniciativa do PCP
Parlamento debate hoje
Lei de Bases
da Política Agrária

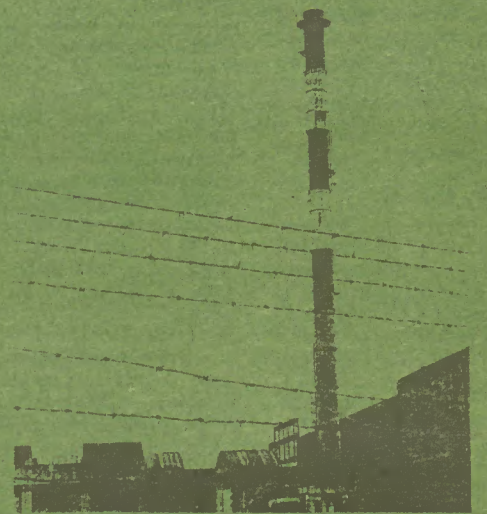
Pág. 12



A «Cultura» PSD

Tudo
ficou pior
com a
reestruturação
da SEC

Pág. 18



*Siderurgia
Nacional
vira
entrepasto
luso-espanhol*

Pág. 26

Um novo
Centro
de Trabalho
do PCP

Pág. 9

Págs. 24 e 25

Faltam
10 semanas

FESTA
1993
Avante!



Estudantes invadem Reitoria

RESUMO

8 Terça-feira

Na sequência da demissão de Carlos Borrego, Cavaco Silva convida Teresa Gouveia para titular do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais ■ A Associação Nacional dos Municípios Portugueses defende que a gestão dos recursos hídricos seja feita pelas administrações das bacias hidrográficas, com uma participação igual do poder local, administração central e utilizadores ■ Os alunos da Escola Técnica dos Serviços de Saúde ocupam as instalações do estabelecimento reclamando a integração no ensino superior politécnico ■ O presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, manifesta o interesse no regresso de Jorge Braga de Macedo a Bruxelas ■ Um tribunal de Montpellier condena o centro de transfusões de sangue daquela cidade a pagar cerca de 120 mil contos de indemnizações a dois irmãos hemofílicos contaminados por produtos sanguíneos.

9 Quarta-feira

Em protesto contra a ausência de resposta da Secretaria de Estado da Indústria ao projecto de modernização de uma empresa, trabalhadores têxteis cortam à tarde, em Gouveia, a estrada da Beira ■ A Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República começa a debater a futura Lei de Segredo de Estado ■ Três toneladas de droga, provenientes de Marrocos, são apreendidas em Alvor, perto de Portimão ■ O relatório da Comissão Parlamentar de Agricultura da Assembleia da República, cuja redacção competiu a António Morgado, relator do PSD, nega a existência de «vacas loucas» no nosso país ■ Em Washington, os observadores do processo de paz angolano advertem a UNITA para os riscos que corre ao persistir na continuação dos combates e ao recusar-se voltar à mesa das negociações.

10 Quinta-feira

A mascote e o símbolo da Expo-98 são apresentados, com pompa e circunstância, durante uma cerimónia pública realizada no Centro Cultural de Belém ■ Termina a época de futebol 1992/93 com a realização, no Estádio do Jamor, da final da Taça de Portugal, com a vitória da Benfica sobre o Boavista por 5-2 ■ A NATO coloca à disposição da ONU os seus aviões de combate destinados alegadamente às operações de protecção aos capacetes azuis a enviar para as «zonas de segurança» da Bósnia ■ Começa em Viena o Fórum Internacional das Organizações não-governamentais sobre os Direitos Humanos.

11 Sexta-feira

Centena e meia de trabalhadores da Torralta manifestam-se em Lagos, Meia Praia e Alvor contra os salários em atraso de Março, Abril e Maio ■ O representante especial do Conselho Nacional da Resistência Maubere, José Ramos Horta, desafia as autoridades indonésias a mostrarem publicamente Xanana Gusmão ■ Os liberais alemães elegem, em Munster, Klaus Kinkel para a liderança do FDP, substituindo Otto Lambsdorff ■ O representante da ONU, Aldo Ajello, declara em Maputo que o processo de aplicação do acordo de paz para Moçambique deverá ter uma nova dinâmica a partir da próxima semana.

12 Sábado

É debatida em Sintra, durante o I Fórum da Comunicação Social, a situação da imprensa regional ■ Numa moção aprovada, o Sindicato dos Funcionários Judiciais declara-se disposto a recorrer à greve após as férias, caso o Governo não reabra as negociações sobre o seu estatuto ■ Durante as últimas 24 horas, a UNITA desencadeia dois novos ataques em território angolano que causam a morte a 55 pessoas e ferimentos em outras cem ■ Aviões e helicópteros de combate da ONU destroem em Mogadíscio a rádio e os depósitos de armas do general Mohammad Farah Aidid.

13 Domingo

Durante um convívio com eleitos da CDU nas autarquias e dirigentes de colectividades, Carlos Carvalhas exige que seja aprovado, antes das eleições autárquicas, um conjunto de medidas que valorizem e dotem as juntas e assembleias de freguesia de condições adequadas ao desenvolvimento do seu trabalho ■ A senhora Tansu Ciller é eleita presidente do Partido da Via Justa, na Turquia, pelo que vai ser indigitada a formar novo Governo ■ O general Mohamed Farah Aidid acusa o Presidente Clinton de ser o responsável pela morte, pelo menos, de 14 manifestantes somalis abatidos em Mogadíscio por capacetes azuis paquistaneses ■ No encerramento de uma conferência em Copenhaga, é afirmado que atingiu 50 milhões o número de pessoas com rendimentos abaixo do limiar da pobreza nos países da Comunidade Europeia.

14 Segunda-feira

Utilizando o tempo de antena do Governo, o ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, afirma numa intervenção na RTP que é «uma campanha irresponsável» a actual discussão acerca da existência das chamadas «vacas loucas» no nosso país ■ Discursando na Assembleia Nacional, o primeiro-ministro angolano, Marcolino Moco, denuncia os constantes apoios externos que continuam a ser prestados à UNITA, designadamente a partir do Zaire ■ A Frente Democrática Indonésia, em comunicado tornado público em Lisboa, exige a libertação de Xanana Gusmão ■ Rudolf Scharping é eleito presidente do Partido Social-Democrata (PSD) alemão.

15 Terça-feira

Centenas de estudantes invadem as instalações da Reitoria da Universidade de Lisboa, como forma de protesto contra as propinas ■ Mineiros da Panasqueira decidem, em plenário geral, marcar uma greve de 24 horas para o próximo dia 25, em defesa de aumentos salariais que a empresa recusa negociar antes de 1995 ■ Cerca de noventa e três mil alunos fazem a prova de aferição, sucedânea da PGA ■ Timor e Angola são os dois principais temas do encontro do chefe da diplomacia portuguesa, Durão Barroso, e do secretário-geral da ONU, Butros Ghali, que decorreu em Viena durante a Conferência Mundial dos Direitos Humanos ■ Pela primeira vez desde o início da guerra na Bósnia, os comandantes militares sérvio, croata e muçulmano, reunidos em Sarajevo sob a égide da ONU, assinam um acordo incondicional de cessação de todas as hostilidades ■ Negociações de paz israelo-palestinas recomeçam em Washington.

EDITORIAL

A Fraude

A Federação dos Sindicatos da Função Pública e vários sindicatos do sector têm vindo a denunciar, com muita insistência, a escandalosa inoperância da fiscalização da cobrança dos impostos perante uma situação em que se agravam e generalizam a fuga e a fraude fiscais.

É uma situação especialmente revoltante por se tratar de um privilégio conferido aos meios do capital e aos altos rendimentos, enquanto os trabalhadores por conta alheia são compelidos pelo sistema a pagar implacavelmente os seus impostos, suportando a mais larga fatia das receitas fiscais do Estado.

Confirmando a situação denunciada, o Banco de Portugal vem agora reconhecer que as dívidas ao fisco atingem cerca de 570 milhões de contos, o que, conjuntamente, com a redução das receitas resultante da recessão económica, explicaria as dificuldades de tesouraria que o Governo já não esconde.

O Governo não pode ignorar, também, a impaciência e a indignação com que a opinião pública reage aos escândalos fiscais e para dar a ideia de que há fiscalização anuncia uma vasta operação de fiscalização e controlo de empresas e particulares e altera o regime jurídico que pune os crimes fiscais, prevenindo até a pena de prisão, naturalmente em circunstâncias excepcionais.

Ora estas campanhas e medidas são vivamente desmascaradas pela Câmara dos Técnicos de Contas, em declarações de um seu porta-voz publicadas no "Expresso", como "poeira para os olhos das pessoas" porque o Governo cedeu às "altas pressões das confederações patronais". A Câmara acusa, em comunicado citado no mesmo jornal: "objectivamente, o Governo dá cobertura a todos os tipos de malabarismos contabilísticos que têm em vista defraudar o Estado e penalizar os contribuintes honestos".

Trata-se de uma séria e grave acusação que visa em especial a Secretária de Estado Manuela Ferreira Leite, a quem é imperioso exigir cabais esclarecimentos. Assim, o Governo não só não combate como devia, através da fiscalização, a fraude fiscal, como é, ao menos objectivamente, conivente com ela por não produzir a legislação que poderia contribuir para a eliminar ou reduzir.

A política fiscal do Governo é particularmente importante para desvendar a sua verdadeira natureza. Por um lado, congemma a lei dos disponíveis alegadamente para diminuir as despesas públicas através da redução drástica do número

de funcionários do Estado, que está demonstrado não é excessivo (é até relativamente dos mais baixos dos países da CEE), mas por outro lado deixa a rédea solta à fuga e à fraude fiscais impedindo por esta forma que aumentem as receitas públicas.

Na verdade, de acordo com esta filosofia quanto menor for o número de funcionários para fiscalizar, tanto maior será a liberdade para os burlões e especuladores.

Não pode espantar esta atitude permissiva do Governo em relação à fraude fiscal, pois, a fraude tem-se tornado um dos instrumentos mais cultivados pela acção governativa do PSD.

Atente-se, por exemplo, na fraude das privatizações, apresentadas ao país como factor de modernização, de progresso e independência,

Não pode espantar esta atitude permissiva do Governo em relação à fraude fiscal, pois, a fraude tem-se tornado um dos instrumentos mais cultivados pela acção governativa do PSD.

na verdade uma das causas maiores da crise em que o país está mergulhado, um processo escandaloso de grandes negociatas, tráfico de influência, sombrios conluios entre o Governo e o grande capital através do qual os grupos monopolistas do tempo de fascismo e outros novos estão em constituição ou se entregam ao capital estrangeiro alavancas fundamentais da economia nacional.

Repare-se, igualmente, na fraude dos números do desemprego com a suspensão da publicação dos que mais se aproximam da realidade - os dos Instituto do Emprego e Formação Profissional - por decisão do Governo logo que atingiram proporções que desmentiam a ficção do "oásis".

Lembre-se, também, a fraude do relatório da Inspecção Geral de Saúde sobre as mortes dos hemodialisados do Hospital de Évora que teve artes de isentar todos os responsáveis, incluindo o primeiro de todos os culpados, o Ministro Arlindo Carvalho, que todo o país se espanta não tenha tido sorte igual ao ex-ministro Borrego, que se permitiu fazer humor com a tragédia.

Considere-se por fim, a mais colossal de todas as fraudes, a fraude da estabilidade permanentemente invocada pelo Primeiro

Ministro e o Estado-Maior de um Governo que promoveu a completa desestabilização da vida nacional desde a destruição do aparelho produtivo à desorganização da administração pública, dos serviços de saúde, da segurança social, do ensino, aprovando e advogando, ao mesmo tempo, despedimentos maciços e inventando "os disponíveis" e com tudo isto provocando em grande parte da população o sentimento de angústia e insegurança pelo dia de amanhã como raramente terá acontecido no país.

É uma impostura das mais gritantes que os responsáveis pelo Governo que assim procede tenham usado precisamente o argumento da estabilidade para lançarem uma operação de guerrilha institucional e se insurgirem contra um jantar do Presidente da República com personalidades políticas onde segundo alegaram se terá falado da crise que afecta o país e da competência presidencial de dissolução da Assembleia da República, provocando a queda do Governo.

A fraude não tem limites para a governação de Cavaco Silva!

Falando de fraudes, desejava-se naturalmente que fossem fraudulentas as novas afirmações de grande impacto atribuídas a Daniel Bessa na revista "Valor".

O "ministro sombra" do PS para a área económica, além da geral concordância com o PSD em matéria de integração europeia, defendeu, nada menos, do que as taxas moderadoras de saúde, o aumento das propinas, os esquemas privados de segurança social, (tudo para aligeirar os encargos orçamentais), defendeu ainda a aceleração das privatizações da TAP e dos bancos que ainda o não foram totalmente e o aumento da carga fiscal sobre as camadas de maiores rendimentos.

Afinal, o novo porta-voz do PS só desmentiu a última afirmação não sabemos se na totalidade se só na parte relativa às camadas de maiores rendimentos.

Tudo mais é verdadeiro, portanto!

Isto é, segundo o responsável pela política económica do PS a alternativa socialista nestas importantes questões é igual à política do Governo do PSD.

Bem gostaríamos que o PS pelas suas posições e sobretudo pela sua prática fosse capaz de demonstrar que não é assim. A experiência não permite acalentar muitas esperanças.

O que torna mais difícil isolar e derrotar as fraudes do PSD, são as fraudes do PS.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47056. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 814 61 73

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra

Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 68/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Composto e Impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Com a presença de Carlos Carvalhas e Luís Sá

Seminário «Viver a Cidade

A gestão urbana na década de 90

Promovido pela Comissão Junto do CC do PCP para o Trabalho nas Autarquias, realizou-se anteontem, no Hotel Plaza, em Lisboa, o Seminário «Viver a Cidade — A gestão urbana na década de 90», cuja intervenção central esteve a cargo de Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, e que passamos a transcrever. Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, encerrou os trabalhos com uma intervenção de que damos alguns excertos.

«Na abertura de um Seminário sobre a cidade e a vida que nela decorre, seria talvez oportuno pensar este conceito. Não o faremos neste lugar. Mas é importante sublinhar a diferença entre o conceito legal e o conceito económico e demográfico», começou por dizer Luís Sá, prosseguindo.

«É evidente que têm vindo a ser criadas múltiplas cidades sem que daí decorram quaisquer consequências práticas. Há vontade política de lisonjear povoações e as respectivas populações, mas não decorre daí uma vontade séria de promover a qualidade da vida urbana. Não parece tão nítida, para não dizer que não existe mesmo, qualquer concepção coerente, no Governo e na maioria parlamentar, do que deve ser o fenómeno urbano, em particular Lisboa e Porto e as suas áreas metropolitanas, as cidades do interior e de média dimensão. Um recente documento intitulado «Opções Estratégicas — Preparar Portugal para o Século XXI» ou é um conjunto de lugares comuns, ou uma colecção de promessas que contrariam, em particular no sector da habitação, o que tem sido a prática do Governo.

«O diagnóstico do que se passa é fácil, foi mil vezes repetido e não tem que o ser uma vez mais. Mais do que repeti-lo, recorrendo ao contestado Censo de 91 e a outros elementos, parece-me oportuno sublinhar que a situação deplorável foi travada e minorada nalguns aspectos devido ao gigantesco esforço do Poder Local democrático e do associativismo popular.

«Esbulhadas de verbas, privadas de parte das suas atribuições e competências e sobrecarregadas de encargos, vítimas do centralismo e da burocracia, as autarquias, sobretudo de maioria CDU, desenvolveram teimosamente uma actividade essencial, que deveria ser apoiada e estimulada e, com frequência não o foi.

«Em Lisboa, uma nova gestão do PS e PCP e outras forças democráticas, enfrentou uma pesada herança e lançou as bases para outra política, ao mesmo tempo que animou a cidade, apoiou a escola e as colectividades, a juventude e o desporto. Por mais que se pretenda dar outra imagem, o papel do PCP em Lisboa é indispensável e mostra com clareza as virtualidades da colegialidade e do entendimento democrático.

«Nos outros onze municípios que a CDU administra na área metropolitana de Lisboa há uma obra vastíssima, que não teme comparações, mesmo se houve que enfrentar a pesada herança decorrente do caos financeiro em que o PS deixou o Montijo e os problemas criados pelas indemnizações compensatórias pelos transportes colectivos municipais do Barreiro que o Governo não assegurou. Mas não importa sublinhar apenas a obra feita. Importa também valorizar o estímulo à democracia participativa e mesmo o recurso ao trabalho voluntário que

tem vindo a ser estimulado.

«Em cidades de média dimensão que a CDU administra, tais como Évora, Beja e outras, verificou-se um sério esforço de dinamização económica, turística, e animação cultural, a par da construção de infra-estrutura e de equipamentos e da recuperação do património. A obra feita não só combateu tendências para a decadência e depressão, como conseguiu muitas vezes a sua inversão, apesar das tendências globais decorrentes da política de direita.

«Também na Área Metropolitana de Lisboa, a presença maioritária da CDU na Junta Metropolitana foi e é uma garantia de dinamismo e de aproveitamento das possibilidades existentes. Ests são, porém, demasiado escassas, e é necessário que sejam aumentadas. Impõe-se, também, reforçar a cooperação entre os municípios e explorar todas as formas antigas e novas de articulação com órgãos da Administração Central, incluindo as empresas públicas.

«Em situações de minoria como a de Sintra ou Cascais, a CDU teve um papel de denúncia firme de atrocidades urbanísticas e outras, da responsabilidade do PSD, com a frequente convívência do PS. O PCP e a CDU descobriram há muito estes factos, realizaram múltiplas iniciativas e apresentaram propostas concretas sobre situações como a área protegida, os PDM's, as urbanizações, que o PS parece que descobriu só agora, para efeitos estritamente eleitorais. Esqueceu ou procura fazer esquecer que a acção dos seus eleitos está associada aos principais e mais graves crimes urbanísticos que degradaram e mutilaram, nalguns casos irremediavelmente, parcelas significativas do território do município de Sintra. É da responsabilidade dos vereadores do Partido Socialista, que deram o seu voto e o apoio que o PSD e o CDS necessitavam para aprovar a urbanização da Quinta de Fiteares, que destruiu a maior zona verde e de lazer de Rio de Mouro e Cacém; a urbanização da Quinta da Samaritana, em Belas; a urbanização do Casal dos Quintelas, em Queluz; as construções no centro do Cacém, sobre a principal linha de água; ou as construções junto à linha de caminho-de-ferro na estação de Queluz, só para citar alguns exemplos. Não há nenhum candidato do PS ou PSD que possa produzir belas palavras e apresentar-se de mãos limpas, depois de tantas e tão graves cumplicidades!

«Reafirmamos os nossos objectivos de ganhar a Câmara de Sintra, não só porque somos a força mais bem colocada do ponto de vista eleitoral, mas também porque temos o candidato que mais conhece o concelho e os problemas autárquicos e que já mostrou claramente a sua grande competência e vastos conhecimentos. Também em Cascais o candidato apresentado pela CDU caracteriza-se pelas provas dadas e enraizamento profundo no concelho, como é nossa preocupação constan-



te. Será essa a linha que adoptaremos também noutros concelhos como Oeiras: candidatos conhecidos, ligados às realidades locais, que não favoreçam a substituição do Poder Local e da democracia por uma «telecracia» sem resultados favoráveis para as populações.

«Noutros municípios urbanos de presidência PS, por outro lado, parece evidente que não houve, muitas vezes, a capacidade de definir um entendimento diferente de cidade, subordinado aos interesses das populações e privilegiando espaços verdes e equipamentos suficientes e combatendo a especulação imobiliária desenfreada, com base na negociação e na exigência de contrapartidas de interesse público.

«Não temos uma visão maniqueísta»

«Não temos uma visão maniqueísta do que se passa no Poder Local. Nem tudo o que foi feito por outras forças políticas foi negativo. Mas é evidente que se verifica no PCP e na CDU um dinamismo no trabalho e uma firmeza no apoio às reivindicações populares que têm sido valiosas para a população dos centros urbanos. Temos que continuar a fazer tudo o que pudermos para procurar garantir mais e mais a participação dos cidadãos, com formas inovadoras e outras já conhecidas, bem como a transparência e a honestidade, a celeridade das decisões e a qualidade do atendimento do público.

«Hoje, em período de pré-campanha eleitoral, pode haver um aparente consenso de objectivos. Mas é evidente que não há, nem houve, ao longo dos anos, um consenso de práticas políticas e que as palavras do PS e do PSD sobre a cidade não têm por detrás uma actuação que lhes possa dar coerência e consistência.

«Conservar e reforçar as posições do PCP e da CDU na Área Metropolitana de Lisboa e nas cidades de média dimensão representa uma garantia para os seus habitantes e para o País.

«O PSD tem, sem escrúpulos, recorrido a tudo para alcançar os seus objectivos. Recordem-se casos vergonhosos como os desalojados de Camarate ou a questão do Centro de Hemodiálise do Hospital de Évora, antecedido de mais de meia dúzia de inspecções e inquéritos só neste

mandato. Recordem-se também outras tentativas de imputar às autarquias e responsabilidades das situações sociais e ambientais criadas pela política do Governo.

«O PS, pelo seu lado, depois de ter inviabilizado entendimentos para derrotar a direita de forma segura, em particular na Área Metropolitana de Lisboa, aplica-se em *shows* para efeitos mediáticos, protagonizados por pessoas sem experiência autárquica e sem ligações aos municípios a que se candidatam. Por vezes, nas suas declarações, mostram uma total ignorância dos assuntos de que falam e até da legislação que regula os actos da Administração Pública.

Carlos Carvalhas: «Há que estimular a democracia participativa»

«Uma política de concentração da riqueza e de acentuação das desigualdades tem os seus reflexos e expressão na vida das cidades, e nos seus estratos populacionais», afirmou a dada altura Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, na intervenção com que encerrou este Seminário «Viver a Cidade».

«Na Área Metropolitana de Lisboa — frisou —, as autarquias da CDU têm levado à prática uma política que tem resolvido muitos dos problemas das populações e atenuado os efeitos negativos da política governamental.

«E, numa altura de crise e de grande ofensiva antisocial, mais importante se torna ainda a eleição de candidatos da CDU, homens, mulheres e jovens, devotados às causas mais generosas e empenhados em dar resposta aos problemas dos cidadãos.

«Uma política assente em opções sociais e económicas, como a do PSD, memoriza os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos das camadas mais desfavorecidas, de usufruir de uma cidade organizada em função do seu bem-estar. Os problemas das cidades reflectem os sintomas de uma causa mais profunda, a falta de uma política integrada de planeamento que compatibilize o ordenamento do território com um efectivo desenvolvimento económico, e que não sacrifique a qualidade do urbanismo e a qualidade de vida aos lucros especulativos de um pequeno número».

E o Secretário-Geral do PCP assinalou, mais adiante:

«O PCP ganhou grande influência nos meios urbanos, em particular na área metropolitana de Lisboa, porque as populações conhecem aí de perto o trabalho da CDU, e os que menos têm e mais sofrem viram neste Partido e na CDU a esperança e o apoio para enfrentarem as gravíssimas situações a que foram sujeitos. E é evidente que, onde a CDU está à frente das autarquias, a vida melhorou em muitos aspectos, com destaque para as infra-estruturas, os equipamentos sociais, as actividades culturais e desportivas, o apoio à criança, à juventude e à terceira idade.

«Mas também é evidente que muitos outros problemas continuam em aberto.

«É necessário ter em conta o carácter agudo dos problemas existentes e tomar medidas concretas que permitam enfrentá-los.

«É necessário um combate firme não só aos fenómenos de pobreza, desemprego, mas também aos fenómenos de marginalização e desenraizamento. Estes últimos exigem o prosseguimento e aprofundamento das acções culturais e recreativas promovidas pelo Poder Local e o combate aos fenómenos de racismo e xenofobia. Mas impõem também o estímulo a todos os mecanismos de democracia participativa, porque não queremos nem aceitamos que o voto periódico seja o princípio e o fim dos direitos dos cidadãos. Os mecanismos de administração aberta e a multiplicação dos mecanismos de informação e participação podem ser contribuições nesse sentido». Considerou Carlos Carvalhas.

PCP

Em jantar com meio milhar de pessoas CDU apresenta candidatos ao distrito do Porto

Com a presença do Secretário-Geral do PCP, **Carlos Carvalhas**, cerca de meio milhar de pessoas participaram, com enorme entusiasmo, no passado dia 8 de Junho, num jantar realizado num hotel da cidade do Porto, para a apresentação pública dos cabeças de lista da CDU (já designados), candidatos às Câmaras e Assembleias Municipais do distrito do Porto.

Raul de Castro, da Intervenção Democrática, abriu a sessão com uma saudação à CDU, passando de seguida a apresentar um por um os diversos candidatos, entusiasticamente aplaudidos pela assistência.

Referiu ainda os nomes de algumas das personalidades da vida política, social e cul-

tural que apoiam as listas da CDU (ver caixa), posto o que deu a palavra à cabeça de lista à Câmara Municipal do Porto, **Ilda Figueiredo**.

Ilda Figueiredo iniciou a sua intervenção congratulando-se pelo facto de já estarem decididos os encabeçamentos das listas da CDU às Câmaras e Assem-

bleias Municipais dos municípios do distrito. Disse ainda que se encontram numa fase adiantada de elaboração as listas de cerca de 200 freguesias. Continuando na sua exposição, reafirmou «a determinação da DORP do PCP em apresentar listas da CDU em todos os municípios e na generalidade das freguesias do distrito do Porto, em dinamizar a actividade e realizar um trabalho activo de contactos com as populações, de apresentar propostas e candidatos que dêem resposta às enormes carências da região e sejam a

única alternativa válida para lutar pelo desenvolvimento do distrito e impedir uma política autárquica como aquela que tem sido praticada pelo PS, PSD e CDS na generalidade dos municípios, com indesmentíveis e lamentáveis reflexos no Distrito do Porto, fazendo com que este seja uma das zonas mais carenciadas do País.»

Mais adiante, Ilda Figueiredo manifestou confiança nos próximos resultados eleitorais, «tendo em linha de conta o trabalho realizado ao longo dos mandatos pelos eleitos da CDU,

manifestamente reconhecido pelas populações, reflectido no acolhimento recebido pela CDU nos contactos e visitas realizadas e o apoio já manifestado por personalidades destacadas da vida cultural e social do distrito.»

Denunciou ainda o ambiente de «auténtica promiscuidade política» que se vive no PS e no PSD, com contínuas transferências de candidatos, «ao sabor de interesses pessoais e estratégias partidárias que nada têm a ver com os interesses das populações.»

A terminar Ilda Figueiredo afirmou que «a única política alternativa na região é aquela que a CDU apresenta, mas para que se torne realidade é imperioso um grande reforço da votação na CDU nas próximas eleições autárquicas», manifestando a convicção que, «com determinação, coragem e muito trabalho esse objectivo será alcançado, contribuindo assim para a resolução dos problemas da região e para a construção da alternativa que o distrito do Porto tanto precisa.»

Carlos Carvalhas, no Porto

Em face de práticas e projectos do PS e do PSD o factor decisivo é a eleição dos candidatos da CDU

Camaradas e amigos

Queria, em primeiro lugar, saudar todos os presentes, saudar todos os democratas que, não pertencendo ao meu Partido, se quiseram associar connosco, neste acto solene, mas também de convívio e alegria, de apresentação dos candidatos da CDU. Queria também agradecer o terem-me convidado a estar aqui convosco.

Com o acto de hoje podemos dizer, com verdade, que temos candidatos apresentados em mais de uma centena de municípios e largas dezenas de freguesias, e em mais de 30 dos 50 municípios de presidência CDU. São candidatos de grande valor, ligados às populações e aos problemas locais e regionais.

E, sobre esta apresentação, creio ser de ressaltar que entre nós não há candidatos impostos pela direcção nacional, contra a vontade das estruturas locais, dos militantes e activistas. Não há concelhias a demitirem-se em protesto. As decisões são democráticas e resultam da participação e debate de quem quer e deve participar.

Mas gostaria ainda de acrescentar três observações que consideramos oportunas.

A primeira, para sublinhar o largo número de candidatos independentes nas nossas listas. Há quem tenha descoberto só agora os independentes, aliás, muitas vezes, no quadro de campanhas de inspiração antidemocrática contra os partidos.

Por nós, temos afirmado que os independentes são membros de pleno direito da Coligação.

Pre vemos ter cerca de 40% de independentes nas listas da CDU. São independentes grande parte dos candidatos apresentados e a apresentar.

Permitam-me, por isso, que saúde, em nome do PCP, todos os candidatos e activistas sem partido que estão ao lado do PCP, do PEV e da ID em mais esta batalha em defesa dos interesses das populações e dos direitos do povo português.

A segunda observação, para chamar a atenção para a qualidade e características dos candidatos escolhidos. Optamos por candidatos prestigiados e bem ligados às populações. Não somos adeptos de candidatos a vedetas, sem inserção local. Esse tipo de escolhas, em geral, desvirtua a própria natureza e virtualidades do Poder Local, como órgãos de administração mais próximos das populações e que, por isso mesmo, devem ser compostos por eleitos inseridos no seu seio.

A terceira observação destina-se a sublinhar que a democraticidade do Poder Local depende de se respeitar a colegialidade dos executivos, de aumentar o papel das freguesias e das assembleias autárquicas.

Nós rejeitamos a concepção que pretende ver nas eleições para o Poder Local uma disputa bipolarizada em torno de quem vai ser o Presidente de Câmara. Em face da proximidade de práticas e projectos do PS e do PSD, o factor decisivo que pode determinar a diferença é a eleição dos candidatos da CDU para câmaras, assembleias e freguesias. O chamado voto útil no PS é completamente inútil em face da prova dos factos. E temos tantas mais razões para o afirmar quanto mostramos a nossa disponibilidade para acordos com o PS para derrotar a direita. Quem a rejeitou, não tem agora o direito político nem moral de pedir os votos da CDU.

O PS, ao propor que acabe a eleição directa e por representação proporcional das câmaras, mostrou que se opõe a órgãos com composição democrática e pluralista, resultantes directamente do voto popular. Não é essa a nossa opinião. A CDU, mesmo que em minoria, é essencial para dinamizar os órgãos autárquicos, apresentar soluções, lutar por alternativas, combater irregularidades e a corrupção. Essa presença, em muitos casos, é mais importante e tem mais resultados práticos do que outras escolhas apresentadas como decisivas.

Ministro das Finanças personagem de Voltaire

A CDU é uma grande força do Poder Local. Tem uma imensa obra feita, que melhorou a vida, atenuou dificuldades, resolveu muitos problemas.

Numa situação de crise e recessão, que parece que só o Ministro das Finanças não vê, tal como o personagem de Voltaire, é ainda mais importante ter nas autarquias vozes que se ergam em defesa dos trabalhadores, dos agricultores, dos jovens, das mulheres, dos idosos, dos desempregados, dos excluídos e marginalizados.

Numa situação em que se agravam as assimetrias e a macrocefalia lisboeta, é mais importante ainda que se ergam vozes que, sem demagogia, sem procurar explorar sentimentos de regionalite, mas antes com serenidade e seriedade apresentem projectos capazes de reequilibrar o País, garantindo o desenvolvimento do Norte e do interior do País, e lutando pela justiça social. São incoerentes os que afirmam lutar pelos direitos do Norte, sobretudo em anos eleitorais, mas nada fazem para lutar pela regionalização e por uma política e prática diferentes do Governo e do Poder Local.

Numa situação em que crescem as dificuldades e o descontentamento social e político, é ainda mais importante fortalecer a CDU, cujos eleitos são os que deram e dão provas de firmeza e coerência na luta, que não desistem e que são, e não podem deixar de ser, um núcleo fundamental de uma alternativa democrática à actual política e ao actual Governo.

Recusamos como falsa e prejudicial às populações a bipolarização artificial da vida política, no País, nos municípios e nas freguesias. Rejeitamos a tentativa de criar um rotativismo do tipo «agora mando eu, depois mandas tu», sem mudar nunca de orientação nem de política nas questões essenciais.

A verdade é que a CDU é indispensável como força que gere 50 municípios, a capital do País em conjunto com o PS, e 345 freguesias e que participa em minoria com resultados

concretos em muitas outras autarquias. E é com a CDU que pode haver uma alternativa, não só de pessoas mas também de orientação política e de prática do exercício do poder.

O PSD recorre a tudo e abusa das posições no aparelho de Estado para tentar captar o apoio das populações. Mas a prática dos sacos azuis, à custa do Orçamento do Estado, não



Pormenor do jantar CDU no Porto, durante a intervenção de Carlos Carvalhas (foto de Rui Varejão)

apaga a sua política anti-social e a sua política centralista e de asfixia financeira das autarquias. Por isso, as eleições autárquicas são também um meio do povo português condenar a política do PSD, contribuindo assim para uma alternativa democrática. Aqueles que nos conhecem de perto sabem bem que nos podemos reclamar dos atributos do trabalho, honestidade e competência, que temos um valioso trabalho nas autarquias, reconhecido mesmo pelos nossos adversários.

A isenção nas atitudes e resoluções, o nosso empenho na resolução dos problemas, a nossa tenacidade em dar voz aos ofendidos e aos que têm sede de justiça, a honestidade no desempenho pessoal dos cargos públicos, o trabalho e dedicação aos interesses do povo exercidos pelos eleitos do PCP e pelos outros democratas da CDU, são a melhor garantia que podemos apresentar às populações.

Em todas as situações, em maioria ou em minoria, a eleição de candidatos da CDU constitui a mais segura e sólida garantia da presença de uma voz empenhada na defesa dos interesses das populações e na exigência de um funcionamento transparente e democrático nas autarquias.

O trabalho realizado pelos eleitos da CDU nas mais diversas situações, em todo o território nacional, o seu património de propostas, soluções e estilo de trabalho, a positiva diferenciação, quer em relação ao PSD, quer em relação ao PS, que, em termos de política nacional e de projecto autárquico, mantém graves aproximações com a política de direi-

PCP



A mesa que presidiu à iniciativa de apresentação das candidaturas CDU ao Distrito do Porto, com Ilda Figueiredo, candidata à presidência da Cidade Invicta, no uso da palavra (foto de Rui Varejão)

Seguiu-se-lhe, no uso da palavra, o candidato independente à AM de Gaia, Alberto Andrade, que referiu «o trabalho relevante e a todos os títulos digno de destaque que Honório Novo tem desenvol-

vido na CM de Gaia», agora cabeça de lista àquela Câmara. Fez um apelo a todos e em particular às mulheres para que colaborem com a CDU nas Autárquicas/93 e terminou dizendo da sua satisfação

e do seu orgulho em ser candidato autárquico nas listas da CDU.

Encerrou a sessão o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, cuja intervenção apresentamos ao lado.

Apoios numerosos e qualificados

Estiveram presentes neste jantar de apresentação dos candidatos da CDU do distrito do Porto cerca de 400 pessoas, entre as quais destacadas personalidades da vida política, social e cultural, nomeadamente os professores universitários Óscar Lopes, Armando Castro, Armando Gomes Sá, Carlos Espain, Domingos Tavares; eng.ª Virgínia Moura, dr. Macedo Varela e dr. Arnaldo Mesquita; os artistas plásticos António Fernando, Rodrigo Cabral, Isabel Cabral, Alberto Péssimo, Acácio Carvalho; os jornalistas Carlos Ferreira, César Príncipe e Júlio Roldão; o maestro Borges Coelho e os músicos Álvaro Salazar e Pedro Abrunhosa; os treinadores de atletismo Bernardino Pereira e Pompílio Ferreira; os dirigentes sindicais Vítor Ranita, Ana Maria Mesquita, Albano Ribeiro, Fernando Oliveira e Mário Soares; e ainda dirigentes regionais e nacionais do PCP, entre os quais Emídio Ribeiro e Jorge Araújo.

Independentes

Entretanto divulgam-se as seguintes personalidades independentes do distrito do Porto que, entre outras, já manifesta-

ram o seu apoio às candidaturas da CDU:

Albertina Dias, atleta; Alcino Soutinho, arquitecto; Alfredo Maia, jornalista; António Soares, engenheiro; Artur Senteiro, gestor; Augusto Amaral, arquitecto e professor da Escola Superior de Belas Artes do Porto; Coelho dos Santos, professor do ensino superior; Cruz Santos, editor; Daniel Espain, professor; Dinis Jacinto, teatrólogo; Filomena Styliano, nutricionista e técnica dos serviços sociais da Universidade do Porto; Helena Gouveia, artista plástica; Helena Morgado, professora universitária; Henrique Silva, artista plástico; Jaime Azinheira, professor do ensino superior e artista plástico; João Resende, médico; José Morgado, professor universitário; José Paiva, pintor; Laura Soutinho; Manuel Alves, dirigente sindical; Manuela Bronze, artista plástica; Maria Daniel Almeida, professora universitária; Maria da Natividade Israel, metodóloga do ensino secundário; Morais Cabral, director bancário; Sá Coimbra, juiz desembargador; Serafim Vieira, funcionário sindical; Sérgio Alexandrino, médico; Siza Vieira, arquitecto; Teixeira Portela, advogado.

ta, levam-nos a encarar as próximas eleições com confiança e serenidade.

Os portugueses sabem e lutam

Camaradas

Vivemos um período particularmente grave da vida nacional. Através da economia de casino, da especulação financeira, das negociatas e do negociadismo, continuam a fazer-se fortunas, enquanto se assiste à asfixia do aparelho produtivo, ao aumento do desemprego e do trabalho precário, e à dramática situação de muitas famílias, bem assim como dos reformados, pensionistas e idosos. Aumenta a concentração da riqueza e alastram as manchas de pobreza, em resultado de uma política errada e injusta.

A política do escudo forte criou sérias e acrescidas dificuldades ao sector exportador. Mas não só. O Banco de Portugal gastou desde Agosto do ano passado (no fundamental para segurar o escudo) metade das reservas em divisas, ou seja, cerca de 2 mil milhões de contos!

Esta é uma responsabilidade que o sr. Primeiro-Ministro não pode eximir-se. Nem pode responsabilizar os outros. É de sua inteira responsabilidade. Como é da sua responsabilidade a política do crédito caro, com a penalização da actividade produtiva e o facto de não se terem aproveitado os anos de uma conjuntura externa extremamente favorável para se melhorar a especialização produtiva do País.

Aliás, é hoje reconhecido que uma boa parte das verbas do PEDIP foram para pagar (juros) os encargos financeiros das empresas e que muito pouco contribuíram para melhorar o perfil de especialização do aparelho produtivo.

A desindustrialização e a subcontratação da nossa economia são um facto, como é um facto a crescente substituição da produção nacional pela produção estrangeira, bem assim como a apropriação de alavancas fundamentais da economia pelas multinacionais.

O Governo prossegue com a sua política de «pacotes» no sentido de procurar conter o justo descontentamento e protesto de muitos sectores sociais. Mas não é com medidas demagógicas, nem com a política espectáculo, nem com mais promessas que se altera a realidade.

Ainda recentemente, ao anunciar, na Feira de Santarém, mais um «pacote de promessas» para a agricultura e duas linhas de crédito bonificado há muito reclamadas pelos agricultores, o Primeiro-Ministro afirmou, displicentemente, que o «Governo não pode andar com os agricultores ao colo»!

Como afirmámos na última nota da Comissão Política, o Governo sabe muito bem, até porque o PSD detém a pasta da Agricultura há mais de 13 anos, que a sua política tem penalizado a actividade produtiva e desprezado os agricultores, que em relação aos seus congéneres europeus têm os factores de produção mais elevados - ainda agravados com o novo preço do gásóleo - e nulos ou muito reduzidos apoios técnico e financeiro.

Por isso, não basta desafiar os agricultores quando se lhes dão condições muito mais desfavoráveis de competição e quando se aprovam, em Bruxelas, em seu nome, medidas e políticas que servem, no fundamental, os agricultores dos Estados Unidos e dos países ricos do Norte.

O que o País e os agricultores precisam é de uma política

radicalmente diferente, e não afirmações arrogantes, mentirosas e desresponsabilizadoras.

Ontem demitiu-se o Ministro do Ambiente por ter produzido afirmações irresponsáveis. Mas, se um mínimo de ética presidisse ao actual Governo, já há muito ministros como o da Saúde, do Ensino, da Agricultura e das Finanças se teriam demitido face à ocultação da verdade dos factos, à desculpabilização de correligionários, à irresponsabilidade política, como a de um discurso que custou milhões, ou à falta de sentido de Estado largamente manifestada.

Os portugueses sabem e sentem a injustiça do sistema tributário, as mil dificuldades burocráticas de um caduco sistema administrativo, que desgastam, emperram e enervam; a morosidade da justiça; o aumento da insegurança, o enorme aumento do desemprego e dos despedimentos, o bloqueamento da contratação colectiva, os salários em atraso, a retirada dos direitos e regalias, os apertos e aflições nos orçamentos familiares, a degradação e os cortes em serviços sociais, o agravamento dos problemas da saúde e do ensino e a dramática situação da habitação.

Os portugueses sabem e lutam.

Mas também se apercebem, apesar das fantásticas encenações de bipolarização, que não é com meio ponto acima ou com meio ponto abaixo, em tal ou tal grandeza económica, como defende o PS, que se dá resposta à situação.

Não ao «rotativismo de caras» Sim, a uma verdadeira alternativa

Ainda na passada semana, e através do seu «ministro-sombra» para a área das Finanças, o PS veio, por um lado, defender a tese de que «nenhum Estado membro está obrigado a aderir à moeda única, cumprindo os critérios de convergência» nominal da UEM. E, por isso, criticou o Governo por este invocar o Tratado de Maastricht para aplicar a política económica que conduziu o País à recessão económica.

Para o PS, essa política económica, que é a mesma do Tratado de Maastricht, deve ser encarada como uma escolha política interna e não como uma imposição externa.

Por outro lado, o PS faz questão de «explicar que Portugal fez bem em haver subscrito o Tratado de Maastricht», e que não tem «ainda por suficientemente demonstrado que faça mal ao procurar cumprir os critérios de convergência nominal nele estipulados».

O PS pretende fugir às suas responsabilidades políticas por ter sido um dos mais acérrimos defensores e promotores da ratificação do Tratado de Maastricht - cujas orientações económicas agora publicamente se mostram nefastas para a economia e a sociedade portuguesas.

O PS, enquanto, por um lado, se apresenta publicamente como crítico do Governo pela actual política monetarista que sacrifica a actividade produtiva e o emprego, por outro lado, o Partido Socialista instiga Cavaco Silva a prosseguir essa mesma política em nome dos compromissos por ambos assumidos com a ratificação do Tratado de Maastricht. É a política de Frei Tomás. Olhem para as minhas críticas ao PSD, olhem para os duelos verbais com o Governo, mas não olhem para os acordos que com ele faço em questões essenciais.

O que se torna necessário não é um rotativismo em que mudam as caras e as retóricas discursivas, mas uma verdadeira alternativa que, como se sabe, é muito diferente do bailinho da alternância.

Há, pois; razões de sobra para um vasto movimento de descontentamento e de luta que cresce no País contra a política do Governo do PSD, numa grande afirmação de dignidade cívica, de firme consciência dos seus direitos e da activa defesa das justas reivindicações e aspirações.

Camaradas

Estamos neste jantar convívio, nesta cidade do Porto, que talhou a sua personalidade no Douro e no granito, e que lhe deu uma identidade e uma atmosfera inconfundíveis.

Identidade que, a nosso ver, sem recusar o progresso, antes pelo contrário, não pode nem deve ser alienada em nome de um modernismo bacoco, substituindo o aprazível e o que tem alma, pela selva de cimento, com os seus *hamburguers* urbanísticos, iguais em qualquer parte do mundo.

Progresso que não pode ser só verniz para tapar as mazelas sociais, ou obras para «encher o olho» e fazer esquecer as dificuldades do quotidiano, no trânsito, no passeio, nos esgotos, no saneamento básico, alicerces fundamentais da melhoria da qualidade de vida.

E é, infelizmente, uma verdade que o balanço social da área metropolitana do Porto se torna cada dia mais preocupante, por muito que não se queira encará-lo de frente.

O aspecto social não pode ser considerado como um normal subproduto do aspecto económico. Não admitimos que o insuportável se torne banal. O traço que caracteriza a nossa época define-se num contraste brutal, de um lado avanços fulgurantes do espírito humano, do outro, as sociedades duais, em que uma boa parte da população é condenada a uma vida difícil e a uma mediocridade parda da sua existência.

Também por isto, a CDU estará presente nas próximas eleições autárquicas, com uma proposta coerente e consistente, que combina a obra realizada com a capacidade inovadora e criadora, na procura de novas e melhores soluções para os problemas da área metropolitana do Porto, e que permita rasgar novos horizontes ao Poder Local.

É para nós preocupação primeira humanizar a vida na cidade, combater a solidão, a marginalidade e os fenómenos de exclusão social e da toxicodpendência, apoiar os trabalhadores e os reformados e defender a identidade do Porto e da sua região.

Como se afirma na Proposta da CDU para as Autárquicas/93, a Coligação Democrática, dispo de candidatos com provas dadas na gestão autárquica e na luta em defesa das populações, ligados aos concelhos e freguesias onde são candidatos, com uma postura e um património de realizações que falam por si, a CDU estará em condições de, no próximo mandato, honrar a confiança que lhe for dada e cumprir os programas eleitorais que apresentará.

A opção pela CDU é a opção que representa a mais firme e consequente condenação da política do Governo e traduz o decidido apoio às forças políticas que não claudicam, que não deixam cair os votos em saco roto, e que mais têm feito e se dispõem a fazer, para melhorar a vida das populações e para afastar a direita do poder e fazer vingar uma alternativa democrática.

VIVA O PCP!
VIVA A CDU!

PODER LOCAL

Santarém

O Dr. João Luís Madeira Lopes é o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Santarém. A decisão foi tomada em reunião da Coordenadora Concelhia da CDU realizada no dia 7 de Junho. O candidato é advogado, natural de Santarém, onde exerce a sua actividade profissional. Desde jovem ligado à actividade política e cultural, tem tido ao longo dos anos uma presença destacada e marcante na vida do Concelho.

A Coordenadora da CDU decidiu, igualmente, realizar uma iniciativa no final de Junho, onde serão apresentados os cabeças de listas à Câmara e Assembleia Municipais e outros candidatos aos órgãos autárquicos do Concelho de Santarém, e avançadas as linhas de força da candidatura da CDU.

Torres Novas

No bonito cenário da Alcaidaria do Castelo, em Torres Novas, decorreu a apresentação pública dos candidatos da CDU aos Órgãos Municipais do concelho, em animado convívio com mais de uma centena de participantes, onde se contavam numerosos independentes.

As intervenções proferidas deram o mote de confiança na CDU, «única força coerente e empenhada na resolução dos problemas das populações», apresentando «candidatos dinâmicos, capazes de imprimir uma gestão criativa», para fazer de Torres Novas um concelho «onde o prazer de viver seja uma realidade e a qualidade de vida uma certeza, como afirmou Carlos Tomé, 1º candidato à Câmara Municipal. Carlos Trincão de Oliveira Marques, advogada, membro do PCP, é o cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal.

Cuba

No dia 12 de Junho passado realizou-se um Encontro de Eleitos, Candidatos e Activistas da CDU do concelho de Cuba. O encontro procedeu a um balanço do trabalho realizado pelos actuais eleitos da CDU e apresentou algumas candidaturas às próximas eleições Autárquicas de 93, adiantando os seguintes nomes para os principais órgãos autárquicos do Concelho.

Para a Câmara Municipal — António da Glória Capelo São Brás, 47 anos de idade, bancário e membro da CC de Cuba do PCP, é actualmente Presidente da CM de Cuba; José Manuel Galvão Afonso Filipe, 44 anos de idade, médico, é membro da AM de Cuba e independente; Daniel José Lança S. Pedro, 47 anos de idade, escriturário, independente; Maria do Céu Marcos Inocêncio Fitas, doméstica, 31 anos de idade, actualmente membro da AM e membro da CC de Cuba do PCP.

Para a Assembleia Municipal — José Duarte Sales de Brito Palma, 33 anos de idade, arquitecto, é membro da CC de Cuba do PCP, e actualmente presidente da Assembleia Municipal de Cuba.

Arcos de Valdevez

A Comissão Coordenadora da CDU/Arcos de Valdevez divulgou os seus cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez. Para a Câmara Municipal é indigitado Joaquim da Costa Barreira, de 48 anos de idade, professor, nascido no Soajo. A lista da Assembleia Municipal é encabeçada por António Machado, de 65 anos, professor aposentado, actual eleito da Assembleia Municipal.

Os cabeças de lista da CDU, são pessoas nascidas e criadas em Arcos de Valdevez, conhecedoras dos problemas e carências do concelho, «com vontade de intervir para que a situação do marasmo e atraso seja alterada em benefício das populações e do progresso e desenvolvimento do Concelho, refere em comunicado a CDU local, que acrescenta:

«Com uma vasta experiência de intervenção pública e política, os cabeças de lista da CDU, com o concurso dos outros candidatos, procurarão, uma vez eleitos, intervir activamente, sejam poder ou oposição. Os principais objectivos eleitorais para o concelho de Arcos de Valdevez e as linhas e propostas do Programa da CDU serão oportunamente divulgadas».

Festa em Sintra de apoio à CDU

Com a presença do verador Lino Paulo, candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Sintra, mais de 2000 pessoas encheram totalmente o Pavilhão da Várzea de Sintra e aplaudiram com grande entusiasmo os numerosos artistas que passaram pelo palco, durante um espectáculo promovido pela CDU e que foi ganhando o apoio crescente dos artistas. Carlos Pinto Costa e Carla Gambôa foram os apresentadores e aos cinco artistas portugueses inicialmente previstos - Anabela, Eduardo Sant'ana, Susy Paula, José Eduardo e Alex - acabaram por se juntar outros tantos artistas brasileiros, nomeadamente Jessé, Rosa Meyr, Ricardo Miranda, João Marcelo e Marilda.

Vários artistas agradeceram a Lino Paulo a possibilidade deste «encontro musical» e desejaram-lhe êxito enquanto candidato à Câmara Municipal de Sintra.

Segundo os organizadores do espectáculo, «a actuação da jovem Anabela foi um momento alto da festa, com o público, emocionado, a ouvir a bonita voz da artista», nomeadamente a sua interpretação da canção com que representou Portugal no último festival da Eurovisão, na Irlanda, «que pôs todo o público de pé, a aplaudir entusiasticamente». Lino Paulo saudou a artista pela sua digna interpretação em Dublin, entregando-lhe um ramo de flores.

Almargem do Bispo

Ainda no Concelho de Sintra, realizou-se uma visita à Freguesia de Almargem do Bispo ciceroneada pelos vereadores da CDU na Câmara Municipal de Sintra, Lino Paulo, Felício Loureiro e Jaime da Mata e pelos eleitos locais António Reis, Rocha e Manuel Sebastião, que tiveram como convidado especial o deputado comunista João Amaral. A visita realizou-se a convite das populações e teve como pontos de passagem as obras em curso nas localidades de Albogas, Almargem, Negrais e Covas de Ferro.

Em Albogas os visitantes foram recebidos pela direcção da colectividade «Os Bem Entendidos», que apresentaram o anda-



Em cima, momento em que Lino Paulo homenageava a jovem Anabela; em baixo, um pormenor do almoço que culminou a visita a Almargem do Bispo



mento das obras para o pavilhão gimnodesportivo, projecto muito antigo da população.

Em Almargem do Bispo a direcção dos Reformados e da Colectividade local aguardavam a comitiva, o mesmo acontecendo em Negrais, onde uma comissão organizara uma recepção que meteu foguetes e tudo, avançando-se depois em cortejo para a sala de convívio dos Reformados, onde foi apresentado o projecto das futuras instalações do Centro de Saúde; seguiu-se uma visita ao terreno onde se erguerão as instalações, tendo sido solicitados os bons ofícios tanto ao vereador Jaime da Mata, como ao deputado João Amaral.

A jornada teve o seu fim apoteótico em Covas de Ferro, no quase concluído centro de dia local, onde, segundo o relato dos organizadores, «a recepção ao deputado, aos vereadores e eleitos locais atingiu o auge do entusiasmo», culminando com um almoço-volante onde participaram 250 pessoas. Uma animada competição de futebol de 5 encerrou o programa, com o deputado do PCP, João Amaral, a entregar a taça à equipa vencedora num ambiente de festa e confraternização.

● Afirmado em Encontro de Activistas CDU

Preparar Nisa para o século XXI

«Força determinante na construção de uma vida local democrática, participada e de progresso no concelho de Nisa nos últimos 10 anos, a CDU prepara as eleições de 1993 num quadro de grande confiança e profundo empenho, com vista a reforçar ainda mais as suas posições de modo a servir ainda melhor as populações», afirmou-se no Encontro de Eleitos e Activistas da CDU do Concelho de Nisa, onde esteve presente o presidente do município, e de novo candidato pela CDU, dr. José Basso.

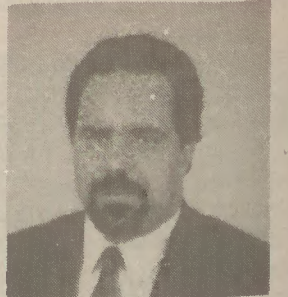
Assinalou-se igualmente no Encontro que a gestão democrática de maioria CDU no Município e em grande número de Freguesias «alterou radicalmente a face do concelho, não apenas na edificação de obras públicas (águas, esgotos, estradas, arruamentos, lares, centros de dia e de convívio, sedes de Juntas de Freguesia, ampliação de cemitérios, centros de cultura, instalações desportivas etc., etc.) e na criação de serviços municipais de dimensão e estrutura completamente novos, mas fundamentalmente, na edificação de um tipo de poder onde, com normalidade quotidiana, a tolerância e a colaboração com todos é uma constante». Com a administração da CDU «desapareceram velhas rivalidades perniciosas entre vilas do mesmo concelho e passou a haver isenção e estímulo permanente no envolvimento no trabalho municipal de todos quantos desejam agir pelo progresso das suas localidades. Para além de trabalhar para todos, tem-se procurado envolver todos no trabalho municipal, procurando fazer do poder conquistado permanente fonte de acção cívica e aprofundamento da convivência democrática», sublinhou-se.

Após enunciar as linhas mestras da actuação da CDU no próximo mandato, na gestão do Concelho de Nisa, o Encontro concluiu:

«O próximo mandato, no prosseguimento natural do trabalho desenvolvido nesta fase,

particularmente a conclusão e o prosseguimento de outros novos projectos já apresentados ao Quadro Comunitário 1994/99 no valor de milhões de contos, tornará realidade um concelho de Nisa onde no final do século se consagra a inversão, já iniciada no anterior período, de atraso e estagnação.

«Com a administração influenciada pela CDU, com o envolvimento e a colaboração de todos quantos querem o desenvolvimento do concelho, estamos em condições de iniciar o Século XXI com mais EMPREGO, mais BEM ESTAR, mais POPULAÇÃO».



José Manuel Basso, presidente da CM de Nisa e, de novo, candidato pela CDU ao cargo

"Um Concelho para todos os famalicenses"

Na passada semana a Coordenadora da CDU de Vila Nova de Famalicão realizou uma conferência de Imprensa onde apresentou os vários candidatos aos órgãos municipais e às Freguesias do Concelho.

O cabeça de lista à Assembleia Municipal é Manuel Fer-

reira da Cunha, residente em Riba de Ave e membro da Comissão Concelhia de Famalicão do PCP, destacado elemento nas lutas antifascistas no Concelho e nos anos que precederam o derrube da ditadura fascista em Portugal.

Na sua intervenção, subordinada ao lema "Um Conce-

lho para todos os famalicenses", Manuel Cunha sublinhou que o Partido Socialista à frente dos órgãos municipais em situação de maioria absoluta "não tem mostrado capacidade para gerir o município e que o monopartidarismo tem, ali, conduzido ao abuso do poder e aos jogos de influência", sendo as próximas eleições autárquicas "uma importante oportunidade para impor um projecto de mudança, que sirva verdadeiramente os múltiplos interesses das freguesias do Concelho e da cidade de Famalicão", constituindo a candidatura da CDU "a melhor garantia da concretização desse projecto".

Recorde-se que o cabeça de lista da CDU à presidência da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão - Manuel Barbosa da Silva - já havia sido publicamente apresentado.



Da esquerda para a direita: Carlos Lima (cabeça de lista à Freguesia de V. N. de Famalicão), Manuel Cunha (cabeça de lista à A. M.), Manuel Barbosa da Silva (cabeça de lista à A.M.), Eduarda Alexandra (membro da JCP) e Manuel Joaquim (cabeça de lista à freguesia de Arnoso Santa Eulália)

Acções já realizadas
ou marcadas para breve
em vários sectores e empresas

Trabalhadores optam pela luta

Greves, concentrações, plenários e outras acções estão a realizar-se ou a ser convocados para os próximos dias.

Ontem chegou ao fim a campanha da CGTP-IN contra o aumento da idade de reforma das mulheres de 62 para 65 anos. Um cordão humano deslocou-se da Praça da Figueira até à residência oficial do primeiro-ministro, para ali fazer entrega de cerca de cem mil postais protestando contra aquela medida do Governo.

Também para ontem, frente ao Ministério do Emprego e Segurança Social, foi convocada uma concentração de ferroviários reformados. Os promotores da acção (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses e Comissão Central de Ferroviários Reformados) colocam como objectivos da concentração, entre outros, protestar contra as pensões degradadas e contra a forma ilegal como é calculada a sua actualização anual.

Segunda-feira estiveram em greve, com um nível de adesão de 90 por cento, os trabalhadores da limpeza de hospitais de Lisboa e do Barreiro, servidos pelas empresas Climpe, Climex e Orgalimpe. Segundo uma fonte do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância e Limpeza, a adesão mais baixa (75 por cento) verificou-se no Hospital de São Francisco Xavier, devido à forte repressão a que os trabalhadores estão sujeitos nesta unidade, em cujas instalações o próprio sindicato está impedido de entrar. Os trabalhadores exigem que seja cumprido o CCTV do sector, que sejam aumentados os subsídios de alimentação e que sejam garantidas melhores condições de higiene e segurança.

Para amanhã está convocada mais uma greve de 4 horas na TAP, forma de luta que voltará a repetir-se nos dias 23 e 28. A paralisação do passado dia 9 na transportadora aérea nacional teve uma adesão de 100 por cento, segundo os sindicatos, ao que a administração responde, segundo a Lusa, com 63 por cento. A verdade é que entre as 7 e as 11 horas nenhum avião da TAP se movimentou nos aeroportos nacionais. As greves enquadram-se na luta dos trabalhadores da TAP contra o desmembramento da empresa e em defesa dos postos de trabalho e dos direitos conquistados. Em Faro a paralisação de dia 28 será acompanhada de uma marcha até ao Governo Civil.

Também amanhã o sindicato da Hotelaria do Sul promove uma concentração de trabalhadores junto à Associação Portuguesa de Hotéis (na avenida Duque de Ávila, em Lisboa), para exigir o desbloqueamento da negociação colectiva. O contrato colectivo do sector não é negociado há 7 anos, referiu ao «Avante!» um dirigente sindical, adiantando que durante esta acção será distribuído um comunicado à população.

Na segunda-feira os mineiros da Panasqueira decidiram, em plenário geral, realizar uma greve de 24 horas no próximo dia 25, por a administração da Beralt se recusar a negociar aumentos salariais até 1995. Outras acções poderão ser posteriormente decididas, revelou à Lusa um dirigente sindical do sector, adiantando que os mineiros vão continuar a exigir uma intervenção excepcional do Governo com medidas de protecção social para minorar as consequências da profunda depressão que as minas atravessam.

Também os enfermeiros das clínicas e hospitais privados poderão radicalizar as suas formas de luta, num plenário nacional marcado pelo sindicato (SEP) para a próxima terça-feira, em Lisboa. Em Dezembro de 1991 o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses assinou com a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada um acordo que, de forma faseada até 1995, colocaria a tabela salarial ao nível da Função Pública, hoje ainda bastante favorável. Mas, em Maio de 1993, entidades patronais recusaram-se a aplicar o acordo e a própria associação o considerou nulo, propondo aumentos de 5 por cento, recusados pelo sindicato.

A falta de garantia de negociação do Estatuto do Enfermeiro por parte do Ministério da Saúde até ao fim deste mês poderá levar à convocação de formas de luta para que seja aberto o diálogo com o SEP acerca da proposta por este apresentada em 1990 e que seria aplicável aos sectores público, privado e liberal. No dia 3 foi entregue ao ministro um abaixo-assinado subscrito por 2500 enfermeiros, e no início de Julho deverão realizar-se plenários de enfermeiros para discutir a situação.

Durante um dia do mês de Junho, respondendo ao apelo da Fenprof e dos sindicatos, os professores vão «parar para reflectir» sobre a Reforma Educativa. O dia concreto da paragem será definido em cada escola. Já se efectuaram várias reuniões preparatórias desta acção que mostrará «quem está verdadeiramente interessado na Educação», como refere uma nota de imprensa do SPGL.

TRABALHADORES

Amanhã à tarde em Lisboa, contra salários baixos e «disponíveis» Concentração nacional da Função Pública

Delegações da administração central de todos os distritos do continente e dirigentes e delegados sindicais da administração local concentram-se amanhã, a partir das 16 horas, na praça do Marquês de Pombal, junto ao parque Eduardo VII, para mostrar o descontentamento dos trabalhadores pela política que o Governo do PSD vem seguindo na administração pública.

Esta acção é promovida pela Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública que apontou, em conferência de imprensa que deu anteontem, os principais motivos de protesto:

- a imposição dos mais baixos aumentos salariais aprovados em 1993 (5%) e que colocaram o salário mínimo da Função Pública 4% abaixo do salário mínimo nacional;
- a redução em mais de 20% das futuras pensões de aposentação;
- a privatização, extinção e reestruturação de serviços sem qualquer discussão com os sindicatos;
- a redução dos postos de trabalho, criação de disponíveis e despedimentos de trabalhadores com vínculos precários;
- a sistemática violação dos direitos de participação e negociação colectiva.

A federação recordou ainda aos jornalistas as reivindicações fundamentais das estruturas sindicais:

- revisão intercalar dos salários em 4%, por forma a garantir a manutenção dos salários reais e um salário mínimo igual ao nacional;
- integração no vencimento dos «adicionais» de 2 e 0,5%

aprovados pelo Governo nos últimos dois anos e que estão a subverter o novo sistema retributivo;

- reparação das distorções e injustiças decorrentes da aplicação do novo sistema retributivo a diversas categorias e carreiras profissionais (investigadores, técnicos, administrativos, auxiliares);
- manutenção da actual forma de cálculo das pensões;

- melhor aproveitamento dos recursos humanos existentes, com respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- redução dos horários de trabalho superiores a 35 horas semanais;

- formação e reconversão profissional e implementação da legislação relativa a higiene e segurança no trabalho.

A concentração nacional é ainda uma forma de «denunciar a existência de graves problemas sociais que atingem já as famílias dos trabalhadores sujeitos à aplicação da «lei dos disponíveis», afirma a federação, que acrescenta ainda quererem os trabalhadores da Função Pública «manifestar a intenção de prosseguir a luta em defesa destas reivindicações,

através de acções a desenvolver pelos principais sectores atingidos no decurso dos próximos meses e da preparação de uma radicalização da luta em Setembro, caso não se verifiquem alterações substanciais na atitude do Governo».

A concentração nacional tem lugar num momento em que se somam os protestos de diversos sectores, nomeadamente: alfândegas, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Educação, Saúde, Impostos e Tesourarias, funcionários judiciais (cujo 1º Congresso, realizado este fim-de-semana na Figueira da Foz, apoiou a concentração nacional de amanhã).



Trabalhadores da DG das Alfândegas, onde já foram extintos mil postos de trabalho, protestam contra a aplicação da lei dos disponíveis que enviará mais 247 pessoas para o desemprego

No Ministério das Finanças Diminuem as receitas aumenta a instabilidade

«As receitas fiscais diminuem assustadoramente, com benefícios para a economia paralela ou clandestina e prejuízos para o País e para os portugueses, que ainda recentemente foram penalizados com os aumentos da gasolina e fuel». Quem o afirma é Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que recentemente condenou em conferência de imprensa o ataque à estabilidade de emprego, a estagnação das carreiras e o regime remuneratório vigente no Ministério das Finanças.

A federação criticou «a degradação do funcionamento dos serviços e o bloqueio à actividade de sectores determinantes no combate a evasões fiscais». E fundamenta com os seguintes números: «a Direcção-Geral das Alfândegas, em 1992, cobrava em média por mês cerca de 60 milhões de contos de IVA. Actualmente cobra 10 milhões por mês». Esta quebra de receitas deveria, em princípio, ser compensada com um aumento equivalente cobrado pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, mas o facto é que esta, afirma a FNSFP, «hoje cobra valores inferiores a 1992».

Mesmo o imposto sobre Produtos Petrolíferos continua a baixar, suspeitando-se que

estejam a multiplicar-se os casos de abastecimento de gasolina, gasóleo e fuel a partir de Espanha «sem qualquer controlo ou pagamento de impostos».

Há empresas que deixaram de importar directamente os seus produtos para passar a fazê-lo através de outro Estado comunitário, passando deste modo a pagar o IVA até final do terceiro mês, posterior à data de entrada do produto em Portugal, em vez de o pagarem até final do mês de entrada no País, como acontecia até aqui. Por outro lado, há quem declare produtos e valores inferiores aos movimentados, sabendo da falta de controlo e fiscalização dos serviços.

Contudo, o Ministério, em vez de apostar na eficácia dos serviços, apenas se preocupa em iniciar o processo dos «disponíveis», que deverá afectar quatro mil trabalhadores. A falta de verbas é escandalosa, não havendo dinheiro para pagar ajudas de custo, transportes, reparação de viaturas etc. Nem mesmo há papel e máquinas suficientes para imprimir os cartões de contribuinte, que têm atrasos superiores a sete meses.

A situação atinge gravemente os trabalhadores das diferentes direcções-gerais que estão em luta pelas suas reivindicações. Os trabalhadores

Direcção-Geral das Alfândegas, onde foram extintos mil postos de trabalho e 247 trabalhadores irão ser disponibilizados, concentraram-se numa vigília frente ao Ministério das Finanças, no passado dia 2 do corrente e voltaram a manifestar-se promovendo um julgamento simbólico no dia 9, no mesmo local. O tribunal considerou culpados o primeiro-ministro, o ministro das Finanças, a secretária de Estado do Orçamento e o director-geral das Alfândegas, pela violação dos direitos dos trabalhadores e ainda por má fé negocial, falta de ética e incompetência.

Mais de 3 mil excedentes só no Ministério da Agricultura

No âmbito da reestruturação que o Governo pretende fazer no Ministério da Agricultura, serão reduzidos 3250 postos de trabalho, revelou a federação da Função Pública na semana passada. Em conferência de imprensa dada dia 9 em Lisboa, o dirigente Nelson Raleiras afirmou que não há qualquer garantia de que os trabalhadores considerados excedentes serão reconvertidos e aproveitados para outros serviços, sublinhando que esta reestruturação, embora assente na visão estritamente economicista do Governo, não assegura uma redução significativa dos

gastos e «apenas vai contribuir para o abandono do papel dinâmico do Estado no sector agrícola».

O maior número de postos de trabalho deverá ser eliminado no Instituto Florestal (antiga Direcção-Geral das Florestas) - quase 1500 -, no Instituto Nacional de Investigação Agrária - cerca de 600 - e no Instituto da Vinha e do Vinho - cerca de 400.

Dos 2 mil trabalhadores do IROMA, referiu ainda Nelson Raleiras, 1500 já estão em casa, sem serem considerados excedentes e sem saberem qual vai ser o seu futuro.

FEIS PODE REABRIR

«A previsível reabertura da FEIS é uma vitória da unidade, da coesão e identidade de interesses da população marinhense», cuja luta mostrou ser «o único caminho capaz de fazer recuar o Governo dos seus objectivos iniciais de fechar definitivamente a empresa», afirma-se num comunicado que a célula do PCP dos ex-trabalhadores da Fábrica Escola Irmãos Stephens fez chegar à nossa redacção. Os comunistas, comentando o anúncio de que a FEIS teria sido adquirida pela J. Ferreira Custódio, consideram «positivo para o concelho da Marinha Grande e para os marinhenses em geral que a empresa, mãe da indústria vidreira, entre agora numa nova fase que permite acalentar reais esperanças de retoma da sua laboração».

TENTATIVA IMOBILIÁRIA

Confrontados desde Janeiro com atrasos no pagamento de salários, os 180 trabalhadores da têxtil Tentativa, de Ramalde, vêm agora ameaçados os seus postos de trabalho, pois a administração pretende aplicar imediatamente o *lay-off* (suspensão dos contratos) e encerrar a empresa. A Direcção da Organização da cidade do Porto do PCP e o respectivo sector de empresas, numa nota à comunicação social e num comunicado aos trabalhadores, protestam contra esta situação e colocam a hipótese de a inviabilização e o encerramento da Tentativa terem a ver com o desenvolvimento imobiliário em curso naquela zona, e não com a alegada crise do sector.

LANÇA NA OIT

Florival Lança, membro da Comissão Executiva da CGTP e responsável pelas relações internacionais da central, é o delegado dos trabalhadores portugueses à 80ª sessão da conferência da Organização Internacional do Trabalho, a decorrer em Genebra até ao próximo dia 22. A CGTP está também representada na conferência por Carlos Carvalho (do Conselho Nacional) e um jurista do seu gabinete de estudos. Nesta reunião são debatidos três temas principais: prevenção de catástrofes industriais, trabalho a tempo parcial e função da OIT na cooperação técnica.

JORNALISTAS

António Matos (Direcção), Alexandre Manuel (Assembleia Geral), João Mesquita (Conselho Geral) e Daniel Reis (Conselho Técnico e Deontológico) encabeçam os novos órgãos do Sindicato dos Jornalistas, eleitos no passado dia 8. No dia anterior o SJ assinou o novo contrato colectivo de trabalho para a imprensa não diária, pondo assim termo a um bloqueio que a associação patronal mantinha desde 1986. O novo CCT contempla uma actualização salarial de 12 por cento, com retroactividade a Julho de 1992. Após muitos meses de hesitação, a Associação de Imprensa Diária recusou-se a negociar o clausulado e tentou impor aumentos de 6 por cento, o que não teve o acordo do sindicato.

COMERCIAL

Os trabalhadores da Rádio Comercial Norte decidiram concentrar-se à porta das instalações, encerradas desde dia 4 pelos novos patrões privados. «Não nos consideramos despedidos porque apenas fomos objecto de uma comunicação verbal da administração», referiram alguns trabalhadores contactados no início da semana passada pela Lusa na Rua Tenente Valadim, acrescentando que «vamos manter-nos aqui à porta durante o nosso horário normal de trabalho, porque não nos deixam entrar para exercerem as nossas funções, até vermos a nossa situação legalmente resolvida».

O Sindicato dos Jornalistas e a União de Sindicatos do Porto consideraram o encerramento da Comercial Norte como *lock-out* ilegal, e o STT (Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual) anunciou que vai solicitar a intervenção da Inspeção Geral do Trabalho.

DESEMPREGADOS

Até dia 30 de Junho estão abertas inscrições para um curso sobre «Criação e organização de empresas», que a CGTP leva a cabo em Évora. O curso, com uma duração de 360 horas, tem o apoio do Fundo Social Europeu e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e destina-se a desempregados de longa duração com idade superior a 25 anos. Trata a União dos Sindicatos do distrito.

TIVOLI

A administração dos hotéis Tivoli avançou com um despedimento colectivo contra 6 trabalhadores da unidade de Sintra, o que para o sindicato da Hotelaria do Sul é uma forma de coagir os restantes empregados a aceitarem a intensificação dos ritmos de trabalho, a polivalência e a flexibilização, e também a aceitação da rescisão de contratos. Aquele grupo hoteleiro, que emprega 600 pessoas nos seus 4 hotéis, já conseguiu uma redução de 80 postos de trabalho através de rescisões «por mútuo acordo» e pré-reformas. Os patrões não quantificam os seus objectivos, mas insistem na diminuição do pessoal e ameaçam com o despedimento colectivo caso não se sintam satisfeitos com a resposta dos cerca de 150 trabalhadores que contactaram propondo a saída dos hotéis Tivoli.

TRABALHADORES

Abusos no «serviço cívico» para desempregados

Em alguns centros de emprego da Grande Lisboa e do Norte do País estão já a verificar-se abusos graves na imposição do chamado serviço cívico para desempregados.

A denúncia foi feita na última reunião do Conselho Nacional da Federação das Indústrias Eléctricas, onde foram referidos casos de trabalhadores qualificados do sector de fabricação de material eléctrico e electrónico que ficaram sem emprego e a quem foi proposta a prestação de serviços como limpeza de jardins ou apoio a bombeiros — afirma-se numa nota do gabinete de imprensa da FSTIEP, distribuída sexta-feira à comunicação social.

Também o Sindicato da Função Pública do Norte, em recente conferência de imprensa, acusou a administração do Hospital de São

João de ter recorrido ao Centro de Emprego do Porto para substituir os 50 contratados a prazo que despediu no princípio do mês, ao fim de três anos, por pessoas que estão a receber o subsídio de desemprego e que iriam receber apenas 30 mil escudos e subsídios de alimentação e transporte.

O «serviço cívico» para desempregados é regulado pela portaria 145/93, que institui a integração dos trabalhadores sem emprego em «programas ocupacionais organizados por entidades sem fins lucrativos, em benefício de colectividades e por razões de necessidade social ou colectiva», disse dependendo a garantia de pagamento do subsídio de desemprego. Às entidades empregadoras apenas compete compensar o trabalhador por eventuais despesas de transporte e alimentação.

Os sindicatos, informa-se no documento da FSTIEP, estão a impugnar estes «programas ocupacionais» e alertam os trabalhadores para que a nova legislação sobre subsídio de desemprego dá um prazo de 5 dias para recusar as propostas dos centros de emprego.

Os abusos motivados pelo «serviço cívico» enquadram-se, refere a federação, numa grave evolução da situação laboral e social nas empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico, sector onde nos últimos 6 anos foram liquidados 13 mil postos de trabalho, onde se intensifica a repressão e limitação de direitos e onde os contratos a termo continuam a ser utilizados «de forma abusiva e generalizada, gerando uma grande e permanente instabilidade no emprego e provocando uma intensa rotação dos tra-

balhadores». Uma informação recentemente divulgada pelo Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro referia, entre outros, o caso da Yazaki, empresa de Ovar onde são contratados a prazo mais de 90 por cento dos 1800 trabalhadores.

A FSTIEP, cujo Conselho Nacional marcou para 25 e 26 de Fevereiro o 3º Congresso da federação, manifesta ainda «preocupação por as declarações mais recentes do Governo e da administração da EDP confirmarem os projectos de desmembramento da empresa e de privatização, pelo menos, das partes mais rentáveis», o que «apenas se justifica por motivos políticos» e «prejudica os consumidores, conduz à degradação do serviço e vai levar, inevitavelmente, a um agravamento das tarifas».

Repressão na Tabaqueira

O conselho de administração da Tabaqueira, «presumivelmente incomodado com o conteúdo de um artigo de opinião assinado por Sebastião Rocha» e publicado no último número do jornal «Laboral», suspendeu no início deste mês aquele dirigente sindical, a quem instaurou um processo disciplinar com intenção de despedimento.

A denúncia pública foi feita pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, que acusa a administração da Tabaqueira de fazer «tábua-rasa do direito e da liberdade de expressão, viola a própria liberdade de imprensa e abusa do seu poder enquanto entidade patronal do visado».

Sebastião Rocha «é mais um alvo da sanha repressiva e dos métodos antidemocráticos deste conselho de administração, o mesmo que — recorda a federação, num comunicado da sua Comissão Executiva — forçou outros trabalhadores, duran-

te perto de 2 anos, a permanecerem inactivos e fechados numa sala, com vista a conduzi-los, pelo medo, à aceitação da rescisão dos seus contratos». Neste caso a Tabaqueira acabou por ser condenada em tribunal, «mas o CA não acatou a lição e insiste no estilo da sua política de pessoal», comenta a federação, que afirma a disposição de Sebastião Rocha e dos sindicatos de acionarem «os competentes mecanismos legais para exercer o seu direito de defesa e comprovar que quem deve ser despedido é, afinal, o actual conselho de administração da Tabaqueira».

... e na Sumolis

Também a administração da Sumolis sujeitou a processo disciplinar e 3 dias de suspensão o delegado sindical José Bento do Cimo, por ter sido um dos delegados do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas do

Sul e Ilhas ao recente congresso da CGTP-IN. O sindicato, que enviou à nossa redacção um comunicado denunciando esta situação, afirma que está a acompanhar a situação e vai reunir com os trabalhadores da empresa para analisar o caso e as medidas a tomar.

Um comunicado da comissão sindical da Sumolis questiona a administração sobre o aumento de tensão que se verifica entre os trabalhadores de alguns sectores, referindo em particular «atitudes ofensivas e repressivas» do chefe de serviços do armazém.

Alardo em greve

Com uma adesão praticamente total, segundo um dirigente do Sindicato das Bebidas do Sul e Ilhas, estiveram em greve na semana passada os trabalhadores das Águas do Alardo, em luta por melhores salários. De quarta a segunda-feira todos os 80 trabalhadores se recu-

saram a fazer trabalho extraordinário, e à greve de 24 horas que teve lugar no dia 11 apenas duas pessoas não aderiram.

O motivo da luta — refere uma nota de imprensa do sindicato — tem a ver com o facto de os salários serem muito baixos (a esmagadora maioria dos trabalhadores ganha entre 57 700 e 63 600 escudos, quando o salário médio no sector é de 78 500 escudos) e terem sido actualizados em apenas 6 por cento. Por outro lado, refere o sindicato, «continua a discriminação na atribuição dos valores do subsídio de refeição, e os passos que têm sido dados para se atingir a uniformização desejada têm sido insuficientes».

Durante a greve de dia 11 foi manifestada disponibilidade para fazer 4 dias de greve em Julho. Mas no sindicato acredita-se que seja possível evitar, com os resultados da reunião de hoje com o director da empresa, o recurso a tão drástica forma de luta.

Faça-se na Telecom uma reestruturação a sério

«Já que a reestruturação é uma palavra de ordem na Telecom há mais de uma dezena de anos, então faça-se uma verdadeira reestruturação que interesse à empresa como um todo — País, gestão, trabalhadores e sector das telecomunicações», reclamam as organizações representativas dos trabalhadores da empresa.

Numa conferência de imprensa que deram na semana passada no Porto, e em que participou também a União dos Sindicatos deste distrito, o SINTEL, o SNTCT e a Comissão de Trabalhadores da Telecom exigiram modificações «subordinadas às necessidades de desenvolvimento do País e das regiões, e não à ganância dos interesses das multinacionais», «novas mentalidades na governação» e «mais profissionalização, mais responsabilização no comando e menos carreirismo político» na gestão da empresa.

Os sindicatos e a USP anunciaram que vão realizar

uma série de acções de sensibilização junto dos trabalhadores e pedir uma entrevista com o presidente da Área Metropolitana para protestar contra a extinção da Direcção Regional de Telecomunicações do Norte, consequência da recente reestruturação que «reforçou a superconcentração de serviços e de poder em Lisboa e atinge os limites do exagero».

«A criação de 7 Áreas Operacionais de Negócios, com menores poderes que as 3 extintas Direcções Regionais (entre as quais a do Norte), com sedes na faixa litoral do País (Braga, Aveiro, Coimbra, Setúbal, Faro e Ilhas) e a eliminação de centros executivos como Vila Real, Penafiel, Viseu, Santarém, Castelo Branco, Évora e Beja, são mais um contributo para o esvaziamento e subalternidade do interior do País», refere-se no documento que os promotores da conferência de imprensa fizeram chegar à nossa redacção.

NACIONAL

JCP contra prova de aferição

A Juventude Comunista Portuguesa manifestou-se na terça-feira contra as provas de aferição realizadas nesse dia no âmbito do novo esquema de acesso ao Ensino Superior. Um comunicado divulgado pelo Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP afirma que «ao contrário do que o Ministério da educação afirma» a prova é «totalmente desnecessária» pois a pretendida homogenização das notas «é perfeitamente concretizável sem a necessidade de submeter os estudantes a mais uma prova num período onde estas já abundam».

O texto completo do comunicado da JCP é o seguinte:

Hoje, os estudantes do ensino secundário que pretendem ingressar no Ensino Superior, foram confrontados com a realização de mais uma prova — a Prova de Aferição.

O Secretariado da Coordenadora Nacional do Ensino Secundário da JCP manifesta profunda tristeza pela entrada em vigor de mais esta medida. O Ministério da Educação continua apenas a preocupar-se com a invenção de mais provas e a não tomar medidas para a resolução do problema do acesso ao Ensino Superior.

A JCP continua a considerar que a resolução deste problema não passa pela realização de mais uma prova, seja ela a Prova de Aferição ou outra, tenha ela o carácter que tiver, mas pelo progressivo aumento do número de vagas e pelo fim do «numerus clausus» no Ensino Superior Público.

A JCP considera que a Prova de Aferição, não passa de uma barreira ao acesso, tal como a PGA. O Governo PSD teima em não aceitar a discussão sobre o fim do «numerus clausus» e continua a estrangular o Ensino Superior Público e a vedar a sua frequência a milhares de

estudantes que não a podem concretizar apenas por falta de vagas.

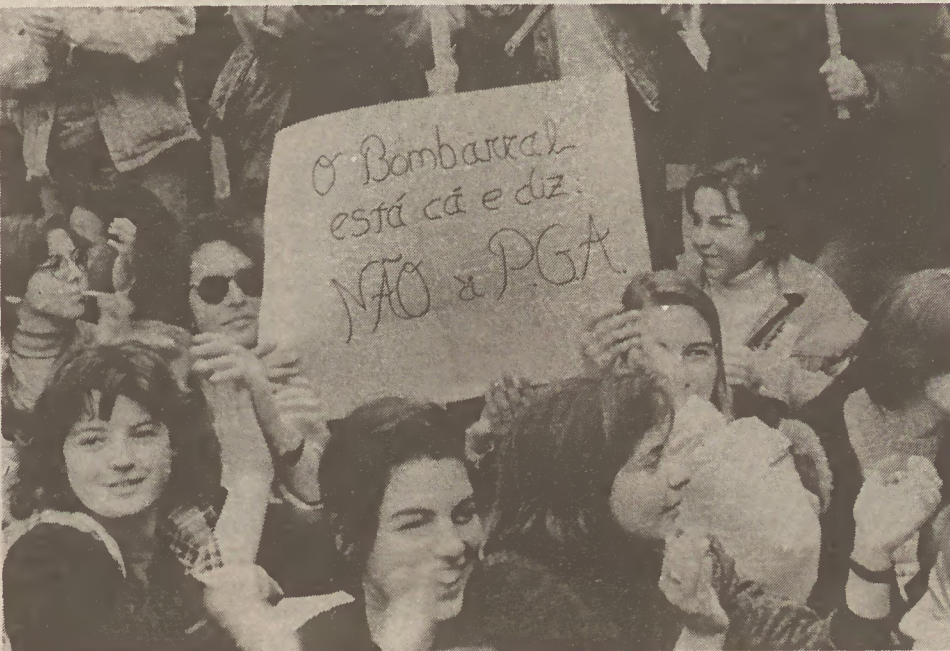
É verdadeiramente possível acabar com este sistema, e não aceitamos como resposta a velha teoria da utopia, pois com uma política educativa séria e um verdadeiro investimento no ensino, o fim do «numerus clausus» seria possível.

A JCP manifesta-se contrária à existência da Prova de Aferição pelas seguintes razões:

— Passado um ano das lutas dos estudantes contra a PGA e por um acesso ao Ensino Superior mais justo, o Governo continua a fazer «orelhas moucas» às opiniões dos agentes de educação sejam eles alunos, professores ou pais.

Os jovens portugueses provaram que são vivos e intervenientes e não uma camada amorfa da nossa sociedade — esta foi a bonita frase que no ano passado os porta-vozes do Governo fizeram difundir, numa tentativa de saída airosa dos protestos dos estudantes. Mas esta mesma frase, prova simultaneamente a incoerência deste Governo e a demagogia da sua política.

De facto, os estudantes não foram tidos nem acha-



Os estudantes lutaram contra a PGA mas agora defrontam as Provas de Aferição

dos no processo de revisão da Lei de Acesso ao Ensino Superior, nem tiveram a intervenção que lhes cabia no processo, apenas porque o Governo lhes vedou a participação.

— A JCP considera, que ao contrário do que o Ministério da Educação afirma sobre a necessidade da realização desta prova, esta, é totalmente desnecessária, pois o que se diz pretender com ela, a homogenização das notas do secundário, é perfeitamente concretizável sem a necessidade de submeter os estudantes a mais uma prova num período onde estas já abundam de que são exemplo os testes finais, os exames e ainda as provas específicas. Pode mesmo perguntar-se que tipo de objectivo se quer concretizar com uma prova que tem um peso na classificação final de 10%.

— A JCP chama ainda a atenção para a situação dos

alunos das escolas-piloto, abrangidos com a Reforma, para os quais a Prova de Aferição se assume como um duplo entrave ao seu acesso, pois estes têm de efectuar uma prova que

abrange mais matéria que os outros estudantes, como se já não bastasse a carga horária que estes alunos têm de suportar. Lembrem-se que são 6, as disciplinas leccionadas no 12.º ano.

No que respeita às Provas Específicas, a JCP manifesta-se contra o elevado custo que a sua realização representa para os estudantes, visto que por cada uma se paga 3000\$00, e que geralmente cada aluno não realiza apenas uma prova, pois para cada curso podem ser exigidas duas, sendo ainda de salientar o facto de um estudante se poder candidatar a mais que um curso.

A JCP reafirma o seu empenho na luta contra este sistema de acesso ao Ensino Superior, pelo aumento do número de vagas no Ensino Superior Público, pelo fim do «numerus clausus», de forma a garantir que todos os jovens que terminam o Ensino Secundário com aproveitamento, mostrem capacidade e o desejem possam prosseguir os seus estudos no Ensino Superior.

Trabalhadores-estudantes no Ministério

Couto dos Santos ouve mas não fala

Os trabalhadores-estudantes querem deixar de pagar propinas e reivindicam um regime específico de acesso ao Ensino Superior, segundo afirmou à agência Lusa um dirigente da Federação das Associações de Trabalhadores-Estudantes, Mário Rui Souto, que afirmou, à saída de uma reunião com o ministro da Educação, que os estudantes-trabalhadores consideram que não deviam pagar propinas, já que pagam impostos sobre os rendimentos do seu trabalho.

Os trabalhadores-estudantes defendem ainda a criação de um regime específico de acesso ao Ensino Superior, enquanto não for abolido o «numerus clausus». As duas reivindicações integram uma «carta de objectivos imediatos» que os dirigentes da

Federação entregaram segunda-feira a Couto dos Santos.

A melhoria do estatuto do trabalhador-estudante, a atribuição de verbas à Federação e a abertura durante o turno da noite de determinados serviços das escolas, como as papelarias, são outras das reivindicações apresentadas.

Os dirigentes da Federação de Trabalhadores-Estudantes questionaram o ministro da Educação sobre rumores de que muitas escolas iam passar a fechar à noite mas, segundo os dirigentes da Federação, Couto dos Santos não deu qualquer resposta nem sobre esse nem sobre qualquer outro assunto apresentado, concordando no entanto em criar uma base de trabalho para discussão das questões levantadas.

ASPP vence eleições

Pressão dos polícias sobre o comando e o Ministério

Os resultados provisórios das eleições para o Conselho Superior da Polícia deram uma esmagadora vitória à Associação Sócio Profissional da Polícia (ASPP) que obteve mais de 90 por cento dos votos entrados nas urnas, em desfavor da outra lista concorrente, a ADIPOL, que não conseguiu eleger nenhum dos três representantes dos polícias que terão assento no Conselho Superior.

Esta vitória da ASPP vem reforçar a pressão sobre o comando e o Ministério da Administração Interna sobre a legalização de um sindicato da PSP e a revogação dos processos disciplinares de que são alvo dirigentes da associação, por terem prestado declarações públicas a propósito da reestruturação da polícia.

Estes pontos e a aceitação do diálogo por parte do MAI são objectivos da lista vencedora, já expressas na última manifestação em Lisboa, a 14 do mês passado, onde polícias da capital, Setúbal, Portalegre, Faro, Porto e Coimbra desfilarão entoando palavras de ordem como «Loureiro deixa-te de excessos, arquiva os processos», «os polícias têm razão, o Gover-

no é que não» ou «Loureiro não sejas toco, vem falar connosco».

Os processos disciplinares não têm apoio jurídico-legal, segundo a afirma a ASPP, que considera que os processos são de duvidosa legalidade pois contrariam a Constituição e violam o direito internacional.

Para os representantes dos polícias, é de aceitar que o ingrediente de militarização ou de mera presença de militares, não constitua motivo impeditivo do associativismo representativo ou do sindicalismo nas forças ou serviços de segurança, ao contrário do que pretende o Comando-Geral da PSP.

A lista vencedora nestas eleições é encabeçada por Alberto Torres, seguido de Maria Goreti e António Augusto, sendo os dois primeiros alvos dos referidos processos disciplinares, assim como o presidente da Direcção da ASPP, José Carreira.

Dos 19 mil 655 polícias inscritos nos cadernos eleitorais, abstiveram-se sete mil 864. Os votos expressos ficam divididos entre a ASPP com 10 mil 157 eleitores e a ADIPOL com mil e 25.

PCP pergunta ao Governo Que se passa com o FOCO e o FORGEST?

Um comunicado da Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP anuncia que através do Grupo Parlamentar na Assembleia da República requereu ao Governo elementos de esclarecimento sobre os programas FOCO e FORGEST. No texto, divulgado quinta-feira passada, lê-se:

«No início do corrente ano lectivo, foi feita grande propaganda pública pelo Ministério da Educação da decisão de afectar 13 milhões de contos e 7 milhões de contos, respectivamente, aos programas FOCO e FORGEST (subprogramas do PRODEP - Fundo Social Europeu) para financiamento da formação contínua dos professores dos Ensinos Básico e Secundário e de outros técnicos dos serviços escolares.

«Ao proceder ao balanço da concretização dos programas FOCO e FORGEST a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP constatou que, apesar de

decorrido meio ano, é muito grande o desconhecimento das entidades e programas que teriam sido contemplados com financiamentos, continuam igualmente sem ser conhecidos os critérios usados na sua selecção, e surgem críticas por parte de diversas entidades quanto ao não cumprimento dos compromissos do Estado em relação a acções já iniciadas.

«Nesta linha de preocupações, o PCP, através do seu Grupo Parlamentar na Assembleia da República requereu ao Governo elementos de esclarecimento sobre:

«1. Os critérios usados na atribuição de financiamentos a projectos na área acima referida;

«2. As entidades e programas já contemplados com financiamentos;

«3. O estado de execução financeira actual dos referidos programas de financiamento».

PCP

Para travar a crise no distrito de Castelo Branco

PCP propõe nova política

«Os encerramentos de empresas sucedem-se em catadupa e atingem sectores de actividade tão diversos como os lanifícios, o vestuário, o sector das madeiras, metalúrgico, pequeno comércio», entre outros, alertou a Direcção Regional de Castelo Branco, durante uma conferência realizada na passada semana, em que foram apresentadas 16 medidas para travar a crise no distrito.

Segundo esta estrutura regional do PCP, «os salários em atraso ressurgem em todo o distrito e em diversas empresas; o desemprego atinge níveis preocupantes que podemos considerar de pré-rotura - 18 por cento no

distrito e 20 por cento no concelho da Covilhã; os despedimentos atingem trabalhadores do sector privado e da Administração Pública, destacando-se os mais de 300 na Panasqueira, 71 no CRSS e 63 na Vameca».

A DORCB salienta igualmente que mais de 20 empresas estão a utilizar processos especiais de resuperação de empresas, os quais mais não são do que um mecanismo legal para «travar execuções fiscais, negociarem passivos e, em última análise, retardar o seu final».

Os comunistas de Castelo Branco criticam ainda a fase de entrega à iniciativa privada das empresas Portu-

cel e Rodoviária da Beira Interior, afirmando que «os direitos dos trabalhadores são espezinhados e o serviço público é reduzido». Aliás a repressão e a violação dos direitos legais e contratuais dos trabalhadores «são uma constante em inúmeras empresas», refere a DORCB.

Neste contexto aumentam as dívidas à Segurança Social, que rondam actualmente os 10 milhões de contos, multiplicam-se as dificuldades no comércio, onde a diminuição do volume de vendas leva ao encerramento das pequenas unidades, enquanto que o panorama na agricultura é desolador, defrontando-se os agriculto-

res com obstáculos acrescidos no escoamento dos seus produtos.

No plano social, a DORCB condena o sistemático ataque ao direito à saúde - «foram as taxas moderadoras, o roubo das participações nos medicamentos dos reformados e trabalhadores dos lanifícios, é a falta de médicos, enfermeiros e o pessoal administrativo e auxiliar, é a degradação constante dos serviços de saúde».

O PCP contesta também o agravamento da situação na educação e ensino, sobretudo «com o anúncio de fecho de 41 escolas primárias», que se vem juntar a 61 outras encerradas em 1992.

Comunistas têm alternativa

São 16 as medidas propostas pela DORCB para pôr fim à política do PSD e inverter a tendência de crise no distrito:

- Desenvolvimento de acções de apoio junto das empresas com maiores dificuldades e elevado passivo com vista à sua negociação, o que implica a travagem imediata das execuções fiscais;
- Criação de linhas de apoio financeiro devidamente justificado e controlado para resolução de problemas de tesouraria, para investimento tecnológico e melhoria da qualidade, e para a diversificação de mercados;
- Redução da taxa de juro;
- Implementação de facto do programa intercalar de apoio à indústria têxtil e vestuário onde o RETEX tem papel preponderante;
- Intervenção no escoamento da produção agrícola a preços compensadores, ajudas a fundo perdido e linhas de crédito fortemente bonificado para os agricultores e cooperativas agrícolas;
- A produção e implementação de uma operação integrada de desenvolvimento como forma de dinamizar o aparecimento de novas actividades económicas e a criação de postos de trabalho;
- Apoio social imediato aos trabalhadores com salários em atraso;
- Alargamento da protecção social aos desempregados, aplicando, no mínimo, as medidas já implementadas noutras regiões do País. Combate efectivo à precariedade do emprego;
- Crescimento dos salários dos trabalhadores, tendo em conta o real aumento do custo de vida e os ganhos da produtividade, abrangendo os trabalhadores da Administração Pública e Local;
- Revogação da Lei dos Disponíveis e o cancelamento dos 71 despedimentos já anunciados no CRSS de Castelo Branco e os que estão em preparação noutras áreas como o Matadouro de Alcains, ARS, Hospitais, etc.;
- Paragem da acção repressiva que se desenvolve nas empresas através do accionamento de mecanismos que penalizem o patronato;
- Paragem dos processos de privatização da Portucel e da Rodoviária Nacional da Beira Interior e respeito pelos direitos dos trabalhadores destas empresas;
- Retirada do direito de propriedade das casas do Couto Mineiro da Panasqueira à Beral Tin;
- Revogação das taxas moderadoras na saúde e reposição das participações nos medicamentos aos reformados e trabalhadores dos lanifícios;
- Lançamento e concretização de obras urgentes como o IP2, o IC7, o IC8 e IC12 e o Projecto de Regadio da Cova da Beira;
- Implementação de medidas de apoio ao turismo e de defesa do ambiente nomeadamente com a reflorestação das áreas ardidas no distrito.

PSD desvia debate político

— acusa Gabinete de Imprensa do PCP

O PCP considerou ser uma «nova acção de afrontamento contra o Presidente» da República a conferência de imprensa promovida quarta-feira da semana passada pelo Grupo Parlamentar do PSD, para criticar o alegado teor da conversa entre Mário Soares e alguns convidados num almoço onde, segundo nota do semanário «Expresso», se teriam abordado as hipóteses do Presidente dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas.

Segundo a nota do Gabinete de Imprensa do PCP, a iniciativa social-democrata desvenda «a insegurança, o medo e o nervosismo reinantes nas fileiras do PSD».

O teor do comentário distribuído à comunicação social é o seguinte:

1. O PCP considera que o teor das posições hoje assumidas, em conferência de imprensa, pelo Grupo Parlamentar do PSD traduzem uma nova acção de afrontamento contra o Presidente da República obviamente encomendada pelo Governo, ilustram — dois dias depois do episódio que obrigou o Governo a sacrificar o Ministro do Ambiente — mais uma tentativa de centrar o debate político em questões e conjecturas de natureza institucional subalternizando o debate das graves consequências da política do Governo para os cidadãos e o País, e desvendam a insegurança, o medo e o nervosismo reinantes nas fileiras do PSD.

2. O PCP, pela sua parte, concentra as suas atenções, preocupações e esforços, não no debate público ou antecipada definição das formas e instrumentos constitucionais adequados à viabilização, em termos institucionais, de uma

necessária viragem democrática na vida nacional, mas no desenvolvimento da luta popular contra a intolerável política do Governo e na mobilização e ampliação de energias, vontades e aspirações que criem as condições para, no quadro do funcionamento do regime democrático, afastar o PSD do Governo, assegurar uma real alternativa democrática e uma nova política.

3. Entretanto, tendo presente a viciada e interesseira doutrinação que o PSD procura fazer a respeito do mecanismo da dissolução da Assembleia da República, designadamente invocando de novo o tema da «estabilidade» e insinuando um alegado carácter não-democrático do recurso àquele mecanismo, o PCP considera necessário salientar e recordar objectivamente que:

— a manutenção do PSD no Governo, longe de significar qualquer apreciável «estabilidade» representa sim a continuação e agravamento do processo de aguda desestabilização social, económica e político-institucional em que a política do PSD mergulha o País;

— a dissolução da Assembleia da República é um mecanismo e um instrumento constitucional indiscutivelmente inserido no normal funcionamento do regime democrático e uma competência que a Constituição atribui ao Presidente da República sem quaisquer outros pressupostos, condicionantes ou obrigações que não sejam os relativos a períodos temporais em que não é permitida e à audição dos partidos e do Conselho de Estado;

— o PSD parece estar esquecido de que, tanto em 1985 como em 1987 (e nesse ano numa situação em que existia uma maioria parlamentar disposta a viabilizar um governo alternativo ao do PSD), foi por dissolução da AR e realização de eleições antecipadas, por si reclamadas, que chegou ao Governo.

DORPOR reclama medidas de excepção para Portalegre

Face ao contexto de crise, atraso e estrangulamentos ao desenvolvimento, a Direcção Regional de Portalegre do PCP (DORPOR) considerou na sua última reunião que «é urgente tomar medidas de excepção traduzidas do reforço das verbas dos fundos estruturais e apoio a incentivos específicos ao sector produtivo no âmbito do novo quadro comunitário de apoio». Os comunistas afirmam que o Plano Integrado de Desenvolvimento Regional para o Alentejo deve responder a grandes vectores, como «o incremento da agricultura, instalação de pólos de desenvolvimento industrial e construção de grandes vias rodoviárias», tendo em conta «as aspirações de cada distrito, de modo a combater as assimetrias, favorecendo a coesão económico-social; e respeitando a vontade dos municípios expressa nos PDM's e PID's».

Na análise da situação económica e social, a DORPOR refere um estudo do Governo sobre o balanço de seis anos de integração europeia que indica um agravamento de quatro pontos percentuais na taxa de desenvolvimento verificada no Alto Alentejo. Esta situação tem fortes reflexos no aumento do desemprego, assistindo-se ao ressurgimento dos salários em atraso, à paralisação e encerramento de empresas, a despedimentos e rescisões de contratos. São exemplos as empresas Alterfato, Finium, Feveiros e Delfins, entre outras. Esta direcção regional do PCP anuncia ainda a deslocação ao distrito do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que visitará no dia 26 de Junho os concelhos de Avis e Fronteira e participará em Ponte de Sor na apresentação da candidatura da CDU à presidência da edilidade.

Homenagem a Rogério Paulo

O Grupo Intervalo promove no próximo dia 26 do corrente, pelas 21.45, uma homenagem ao recém-falecido actor Rogério Paulo, em que participarão a actriz Carmen Dolores e o escritor Urbano Tavares Rodrigues.

A sessão tem lugar no Palácio Ribamar, em Algés, e antecederá a representação de «A Boda (Os Noivos e os Convidados)», de Bertold Brecht, levado à cena pelo Grupo Intervalo sob a direcção de Armando Caldas.

Pescadores de Olhão e Fuseta com futuro incerto

O descontentamento, desespero e revolta estão a alastrar entre as gentes do mar de Olhão e da Fuseta. E o caso não é para menos. Pescadores e armadores vêm de ano para ano e mesmo de mês para mês, as pescas a diminuir; o peixe é hoje vendido em lota a cerca de metade do preço de há dois ou três anos sem que isso se reflita no consumidor; abatem-se embarcações e não se criam postos de trabalho alternativos; estabelecem-se quotas de pesca para certas espécies, sem critérios claros; o peixe é frequentemente deitado ao mar, ou vai para farinha; a Pescul vive na instabilidade permanente e a indústria de conservas definha, sucedendo-se falências e o encerramento de fábricas.

Esta situação é denunciada pela Comissão Concelhia de Olhão do PCP, que acusa do Governo de estar a arruinar a pesca e não desculpa a indiferença e insensibilidade

demonstradas pelo executivo socialista da autarquia que «lava as mãos» dizendo que «as pescas não são da sua competência».

O PCP estranha ainda «o zelo e rigor» com que está a fiscalização a actuar «sobretudo em relação às pequenas embarcações». Ressalvando que «não está em causa o direito e o dever de fiscalizar», os comunistas interrogam-se por que razão tal severidade não é aplicada noutras situações, nomeadamente contra os espectraladores.

A Comissão Concelhia de Olhão lamenta por fim que os dirigentes de certas estruturas sociais de pesca estejam «presos aos seus compromissos com o Governo e aos seus interesses particulares», apelando aos pescadores que resolvam os seus problemas através da «unidade e acção comum», a exemplo do que aconteceu em Matosinhos, Peniche ou Sesimbra.

PCP



Pão a pão...

Primeiro no velho forno abandonado que existia no terreno comprado (por 85 contos!) em 1983, agora no forno construído junto ao novo Centro, as mulheres da organização transformaram uma média de 200 quilos de farinha em pão, vendido ali ao domingo

Novo Centro de Trabalho em A-dos-Loucos

É uma história bonita, a do Centro de Trabalho de A-dos-Loucos, que no domingo vai ser inaugurado com a presença de inúmeros convidados, dos quais um, especialmente aguardado: Álvaro Cunhal.

A-dos-Loucos é uma pequena localidade da freguesia de S. João dos Montes, no concelho de Vila Franca, onde de há muito (desde os tempos do fascismo) é grande a influência do Partido e forte a sua organização. Logo após o 25 de Abril a organização local abriu a sua primeira sede numa casa cedida por um conterrâneo, mas a ambição de encontrar um local com melhores condições de trabalho pôs-se desde logo. Resultaria enfim, há cerca de dez anos, no projecto que hoje se conclui: uma casa construída de raiz, com um valor estimado de 13 mil contos, que "haveria de não custar um tostão ao Partido", como os camaradas quiseram e cumpriram.

Foi um plano levado a cabo com abnegação e inteligência. Fim-de-semana a fim-de-semana, dezenas de camaradas deram o seu saber e o seu esforço à construção, sem jamais descurar o trabalho profissional, as suas tare-

fas normais de Partido, a actividade sindical e outras participações nas tarefas da comunidade. Pelo contrário: no interim destes dez anos, construíram nomeadamente, eles também, o Parque Infantil de A-dos-Loucos e o Lar dos Idosos, que é um dos maiores do concelho. Com trabalho, ferro, pedra ... e pão!

É facto: pão! Fim-de-semana a fim-de-semana, primeiro no velho forno abandonado que existia no terreno comprado (por 85 contos!) em 1983, agora no forno construído junto ao novo Centro, as mulheres da organização transformaram uma média de 200 quilos de farinha em pão, vendido ali ao domingo, famoso em quase todo o concelho, e que muitos mais de nós já saborearam, porque é do forno e das mãos dos camaradas de A-dos-Loucos que sai o delicioso pão quente e os pãezinhos com chouriço que todos buscam anualmente na Festa do «Avante!».

Do trabalho, das numerosas ofertas de materiais e dos fundos obtidos deste modo ao longo de dez anos se construiu este Centro de Trabalho, e se construirão decerto muitas outras obras. Porque o forno vai prosseguir a sua

laboração, e a venda do pão até já foi ampliada com uma sala de doze mesas e os petiscos domingueiros — dobrada com feijão, bacalhau na brasa e entremeados na brasa, fêbras, pastéis de bacalhau, sonhos... — que as mãos de uma mestra-cozinheira, a camarada Maria Eugénia Cartaxo, preparam para quem os quiser saborear.

A festa no domingo com Álvaro Cunhal

A inauguração do novo Centro de Trabalho está marcada para o próximo domingo às 11 da manhã e terá a presença do camarada Álvaro Cunhal, que participará igualmente no almoço de confraternização que vai ter início cerca das 13 horas no Polidesportivo da UDRA. No convite que mandaram a muitas dezenas de camaradas e amigos para ambas as iniciativas, os camaradas de A-dos-Loucos falam do seu "pazer de convidar"; poderiam legitimamente falar também do seu orgulho!

Saúde sem dinheiro Quem paga são os médicos e utentes

O Organismo da Saúde da DORBraga do PCP, reunido na semana passada, afirma que «à degradação dos serviços do Estado, decorrente de um férreo estrangulamento financeiro, soma-se uma nova campanha contra os profissionais da saúde, particularmente os médicos, tentando torná-los, aos olhos da opinião pública, os bodes expiatórios da política economicista do Governo e da incompetência, quando não mesmo da irresponsabilidade, dos seus comissários políticos nas administrações dos Hospitais e ARS».

Este organismo da DORBraga refere que mesmo no Hospital de Guimarães, inaugurado há pouco mais de dois anos, «já há doentes que têm de aguardar dias na sala de observações por falta de uma cama vaga no internamento e o recurso às macas suplementares é cada vez mais frequente». A direcção do Hospital tem proposto soluções que passam ou por «dar altas precoces, ainda que isso implique riscos para o doente, ou pela transferência para outros hospitais que reconhecidamente, não estão dotados de recursos técnicos e humanos necessários».

Em Braga, segundo o PCP, «continua a verificar-se a falta de recursos humanos, materiais e de instalações». Só 65 por cento da população de Braga está inscrita nos Médicos de Família, «o que obriga os cerca de 50 mil utentes não abrangidos a recorrer às urgências hospi-

tales, SACUS ou a médicos particulares». Apesar disto, continua o organismo de Saúde da DORBraga, «há quatro anos que não abrem concursos para médicos da carreira de clínica geral».

A cidade espera ainda pelo prometido Novo Centro de Saúde, que deveria entrar em funcionamento em Janeiro do próximo ano mas que, «nem sequer começou a ser construído». Também em relação ao Hospital de S. Marcos, os comunistas de Braga afirmam que «a sua passagem à categoria de Hospital Central não passou de uma grande operação de propaganda e um modo de calar a boca às vozes cada vez mais numerosas, mesmo dentro do PSD, que se insurgiam contra todos os bloqueios que vinham condicionando e limitando o desenvolvimento do hospital». Contudo, passados alguns meses «nada de fundamental se alterou exceptuando-se o aumento das taxas pagas pelos utentes».

Para que estas situações não venham a público, o Governo conta com a famosa lei da rolha, mas sempre que por várias razões os escândalos vêm a público «há que arranjar culpados, sejam médicos, enfermeiros, electricistas, quando não mesmo, os próprios doentes. Todos menos o Governo e as administrações por ele nomeadas, para as quais, quando as coisas correm mal, a regra de ouro é a ignorância», conclui o Organismo de Saúde da DORBraga.

Governo atrasa pagamento de subsídios sociais

Uma comunicado da Direcção da Organização Regional de Vila Real denuncia os escandalosos atrasos que se verificam no pagamento de abonos de família de doença e subsídios de desemprego, no distrito.

De acordo com a nota divulgada «há milhares de pessoas no distrito de Vila Real que dependem desses subsídios e estão há meses à espera do seu pagamento».

A DORVIR imputa as responsabilidades ao Governo, indicando que provavelmente «os fundos estão a ser desviados para outras finalidades». A estrutura regional do PCP acusa o Governo de não saber gerir o Orça-

mento de Estado, e de o ter feito «sem ter pernas para andar», procurando agora «tapar buracos de qualquer maneira, como foi o caso do recente aumento dos preços dos combustíveis».

No distrito, segundo estima o PCP, «só serão pagos, quanto muito, 20 por cento dos subsídios devidos e os trabalhadores continuarão à espera».

Os comunistas reclamam «um esclarecimento público e a resolução imediata desta situação», e comprometem-se a levantar este problema na Assembleia da República através do seu grupo parlamentar.

Vameca suspende 70 trabalhadores

A Comissão Concelhia de Belmonte do PCP manifesta, em comunicado, a sua solidariedade com os trabalhadores da empresa Vameca, e em particular com os cerca de 70 trabalhadores recentemente suspensos. A Vameca é uma fábrica de confecções com o futuro ameaçado que emprega perto de 150 pessoas, e que segundo o PCP, além das «dificuldades reais da própria empresa, como a deficiente gestão, problemas financeiros e de mercado», está a sofrer as conse-

quências da política do Governo, tal como acontece com «dezenas de outras unidades do distrito de Castelo Branco e milhares no País».

Para a Comissão Concelhia do PCP, «é a factura de um Governo de direita ao serviço de grandes grupos e interesses económicos, que está a destruir as empresas, o aparelho produtivo e que paga para não se produzir».

Os comunistas de Belmonte apelam ao «reforço da unidade dos trabalhadores da Vameca, não permi-

tindo a divisão entre os que ficam na fábrica e os que são suspensos». A Comissão Concelhia considera que «é necessários desenvolver esforços e apostar tudo na viabilização da empresa, impedindo que o processo de suspensão se transforme em despedimento colectivo e que a fábrica encerre». Deste modo, o PCP reclama que os trabalhadores suspensos possam voltar aos seus postos de trabalho e que lhes sejam assegurados todos os direitos.

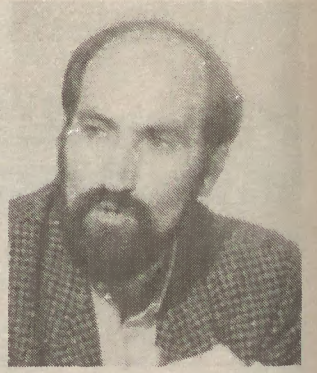
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei de Bases de Política Agrária

«Governo semeou ilusões e não resolveu problemas

— afirma Lino de Carvalho em entrevista ao «Avante!»

Hoje em debate,
por iniciativa
do PCP



A atenção dos trabalhos parlamentares incidirá hoje nas questões agrícolas. Em debate, ocupando a totalidade da sua agenda plenária, estará concretamente um projecto de lei de Bases da Política Agrária, da autoria do Grupo Parlamentar do PCP.

Trata-se de um diploma da maior importância, relativamente ao qual — para além naturalmente das suas qualidades intrínsecas em termos de contributo para a definição de uma política nacional de fomento da produção agrícola —, se espera que funcione como um repto ao Governo e às restantes forças políticas para que rompam o marasmo e apresentem as suas próprias propostas.

Face à gravidade e dimensão dos problemas, num sector em acentuada crise, onde carecem os apoios, urge uma «matriz orientadora para os agricultores portugueses». É dela que nos fala o deputado Lino de Carvalho, nesta entrevista ao «Avante!», onde se antecipam algumas das questões centrais que estarão hoje em debate, nomeadamente das debilidades estruturais da nossa agricultura, da reforma da PAC, do estado de ruína para onde querem empurrar os agricultores, e de algumas das propostas do PCP para fazer frente ao quadro de crise profunda que atravessa os campos e o mundo rural.

São de há muito conhecidas as dificuldades e os problemas por que passa a agricultura portuguesa. Porquê só agora a decisão de apresentar um projecto de lei de Bases da Política Agrária?

É verdade que os problemas da agricultura portuguesa não são de hoje. Mas também é verdade que eles se vêm a agravar desde a integração na Política Agrícola Comum e sobretudo a partir do início da 2.ª etapa de transição como, aliás, o PCP sempre previu e preveniu.

Entretanto, com a reforma da PAC que o Governo de Cavaco Silva impulsionou para servir de bandeira à presidência portuguesa das Comunidades e com o início do Mercado Único e a liberalização das fronteiras — que, por sua vez, o Governo aceitou aplicar pondo fim antecipado ao período de transição de que gozava a agricultura portuguesa — as dificuldades da agricultura e dos agricultores portugueses dispararam em flecha.

O PCP, através designadamente do Grupo Parlamentar, tem vindo a apresentar sucessivas propostas e iniciativas legislativas para praticamente todos os sectores da agricultura. Somos, a muita distância de outros, o Grupo Parlamentar com maior número de iniciativas centradas sobre os problemas reais dos agricultores, sobretudo dos pequenos e médios agricultores. Destaco, por exemplo, o Programa de Emergência para a Agricultura Portuguesa visando dar resposta aos problemas mais imediatos.

Entretanto de há muito que reivindicamos uma lei global estruturante que constitua uma matriz orientadora para os agricultores portugueses. O Governo prometeu-a várias vezes mas nunca a apresentou.

Decidimos, por isso, não esperar mais e, face ao agravamento das dificuldades, à desorientação que atravessa a agricultura e à incapacidade do Governo em definir uma estratégia nacional agrícola, apresentar o nosso Projecto de Lei de Bases de Política Agrária.

Muitos desses problemas não estão certamente dissociados das debilidades estruturais que perpassam a nossa agricultura. Que debilidades são essas?

Uma estrutura fundiária desequilibrada: não se procedeu à correcção das explorações minifundiárias e, no Sul, com a destruição da Reforma Agrária, reconstituiu-se a propriedade latifundiária e os sistemas extensivos de produção; uma muito frágil estrutura produtiva; as nossas produtividades são 2 a 6 vezes inferiores à média da Comunidade e quando o País aderiu à CEE só cobríamos 50% das nossas necessidades agro-alimentares (hoje estamos piores); uma população rural envelhecida com os respectivos espaços rurais em progressivo despovoamento; falta de estruturas associativas ao nível da produção e de comercialização e domínio progressivo da produção pelos interesses financeiros, agro-industrial e agro-comercial colocados a montante e a jusante do sector; forte descapitalização dos agricultores e transferência das mais valias geradas na agricultura para outros sectores seja pela via dos elevados preços dos factores de produção e das taxas de juro seja pela diminuição dos preços pagos ao produtor; ausência de uma estratégia orientadora que promovesse a produção e a qualidade, que assegurasse a concentração da oferta, que garantisse o acesso aos mercados nacionais e internacionais tendo sobretudo em conta que pelos menos há seis anos que se sabia que a agricultura portuguesa iria confrontar-se com os mercados europeu e mundial, muito mais competitivos.

Estes são alguns dos problemas estruturais existentes e que o Governo irresponsavelmente não atacou e não resolveu.

O PSD (como, aliás, anteriormente o PS) preferiu governar para o imediato, para a sustentação das suas clientelas semeando ilusões através de uma política de subsídios que não foi orientada para a reconversão e a modernização das explorações.

Não faltam as vozes que referem que a reforma da Política Agrícola Comum veio agravar muitos desses problemas. A questão que se coloca, porém, é se existe ou não alternativa a essa reforma pelo menos nos moldes em que foi feita.

É evidente que existe alternativa a esta reforma da PAC.

A reforma da PAC necessária é uma reforma que comece por ter em atenção a diversidade das agriculturas europeias não tratando Portugal, que é um País altamente deficitário, com os mesmos critérios que trata as agriculturas do Centro e do Norte da Europa, altamente excedentárias.

Com a reforma feita nós vamos reduzir ainda mais a produção quando precisávamos de a aumentar e vamos continuar a importar cada vez mais, como já está a acontecer, os excedentes dos grandes países produtores.

Exige-se igualmente que os critérios privilegiem as explorações familiares (que contribuem com 57% do Valor Acrescentado Bruto Agrícola, isto é, da riqueza nova criada pelo sector) e o sector cooperativo, no apoio e no acesso às ajudas.

Era urgente, desde logo, que a PAC fosse alargada às produções típicas dos países mediterrânicos — hortícolas, frutícolas, vinho, azeite — apoiando-as e aplicando-lhes o princípio da preferência comunitária.

O que vai acontecer, o que já está a acontecer, com esta reforma da PAC é que se vai acentuar a periferia de Portugal. Deixamos cada vez mais de ter agricultores-produtores para passarmos a ter agricultores-assistidos, abandona-se cada vez mais a produção e a agricultura e com isto desertifica-se e liquida-se o mundo rural.

Acontece, entretanto, que tudo aponta, devido às restrições do orçamento nacional, que a agricultura ficará muito longe de beneficiar da tão propagandeada duplicação dos fundos estruturais no próximo

Quadro Comunitário de Apoio o que vai dificultar, senão impossibilitar mesmo, acertar o passo pelas agriculturas mais desenvolvidas.

Mas é preciso também que se diga que esta reforma da PAC associada ao GATT define uma nova divisão internacional do trabalho e dos mercados de acordo com os interesses não dos povos e das nações nem ao serviço da tão falada coesão económica e social mas sobretudo em função dos grandes interesses económicos das transnacionais agro-alimentares e dos grandes países produtores (Centro e Norte da Europa e EUA).

No decorrer do debate o Governo vai certamente ser confrontado com os resultados concretos de uma política considerada ruínoza pela generalidade dos agricultores. Como caracterizar essa política e quais os seus traços essenciais?

Uma política mede-se pelos seus objectivos e pelos seus resultados.

Quanto aos resultados eles estão bem à vista: quebra real de 35% dos preços agrícolas no produtor entre 1986 e 1992 (sendo que os consumidores continuam a pagar o que compram cada vez mais caro. Os exemplos do vinho e da carne são bem demonstrativos); diminuição de 12% no rendimento agrícola só em 1992; agravamento em 13% da nossa dependência alimentar; quebra de 25% do produto agrícola nos últimos três anos; invasão dos nossos mercados pelas produções estrangeiras enquanto se destrói a produção dos nossos agricultores; perda real de competitividade da agricultura portuguesa quando era necessário o contrário; domínio progressivo das poucas áreas competitivas, como o sector leiteiro, pelas multinacionais do sector como a Parmalat.

A política agrícola do Governo tem sido, sobretudo, uma política feita de acordo com as pressões e interesses dos grupos económicos ligados à importação, à comercialização e à transformação e navegando à bolina de acordo com os ventos soprados pelos mais fortes.

O Ministério de Arlindo Cunha é dominado não pela óptica da produção mas pela óptica do comércio e dos interesses financeiros.

Quais as traves mestras da Lei de Bases da Política Agrária preconizada pelo PCP?

Muito em resumo direi que o sentido geral que atravessa a lei que propomos é o do apoio privilegiado aos agricultores — e preferencialmente aos pequenos e médios agricultores — que adiram aos Programas de Orientação e Fomento da Produção Vegetal, Animal e Florestal propostos.

Para cada uma das produções em que o País pode ter vantagens comparativas ou é deficitário definimos objectivos a atingir.

Propõe-se a definição de zonagens culturais seleccionando o Programa para cada zona as variedades adaptáveis às condições de cada região permitindo uma orientação regional de produção de acordo com os interesses nacionais, as potencialidades de cada zona e os interesses dos agricultores.

No que toca à política florestal defendemos o ordenamento das matas e a protecção, conservação e reconstituição sobretudo da floresta mediterrânica.

Os agricultores que adiram aos Programas beneficiarão de prioridade nas ajudas financeiras, no apoio técnico, na formação profissional e no acesso à máxima bonificação dos créditos.

Damos particular atenção à organização da comercialização visando criar uma rede de postos de concentração e centrais de acondicionamento.

Estimulamos, por fim, o associativismo e a organização dos produtores e a sua participação, sem exclusões, na definição de medidas e políticas globais e sectoriais.

Depois de anunciado o agendamento para debate na nossa Lei de Bases o ministro da Agricultura tem-se desdobrado em notícias e entrevistas para dizer que o Governo brevemente vai apresentar a sua. Só por isto já teria valido a pena o nosso esforço.

No seu articulado existem propostas concretas que permitam por exemplo sustentar o despovoamento em curso dos espaços rurais e o abandono da actividade agrícola, promovendo simultaneamente o fomento da produção?

O que apresentamos é uma Lei de Bases que como o nome explica, é uma lei de orientação e enquadramento geral que permita aos agricultores saberem o que devem produzir e que garantias de apoios e escoamento têm.

Todas as medidas de política propostas têm simultaneamente como objectivo, exactamente, sustentar o despovoamento e o abandono da actividade agrícola de que falas.

Sublinho ainda que a proposta de Lei de Bases que o Partido apresenta é a primeira proposta de orientação global para a agricultura elaborada em Portugal tendo por objectivo o desenvolvimento e a modernização da agricultura, a preservação do meio ambiente e a manutenção do mundo rural para o que é necessário garantir a melhoria dos rendimentos, a remuneração do trabalho e da valorização profissional de quem trabalha a terra.

É um projecto ambicioso, reconheço, mas sério, elaborado colectivamente com a participação de muitos técnicos e camaradas ligados às comissões de agricultura do Partido, que prestigia o Partido e condena um Governo que até ao momento não foi capaz ou não quis traçar um rumo de confiança e esperança para os agricultores portugueses.

Crise no turismo

...Ou a tentação de matar a «galinha dos ovos de ouro»

“O Governo geriu os anos de expansão do turismo como o ouro do Brasil: consumindo-o, sem preparar o futuro”. Feito em devido tempo, sem que na altura lhe fosse prestada a necessária atenção, este alerta do PCP voltou há dias a ser recordado no Parlamento. Em face da crise presente, com contornos que evidenciam problemas de natureza estrutural, as palavras do deputado Lino de Carvalho — foi ele que levou em nome da bancada comunista o assunto à Câmara —, tiveram sobretudo o sentido de um apelo para a necessidade de inverter uma política caracterizada no essencial pela desarticulação das suas acções.

Os resultados desta política, realçados por Lino de Carvalho, estão bem à vista, podendo aferir-se pela quebra das receitas obtidas em 1992 (baixaram para o nível de 1989), pela taxa de ocupação que desceu em 1992 para 55 por cento (menos seis por cento que em 1991 e 1990) e pela descida do período de estada média do turista.

Revelador de como a crise é estrutural, foi ainda o parlamentar comunista a lembrá-lo, é o facto do desemprego e da não renovação dos contratos estarem já a antigir largamente no Algarve não só os trabalhadores sazonais, de fora da região, mas o núcleo de activos permanentes nela sediados.

Uma crise que, tudo indica, tenderá a agravar-se, uma vez que, como salientou Lino de Carvalho, mantém-se a recessão nos principais mercados turísticos de origem, não sendo igualmente a ela alheia a liberalização do transporte aéreo e a entrada em força na concorrência internacional de exóticos mercados, como é o caso das Caraíbas.

Daí que na perspectiva do Grupo comunista seja urgente definir uma política nacional de turismo “assente em Planos Regionais de Turismo”, articulados entre si e com programas de desenvolvimento regional, capazes de promover uma “oferta diversificada e complementar de produtos”, não só de sol e praia, mas também a “fruição do nosso rico património natural, cultural e histórico, a gastronomia, o turismo de animação, os congressos”.

Uma política, em suma — as palavras são de Lino de Carvalho — que não assente os seus objectivos no dinheiro fácil e na especulação imobiliária, no imprevisto, na irresponsabilidade ou no voluntarismo, mas sim que crie infraestruturas diversificadas e de qualidade, que não ceda à tentação de matar — como já está a acontecer nalgumas áreas — a «galinha dos ovos de ouro».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O caso das "vacas loucas" PCP contesta PSD e apresenta alternativa

Distanciando-se das conclusões do relatório elaborado na sequência da audição parlamentar para apurar da existência no nosso País das chamadas "vacas loucas" - as quais, de acordo com o relator do PSD, negam a existência da doença em Portugal -, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou terça-feira, na reunião da Comissão de Agricultura, uma proposta de texto alternativo.

Para a formação comunista, o projecto de relatório apresentado pelo deputado António Morgado (PSD) "não corresponde ao que se passou na audição", e as suas conclusões "são políticas".

Subscrito pelo deputado Lino de Carvalho, o texto apresentado à Comissão sublinha que de acordo com a sintomatologia, o exame clínico, e principalmente o exame feito no LNIV, "foi diagnosticada a existência de encefalotopia espongiiforme dos bovinos (BSE) em quatro casos em Portugal".

Dividida em 14 pontos, a proposta de conclusões apresentada pelo formação comunista salienta que o exame feito, na opinião dos técnicos veterinários que acom-

panharam o caso, "é suficiente para a determinação da doença".

Depois de referir que todas as entidades ouvidas concordam na existência de "probabilidades estatísticas da doença ter existido ou existir em Portugal, em animais importados do Reino Unido", o documento subscrito pelo deputado comunista chama a atenção para o facto de o então Director-Geral de Pecuária, a quem foram entregues os diagnósticos feitos no LNIV, ter "pedido sigilo" em relação aos mesmos, fazendo ainda notar que durante quatro anos a Autoridade Sanitária Nacional, apesar das dúvidas que lhe suscitavam os diagnósticos em seu poder, "não desencadeou nem fez desencadear nenhuma iniciativa, designadamente a realização dos exames complementares de diagnóstico".

Noutro passo, o documento recomenda ao Governo que todos os "animais importados de Inglaterra sejam colocados em regime de vigilância sanitária", tendo Lino de Carvalho defendido ainda a "máxima prudência", de modo a não criar alarmismo na população a propósito do caso.

"Lei dos Disponíveis" Falsa reestruturação liquida postos de trabalho

O deputado comunista Arménio Carlos acusou o Governo de sob a capa da "modernização, reestruturação, mobilidade e disponibilidade", pretender a "liquidação de milhares de postos de trabalho, sem qualquer estudo prévio sobre as efectivas necessidades de pessoal". Foi na passada semana, no decorrer de um debate centrado num projecto de lei do PS relativo à melhoria das condições de trabalho na Administração Pública, a propósito do qual a chamada "lei dos disponíveis" (Decreto-Lei nº 247/92), conhecida pelos trabalhadores como a "lei dos excedentes ou dos despedimentos" acabou por estar presente nas intervenções dos deputados.

Para Arménio Carlos, o diploma governamental está longe de corresponder a qualquer verdadeira "reestruturação e modernização" da Administração Pública, no respeito por uma efectiva "gestão racional" dos recursos humanos, interrogando-se a este respeito sobre a credibilidade de uma lei que "representa a negação desse processo e que, com base em razões puramente economicistas, abre caminho à extinção de milhares de postos de trabalho, acompanhado do afastamento compulsivo dos trabalhadores".

"Que racionalidade é esta, quando é sabido que em Portugal o número de trabalhadores da Administração Pública é muito inferior à média dos restantes países-membros da Comunidade Europeia - inquiriu o deputado comunista, não sem antes perguntar a justificação para o facto de só no Ministério da Saúde existirem 16 mil trabalhadores em situação precária, enquanto se continuam a admitir contratados a termo, pelo prazo de seis meses, improrrogável, quando se sabe que esses trabalhadores são imprescindíveis ao funcionamento das unidades hospitalares como é reconhecido, por exemplo, pelo Centro Hospitalar de Coimbra.

Depois de defender a revogação do diploma em vigor - porventura a forma mais expedita para alterar o injusto quadro actual -, pronunciando-se sobre o projecto socialista, Arménio Carlos considerou que ele contém "medidas pontuais de cunho positivo", embora em sua opinião insuficientes, na medida em que, sublinhou, em aspectos fundamentais, "mantém a filosofia subjacente" à iniciativa legislativa do Governo.

Funcionários Judiciais Governo surdo aos apelos

A deputada comunista Odete Santos acusou o Governo de fazer "orelhas moucas" às reivindicações dos funcionários judiciais e, nessa medida, ser incapaz de resolver os problemas existentes, apesar de todas as alterações já efectuadas ao Estatuto daqueles trabalhadores.

No debate efectuado na passada semana sobre a proposta de lei governamental que autoriza o Governo a rever a Lei Orgânica das secretarias judiciais e o Estatuto dos funcionários de Justiça - diploma aprovado com a abstenção do PCP -, Odete Santos referiu que não pode deixar de causar espanto, a quem assista ao trabalho desenvolvido por aqueles profissionais nos tribunais de maior movimento, "como ainda é possível, apesar de tudo, que um funcionário consiga, fazendo das tripas coração, estar simultaneamente ao serviço de três ou mesmo quatro juizes, ou como os oficiais de justiça do Ministério Público (escassíssimos) conseguem no meio do atendimento ao público, interrogar testemunhas e arguidos, e fazer ainda todo o serviço burocrático que um processo exige".

Para a deputada comunista, as dúvidas quanto às alterações agora propostas pelo Executivo sob a forma de autorização legislativa, resultam mais "daquilo que na mesma está omissa ou impreciso" do que propriamente daquilo que ela contém de afirmativo.

A este propósito, Odete Santos inquiriu se o Governo pretende ou não também alterar, no Estatuto dos Funcionários de Justiça, formas de recrutamento e se quer que o "preenchimento de certas categorias seja feito em regime de comissão de serviço por despacho de nomeação do Director-Geral dos Serviços Judiciários".

Saber se o Governo pretende ou não limitar o próprio direito a férias dos funcionários judiciais e ficar com as mãos livres para determinar a a sua mobilidade, foram ainda interrogações deixadas por Odete Santos, antes de condenar a política do Governo na área da Justiça pelo que considerou ter - em sua opinião uma característica fundamental - de "afrontamento contínuo com todos os protagonistas do mundo forense".

NACIONAL

CNA Luta dos agricultores consegue pacote de crédito especial

«Finalmente o Governo vai criar algumas linhas de crédito "agrícola" com bonificações para reestruturação das dívidas dos Agricultores à banca e para relançamento de algumas produções comprometidas pela seca/92», diz a CNA em comunicado a propósito do «pacote» de linhas de crédito anunciado a semana passada pelo Ministério da Agricultura. Estas medidas, segundo a Confederação Nacional de Agricultura, correspondem «a uma velha reclamação da CNA e dos agricultores».

Segundo relembra o comunicado, a atribuição de linhas de crédito aos agricultores «consta do conjunto de medidas do Plano Nacional de Emergência proposto pela CNA ao Governo, já o ano passado, e de novo reclamado, alto e bom som, durante a concentração nacional de 26 de Abril, frente à residência oficial do Primeiro-Ministro».

Para a confederação, «trata-se de uma medida da mais elementar justiça pois, no nosso país, os juros do crédito agrícola normal matêm-se duas vezes e meia mais altos que a média comunitária».

«Pena é que só agora tenha sido decidida» esta medida governamental, lamenta a CNA, que afirma que «para muitos agricultores já não vem a tempo».

Baseada em experiências recolhidas em situações similares ocorridas num passado recente, a CNA diz que «é agora indispensável informar e apoiar os agricultores interessados quanto ao acesso expedito a estas linhas de crédito».

No final a CNA deixa dois comentários: o primeiro é que «esta medida poderá ser, apenas, um "balão de oxigénio" na agonia de milhares de explorações agrícolas familiares, caso não seja acompanhada, de imediato, das outras medidas igualmente urgentes e reclamadas». Em segundo lugar, a CNA diz que «também é verdade que o Governo português não pode continuar a "dar com uma mão" - estas bonificações nas linhas de crédito - e a "tirar com a outra" - os recentes aumentos dos impostos sobre os combustíveis, as elevadas taxas de electricidade, etc.».

Agricultores de Ovar vão para a luta

Os preços de combustíveis e as elevadas taxas de juro no crédito agrícola foram algumas das questões abordadas no Terceiro Encontro/Assembleia Geral da União dos Agricultores do Conselho de Ovar que se realizou no passado domingo no salão da Junta de Freguesia de Válega, onde foi decidido convocar uma concentração de agricultura para a feira de São João de Ovar a realizar no próximo dia 12 de Julho.

A Assembleia elegeu os seus órgãos sociais com uma direcção com dez pessoas, surgindo à cabeça o nome de Albino Almeida Silva, e mais seis divididas pela Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

Entre as conclusões tiradas nessa reunião está a decisão de apelar «para que os senhores ministros da Agricultura e do Governo ponham cobro às injustiças provocadas pela sua política e pela Política Agrícola Comum», diz-se num comunicado entretanto divulgado.

Entre as razões que motivam o protesto dos agricultores, destacam-se as «taxas de juro mais altas da CEE, com factores de produção mais caros como são exemplos os adubos, rações, gasóleo, energia e as máquinas agrícolas».

«Será com a baixa sistemática dos preços à produção, como o leite, a carne, etc., que podemos produzir com qualidade e em pé de igualdade com os nossos parceiros da Comunidade?», perguntam os agricultores de Ovar.

Entre as reclamações apresentadas estão as exigências de taxas de juro mais baixas e créditos agrícolas devidamente bonificados, subsídio do gasóleo de 35 escudos (actualmente é 30) por litro, reposição do preço do leite ao produtor, garantia sazonal do preço do leite de cinco escudos e 50 centavos no mês de Setembro, escoamento dos produtos a preços compensadores, baixa dos preços dos factores de produção e contenção das importações dos produtos desnecessários.

Queixa de «perturbação da ordem pública»

Manifestantes de Trancoso postos em Tribunal

Os dirigentes da Associação Distrital de Agricultores da Guarda (ADAG) estão judicialmente processados pela GNR, devido à realização de manifestações ocorridas em Trancoso, durante o mês de Fevereiro, na altura noticiadas pelo «Avante!». Acusados pela GNR de «alteração da ordem pública» estão o presidente da ADAG, António Pinto, o dirigente da mesma associação em Gouveia, António Machado, por terem participado em acções de protesto contra a política agrícola e a situação de crise da lavoura no distrito da Guarda.

Em 26 de Fevereiro, agricultores, fazendo-se transportar em tractores e outros veículos rurais, cortaram temporariamente o trânsito nas principais ruas de Trancoso, quando decorria o mercado semanal que na

região é considerado a principal e maior feira abastecedora da Beira Interior e Alta.

Contacto pela agência Lusa, António Pinto disse não temer os resultados da participação judicial, mas sublinhou que «em Portugal a liberdade de expressão está condicionada, mesmo para aqueles que contribuem para o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas».

O presidente da ADAG acrescentou que os motivos que levaram ao protesto e manifestações de Fevereiro se mantêm actuais, «pois que é cada vez mais difícil fazer agricultura numa região onde não há apoios efectivos à produção, a poluição destrói o ambiente no rio Távora que nasce em Trancoso e aumenta a desertificação humana».

O julgamento decorrente deste processo não está ainda marcado.

Delegação do PCP na China

Por lapso, na notícia publicada no número anterior do «Avante!» sobre a visita de estudo de uma delegação do PCP à República Popular da China, não foi referido que a delegação do PCP foi também recebida pelo camarada Zhu Shanqing, vice-chefe do departamento das Relações Internacionais do CC do PC da China, com quem manteve uma longa e proveitosa entrevista.

Irão

O presidente iraniano, Ali Akbar Hachemi-Rafsandjani, foi reeleito sexta-feira para um segundo mandato de quatro anos, com 63 por cento dos votos expressos. De acordo com os dados oficiais, o presidente obteve cerca de 10,5 milhões de sufrágios dos 16 milhões de votantes, o que fica muito aquém dos 94 por cento conseguidos nas eleições de 1989.

Nas eleições de dia 11 votaram 57 por cento dos 29 milhões de eleitores, contra cerca de 70 por cento no escrutínio de 1989.

O principal opositor de Rafsandjani, o antigo ministro do Trabalho Ahmad Tavakkoli, obteve quatro milhões de votos, ou seja, 24 por cento.

Alemanha

A violência continua na ordem do dia na Alemanha, onde após uma série de ataques a instalações de emigrantes, especialmente turcos, neonazis abriram fogo contra manifestantes num bairro de Hamburgo. Uma pessoa ficou ferida.

Os manifestantes, alguns deles encapuçados, protestavam junto de um apartamento ocupado por neonazis, que acabou por ser tomado pela polícia. De acordo com as autoridades, no local foram apreendidas armas de fogo, explosivos e material de propaganda.

Bolívia

O general Hugo Banzer, que impôs uma ditadura militar na Bolívia entre 1971 e 1978, renunciou a semana passada à candidatura à segunda volta das presidenciais, no próximo dia 6 de Agosto, através de eleições no Congresso.

A decisão foi tomada depois de o "Acordo Patriótico", coligação no Poder pela qual Banzer se candidatou, ter ficado em segundo lugar nas eleições gerais celebradas no passado dia 4 de Junho. Recordar-se que o candidato vencedor, Sanchez de Lozada, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), não conseguiu obter a maioria absoluta.

Nas eleições gerais, as terceiras desde o regresso do país ao parlamentarismo em 1982, foram às urnas cerca de 2,3 milhões de eleitores para escolher 14 candidatos à presidência e renovar 27 lugares do Senado e 130 da Câmara baixa.

Na Bolívia as eleições presidenciais decorrem em duas voltas: a primeira por sufrágio universal; a segunda, realizada quando nenhum candidato obtém mais de 50 por cento dos votos, decorre no Congresso, que escolhe o presidente entre os três candidatos mais votados.

Espanha

As vendas de automóveis em Espanha baixaram 31,19 por cento nos primeiros cinco meses deste ano, anunciaram recentemente as associações de fabricantes e transportadores do ramo.

De acordo com aquela fonte, as vendas situaram-se nas 66 755 unidades, em Maio, o que representa uma descida de 20,5 por cento em relação ao mesmo mês do ano passado.

Os fabricantes, que consideram a situação no sector "gravíssima", registaram também uma queda de 14 por cento nas exportações de Janeiro a Abril, em relação a igual período de 1992.

Dos fabricantes estrangeiros instalados em Espanha, apenas a Nissan e a Opel registaram valores positivos (8,54 por cento e 5,5 por cento, respectivamente), nas vendas comparadas entre Maio deste ano e Maio de 1992. Nas importações, a Audi registou uma queda de 28,86 por cento, o grupo Fiat de 13,13 por cento, a Volvo de 14,76 por cento e a BMW de 4,77 por cento.

Canadá

A ministra canadiana da Defesa, Kim Campbell, foi escolhida domingo como líder do Partido Progressista Conservador e primeira-ministra do Canadá. O dirigente dos conservadores, partido maioritário na Câmara dos Comuns, assume por inerência as funções de chefe do governo.

Campbell, de 46 anos, vai substituir o primeiro-ministro demissionário, Bryan Mulroney, tornando-se assim na primeira mulher a assumir tais funções naquele país.

Advogada, antiga professora universitária e ex-ministra da Justiça, Campbell foi eleita à segunda volta do escrutínio, em que participaram os 3476 delegados do seu partido, reunidos em Congresso em Otava, com 53 por cento dos votos. O seu opositor mais directo, Jean Charest, ministro do Ambiente, obteve 47 por cento dos votos.

Iraque

O Iraque acusou, sábado, a aviação dos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha de lançarem bombas incendiárias sobre campos agrícolas da província de Nineveh.

Segundo a agência iraquiana, INA, as bombas foram lançadas na terça-feira sobre a região de Al Salamiya, 400 quilómetros a norte de Bagdad.

Os aviões das forças aliadas, estacionados no sueste da Turquia, sobrevoam regularmente a "zona de exclusão aérea" estabelecida após a guerra do Golfo a norte do paralelo 36, alegadamente para proteger os curdos iraquianos.

Camboja

Entre a secessão e a guerra

O príncipe Norodom Sihanouk, presidente do Conselho Nacional Supremo (organismo que congrega as quatro principais facções khmer), pediu segunda-feira aos cambojanos que desistam da intenção de dividir o país.

Falando na sessão inaugural da nova Assembleia Constituinte, em Phnom Penh, Sihanouk apelou "às facções responsáveis para que ponham termo sem demora à partilha do Camboja" e defendeu a consolidação da paz "através da reconciliação nacional, a união nacional e o cessar-fogo global e definitivo em todo o território nacional".

As eleições de Maio, consideradas "livres e justas" pelos representantes das

Nações Unidas, foram ganhas pelo partido Funcipec (monárquico), que recolheu 58 dos 120 lugares da Assembleia Nacional. O partido é liderado por Norodom Ranaridh, um dos filhos de Sihanouk. Mas os resultados foram postos em causa pelo Partido do Povo Cambojano (no Poder) e claramente rejeitados por outro dos filhos de Sihanouk — o príncipe Chakrapong — que aderiu ao regime de Pyong Yang em 1992.

Chakrapong declarou, no sábado, a secessão de sete províncias do leste do país, que representam cerca de 40 por cento do território nacional. A criação de tais "zonas autónomas" foi de imediato rejeitada pelo Partido do

Povo, para quem as alegadas irregularidades eleitorais não devem pôr em causa o processo de paz.

A situação está no entanto cada vez mais perigosa. No domingo, o príncipe Ranaridh declarou estar decidido a recorrer à ajuda externa para evitar a secessão. "Estamos dispostos a preparar as nossas próprias forças para a luta e libertar aquela parte do Camboja. Não é uma ameaça, nem uma chantagem da minha parte, mas uma questão de defesa própria", declarou.

O príncipe Sihanouk, que no seu discurso aos deputados saudou o início de uma "nova era" no Camboja, a era da "democracia liberal, do sistema político pluralista, da economia de mercado

e da livre iniciativa", foi entretanto investido de "plenos poderes especiais". Os deputados do Funcipec adoptaram uma resolução devolvendo ao antigo soberano o título de Chefe de Estado e conferindo-lhe os referidos poderes, não especificados, para organizar e estabilizar o país. Uma forma no mínimo preocupante de iniciar a "nova era", sobretudo tendo em conta a concentração de poderes nas mãos de quem, até ser derrubado, nunca se preocupou com a democracia e que não hesitou, mais tarde, em aliar-se aos kmers — responsáveis pela chacina de dois milhões de cambojanos — para combater o Partido do Povo até agora no Poder.

Movimento ZLAN em defesa da Paz Ambiente e Cooperação

O VI Encontro Nacional do Movimento ZLAN — Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação, realizou-se nos dias 11 e 12 de Junho, em Chaves. No final dos trabalhos foi aprovada por unanimidade uma Resolução em que se reafirma a convicção de que "o desenvolvimento é a melhor arma para acabar com as injustiças e ameaças à Paz" e se defende o crescente empenhamento do Poder Local nesta frente de luta, sugerindo-se mesmo a instituição de um pelouro nas autarquias orientado para o tratamento das questões da Paz, Ambiente e Cooperação.

Nos seus considerandos, a Resolução salienta que o fim da 'guerra fria' afastou a ameaça do holocausto nuclear, mas não confirmou as expectativas daí decorrentes de um mundo mais seguro e de uma "nova ordem internacional, capaz de garantir a vida sobre a Terra e melhorar as condições de vida da Humanidade.

Enquanto por um lado continua a produção de armas nucleares e o número e a intensidade dos conflitos armados recrudescem, por outro lado alastra o flagelo da fome, a exclusão social pelo desemprego, aumenta o número de drogados e de seropositivos, e as manifestações racistas e xenófobas voltam a ensombrar o mundo.

As medidas para a defesa do ambiente, aprovadas na Conferência do Rio de Janeiro, continuam a não ser implementadas.

A repressão em Timor não sofreu alterações, enquanto países da CE fornecem armas à Indonésia, ao mesmo tempo em que a guerra em Angola

assume proporções cada vez mais dramáticas e persistem os que culpabilizam igualmente os que aceitaram as regras democráticas e os que logo após as eleições pegaram em armas para se imporem pela força.

Na Palestina, as centenas de resoluções da ONU são sistematicamente ignoradas; Cuba continua a ser vítima de um bloqueio que a comunidade internacional considera

ilegal; e a possibilidade de uma intervenção armada na ex-Jugoslávia, envolvendo Portugal, é uma possibilidade em aberto.

É neste contexto que o Movimento ZLAN considera indispensável a tomada de medidas que promovam a efectiva defesa da Paz, do Ambiente e da Cooperação, consubstanciadas na declaração que publicamos em separado.



Declaração

1 — Urge procurar a desnuclearização global e entretanto defender a desnuclearização regional, em particular na península Coreana, na Índia e Paquistão, na América do Sul, Israel e África Austral.

A renovação do Tratado de Não Proliferação das armas nucleares é uma medida necessária à manutenção da Paz e qualquer denúncia deste Tratado pelos países signatários é negativa por contrariar os objectivos do desarmamento nuclear.

O fim definitivo dos testes nucleares afiguram-se-nos como um passo determinante para afastar a ameaça nuclear, e neste sentido saudamos a decisão do Presidente Clinton em acabar com o Programa da Guerra das Estrelas.

A própria utilização pacífica do nuclear envolve riscos terríveis que não podem de algum modo ser subestimados;

2 — O desenvolvimento é a melhor arma para acabar com as injustiças e ameaças à Paz e a economia resultante do fim da corrida aos armamentos libertaria recursos capazes de eliminar alguns dos piores flagelos da Humanidade;

3 — Denuncia as atitudes xenófobas como contrárias às tradições portuguesas, e susceptíveis de engendrar mais violência e injustiças;

4 — A contradição entre a luta contra o desemprego e a luta contra a poluição deve ser resolvida através da aplicação de uma legislação adequada e respectiva fiscalização atempada, periódica, generalizada e prévia aos factos consumados e que contemple os custos sociais daí resultantes;

5 — Os ataques mais violentos ao ambiente devem ser considerados crimes e como tal contemplados pelo Código Penal;

6 — A opinião devidamente fundamentada dos autarcas não deverá nunca ser ignorada quanto ao

ordenamento do território, à construção de infra-estruturas como auto-estradas, barragens, transferências de águas entre bacias hidrográficas, pontes, lugares industriais, depósitos de lixo e de produtos tóxicos, nomeadamente os efluentes nocivos, seja os de origem biológica, seja os de origem inorgânica; neste âmbito, não são aceitáveis decisões tomadas por países estrangeiros que possam prejudicar a qualidade de vida dos portugueses;

7 — Às autarquias compete também assumir a atitude mais adequada à condenação da repressão em Timor-Leste, à guerra em Angola, à defesa dos direitos humanos na Palestina, ao fim do bloqueio contra Cuba, a uma atitude da Comunidade Internacional sobre a ex-Jugoslávia que privilegie o entendimento entre as populações, associado a um bloqueio de fornecimento de armamento a todos os beligerantes, em detrimento de qualquer tipo de intervenção armada;

8 — O Movimento deve alargar e reforçar a sua área de intervenção; nomeadamente:

— criando um Gabinete de Apoio Jurídico e Consultadoria a todas as Autarquias na área do ambiente;

— sugerindo a instituição de um pelouro nas Autarquias orientado para o tratamento das questões da Paz, Ambiente e Cooperação;

— apoiando as iniciativas locais das populações viradas para a defesa do ambiente e desenvolvimento;

— melhorando as condições de acesso das populações a uma informação livre e não manipulada por interesses associados ao poder económico e político, pois que a falta de percepção pelas populações dos problemas do ambiente e das suas causas afecta a sua capacidade de participação e de intervenção democrática nos mecanismos de decisão.

Somália

Forças da ONU provocam destruição e morte

Operação Restaurar a Esperança degenera em luta armada entre "capacetes azuis" e milícias somalis.

A actuação das forças da ONU na Somália está a ser alvo de crescente contestação. Após a emboscada do passado dia 5, que custou a vida a 26 "capacetes azuis" paquistaneses, os militares das Nações Unidas enveredaram pelo uso indiscriminado das armas, tendo vitimado nos últimos dias cerca de uma centena de somalis, entre mortos e feridos.

Desde o princípio da Operação Restaurar a Esperança, em Dezembro do ano passado, que se avolumavam os receios de sangrentos confrontos entre as forças da ONU e a população somali. Passados os primeiros dias de euforia, em que as forças internacionais (lideradas primeiro pelos EUA e depois, oficialmente, pelas Nações Unidas) numa operação mediática sem precedentes, distribuíram alimentos, tentaram desarmar os beligerantes e procuraram um acordo entre as partes, que a situação caiu num impasse.

Para a história ficaram as imagens de soldados norte-americanos a distribuir chocolates a crianças somalis e a patrulhar as ruas de Mogadíscio. O aparente regresso à normalidade num país dilacerado por uma guerra civil sem quartel não durou muito tempo. E as forças da Onusom II, enviadas para a ajuda humanitária à Somália, acabaram envolvidas numa guerra com as milícias, em que a população é a principal vítima.

As acusações sucedem-se de parte a parte.

O general Aidid - o "senhor da guerra" que controla a maior parte de Mogadíscio - é acusado de "ataques selvagens" aos capacetes azuis e de utilizar mulheres e crianças como escudos humanos. O general, por seu turno, acusa as forças aliadas e os EUA em

veis. As operações desencadeadas em resposta à emboscada que vitimou os 26 paquistaneses, alegadamente contra posições do general Aidid, vitimaram sobretudo civis; uma manifestação de protesto contra as actividades militares da ONU foi

presidente norte-americano, Bill Clinton, tenha vindo a público no passado fim-de-semana manifestar a sua satisfação pelo "êxito" da operação aérea e terrestre contra as instalações da guerrilha. "Estamos a desencadear um rude golpe contra a desordem e o assassinio, e a afirmar o empenhamento do mundo na justiça e na segurança", disse Clinton, garantindo que com este ataque "a comunidade mundial procura restabelecer a lei e a ordem na capital da Somália e reafirmar a sua determinação em preservar a segurança das forças da ONU".

O presidente dos EUA afirmou ainda que "uma pequena mas perigosa minoria de somalis está decidida a provocar o terror e o caos", pelo que "para lidar com essa gente as forças da ONU devem estar prontas a usar a força para defender-se a si próprias e atingir os seus objectivos de implantação da paz na Somália".

A questão que se coloca é a de saber à custa de quantas vítimas mais?



particular de estarem a levar a cabo um "massacre de populações desarmadas" e de terem deixado de ser "uma força de manutenção da paz, passando a uma força da morte".

Satisfação americana

As imagens divulgadas nos últimos dias são terrí-

recebida a tiro pelas forças paquistanesas; um camião com mulheres e crianças foi atingido pelas mesmas forças quando estas abriram fogo sobre uma multidão que se manifestava junto do hotel onde se encontram a maioria dos jornalistas estrangeiros que cobrem os acontecimentos na Somália.

É no mínimo inoportuno que, nestas circunstâncias, o

ONU contestada

Restaurar a "ordem" pelas armas é sempre um processo complexo e controverso. Mais ainda se quem se propõe fazê-lo são forças estrangeiras. A manipulação de populações secularmente divididas por ódios, rivalidades, raças, crenças, torna-se nestes casos ainda mais fácil. E a partir do momento em que o sangue dos inocentes começa a correr, o fosso que divide as partes em confronto aprofunda-se. Não é por acaso que a Aliança Nacional Somali (SNA), apoiante do general Aidid, divulga em Roma um comunicado assinalando que os manifestantes contra a presença das forças das Nações Unidas são cada vez em maior número e que "a Somália pertence aos somalis e não é uma terra sem dono". Ou que nas ruas de Mogadíscio comecem a aparecer folhetos anónimos onde se pode ler: "não temos necessidade de ajuda sob a forma de bombardeamentos, mas sim de assistência humanitária".

A tragédia em que se está a converter a missão da Onusom não será resolvida com o crescente recurso à força das armas, mas é isso mesmo que está previsto. As famílias das vítimas, passadas e futuras, não encontrarão grande consolo nas palavras de Butros Ghali, secretário-geral da ONU, lamentando tais "acidentes".

Apelo à unidade contra a Unita

"Centenas de pacíficos cidadãos morrem todos os dias, tanto em consequência directa do impacto de cargas explosivas lançadas pela Unita, como por inanição, sub-alimentação, falta de medicamentos e outras condições hospitalares" - afirmou segunda-feira o Primeiro-ministro angolano, Marcolino Moco, numa comunicação à Assembleia Nacional, em Luanda, onde pediu apoio aos deputados no actual combate "frente à Unita militarista de Jonas Savimbi".

A intervenção de Marcolino Moco ocorreu num momento particularmente grave da situação em Angola, com o agudizar dos confrontos e o agravamento das condições de vida da população, de que se têm feito eco diversas organizações internacionais. Esperava-se mesmo que o chefe do executivo angolano anunciasse o estado de emergência, mas tal não aconteceu, optando o governo por apelar ao empenhamento de todos na luta pela sobrevivência da democracia.

Como afirmou o responsável angolano, face ao "cada vez maior isolamento internacional a que a Unita está a ser votada", há que conjugar esforços no "dever prioritário" de aumentar o apoio ao "esforço de guerra, para contrariar o plano do inimigo de tomada do poder pela força das armas".

"Na medida em que cada um de nós e de vós souber explicar à juventude a razão por que deve alistar-se nas Forças Armadas, e na medida ainda em que possamos contribuir, com a nossa conduta, para o acender da combatividade das nossas unidades no terreno, estaremos - estou convicido disso - a realizar um importante investimento para que a democracia nascente não desmorone" - disse Marcelino Moco.

Optando por apostar na consciencialização da juventude ao invés da sua arregimentação obrigatória para a luta armada, o governo não deixou de criticar o "deficiente trabalho de sensibilização da juventude e da população para a actual campanha de recrutamento militar", cujo número de voluntários tem ficado aquém do esperado. Pelo sua parte, o executivo tem "estado a aplicar um conjunto de medidas organizativas e funcionais que se ajustem ao actual panorama de guerra".

Para Marcolino Moco, "é preciso agora a mobilização dos espíritos para o esforço de guerra", pelo que importa "emendar os erros do passado", que levaram à subestimação da "bestialidade do inimigo, e a valorizar supostas virtudes de apátridas apenas apostados na conquista do Poder".

Luta pela democracia

Depois de sublinhar que o "governo angolano não cultiva a violência pela violência", Moco recordou que vezes sem conta o executivo deu "provas indesmentíveis de tolerância e de compreensão, sempre em homenagem à paz". Mas o que se passa hoje nas Lundas ou no Cuando-Cubango, Soyo, Cuito ou Ndalatando, frizou, "não são meras questões académicas sobre esta ou aquela corrente filosófica e merecem uma resposta firme". Trata-se, na sua opinião, "de uma guerra sem quartel", pois o povo angolano está a morrer. "É uma guerra entre o povo e os seus carrascos. Diante de tudo isto, não pode haver neutralidade possível".

A confirmar a sua análise da situação, o Primeiro-ministro angolano fez o ponto da situação de guerra no país. Afirmou que a "Unita de Savimbi programou a tomada próxima das cidades do Cuito e Menongue, ao mesmo tempo que se assiste a um incremento de esforços na província do Cuanza-sul com o objectivo de progredir na direcção Quibala-Dondo". E adiantou que, no norte, depois de ter tomado o Soyo, a Unita iniciou um movimento para sul, tendo reforçado as suas tropas nas direcções Muxalundo-Caxito e Quibaxe-Caxito, enquanto, na região de Malange, exerce grande pressão sobre a capital. No restante território, disse, "a Unita actua com o objectivo de manter a instabilidade, dificultando o abastecimento às populações e impedindo ao máximo a sua circulação".

Marcolino Moco afirmou ainda que "servindo-se do apoio que dispõe no Zaire, a Unita tem recebido abastecimento de munições e de mais materiais através do porto de Boma", enquanto, na região de Banana, "foi instalada, por sul-africanos, uma base de mercenários onde têm sido formados militares zairenses, que combatem ao lado da Unita no Soyo, em Cabinda e no Cuito".

Depois de reafirmar que "mercenários de diversas nacionalidades reforçaram recentemente as hostes da Unita" e que "sul-africanos continuam a apoiar a Unita financeira e materialmente, além da presença de conselheiros militares", o responsável angolano denunciou que se assiste, nos últimos tempos, a "um incremento de voos provenientes da África do Sul para Andulo e para Licua", enquanto do Zaire se tem registado "um inusitado movimento aéreo para os aeroportos do norte do país".

Perante esta situação, Marcolino Moco deixou aos deputados uma mensagem bem clara: "se há pouco lutávamos pela nossa independência política, hoje lutamos pela sobrevivência da democracia, pela unidade do nosso país e pela paz".

Nota do Gabinete de Imprensa

1. O crescente envolvimento militar das tropas da ONU e das Forças Especiais dos EUA na Somália, que se traduziu já em perigosos confrontos militares com elementos de uma organização político-militar somali e em acções de brutal repressão da própria população somali, é bem um vivo exemplo de uma política intervencionista sob a capa da ajuda humanitária.

2. Com efeito, instrumentalizando as Nações Unidas e subvertendo os princípios da sua Carta, uma política de ingerência do imperialismo nos assuntos internos dos povos e de países soberanos, seja qual for o pretexto invocado, não contribui para resolver os graves problemas que enfrentam hoje os povos do Terceiro Mundo, antes tende a agravá-los, a provocar novos sofrimentos e a alimentar novos e perigosos focos de tensão e de guerra.

3. Tirando partido e explorando a fundo os generosos sentimentos de solidariedade humana face à fome das populações somalis e à desagregação do país, os EUA e os seus aliados obtiveram do Conselho de Segurança da ONU uma decisão de enviar tropas para a Somália com toda a espectacularidade mediática que se conheceu e que dizia visar objec-

tivos puramente humanitários. Porém, como é universalmente reconhecido, a distribuição de ajuda alimentar não conheceu melhorias significativas, antes as tropas da ONU começaram a envolver-se e a enfrentar-se directamente com a própria população. O elevado número de mortos e feridos já provocados por acções militares e repressivas na Somália, constitui um flagrante desmentido do carácter supostamente «humanitário» da operação «Provide Hope» e evidencia a sua natureza agressiva.

4. O PCP é favorável à solidariedade com os povos carecidos de um plano alimentar, sanitário e médico, mas não pode deixar de alertar que, por detrás desse nobre objectivo se escondem, neste caso da Somália, interesses económicos (como jazidas de petróleo) e geoestratégicos.

O chamado «direito de ingerência humanitária» que o imperialismo procura consagrar como norma do direito internacional em contraposição ao respeito pela independência e soberania de povos e países, mais não é, como o PCP tem sublinhado, que um instrumento da sua política de expansão e hegemonia no plano mundial.

15.6.93

O Gabinete de Imprensa do PCP

Emigrantes em França O fio da navalha

Emigrantes são os que daqui saem. Imigrantes são os que lá entram. Cidadãos europeus não são nenhuns deles, nem sequer no papel, quanto mais nos direitos. Com o futuro incerto e um presente difícil, os emigrantes portugueses em França vivem como se tivessem de equilibrar-se sobre uma fronteira. As fronteiras foram abertas aos capitais e às mercadorias. Mas permanecem para os trabalhadores. Já na segunda e na terceira gerações, os emigrantes que demandaram França para viver com dignidade e alugar a sua força de trabalho a baixo preço para fazerem a prosperidade dos gigantes europeus, correm o risco hoje, na crise, de serem

Resistir e lutar

João Ramos, dirigente sindical da CGT, militante associativo, há muito tempo radicado em França, velho conhecido do nosso jornal que há anos o entrevistou e com quem visitámos portugueses a trabalhar na construção civil em França. Já lá vai o tempo. Governos socialistas, o primeiro deles aliado aos comunistas, deixaram passar a oportunidade de fazer uma política de esquerda. Desta vez, a direita voltou ao poder. E os trabalhadores começaram a pagar a factura. E os imigrantes no país foram dos primeiros a sentir as consequências da viragem à direita. A Lei Pasqua — já tristemente célebre ainda que em discussão — promete dar alegrias ao sr. Le Pen e satisfações ao patronato, retirando direitos aos trabalhadores, nomeadamente aos seus filhos que hoje já não terão oportunidade de, automaticamente, se nascidos em França, adquirirem a nacionalidade. Das dificuldades e das lutas dos trabalhadores nos fala João Ramos. Começando pelas «novidades».

«A primeira novidade são os 25 mil portugueses atingidos pela chamada lei do solo, ainda em discussão mas já sob o fogo, nomeadamente, das igrejas — católica, protestante, muçulmana. Na minha opinião, ainda que com alguns arranjos, essa lei vai passar.»

E João Ramos explica: «Até hoje, alguém que nascesse em França seria automaticamente francês, a não ser que requeresse diferentemente. Agora, vão ser obrigados a pedir a nacionalidade. Portanto, antes dos 18 anos, momento em que podem pedir a nacionalidade, são estrangeiros. E podem, portanto, ser enviados para o país dos pais.»

«O espírito da lei constitui um retrocesso enorme. Nomeadamente em relação ao direito de asilo. Nem sequer tem em consideração os acordos celebrados em Maastricht e mostram que continuam a manter-se as fronteiras para os cidadãos.»

A primeira bola

Estas medidas são como que a primeira bola a sair do saco do novo governo de direita que sucedeu ao do PS francês. Pedimos a João Ramos para comentar estes primeiros passos. Referindo-se ainda à Lei Pasqua, disse-nos:

«Trata-se de uma das primeiras medidas tomadas por este governo. E que é acompanhada de uma regressão social enorme e de uma ofensiva patronal raramente vista (nem em 1958!), com a discriminação dos trabalhadores imigrantes e também dos mais pobres dos franceses. Recordo que há 8 milhões de franceses mal nutridos; que cerca de 200 mil não têm domicílio fixo; que há perto de 5 milhões de desempregados (nos 3 milhões de desempregados oficiais não se contam os indicadores do Serviço Nacional de Emprego). Há ainda a sublinhar a perda do poder de compra e, por parte do patronato, a diminuição dos descontos para a Segurança Social, Fundo de Desemprego e Abono de Família. Inclusivamente com o patronato a declarar que os não assume! Hoje há cerca de 80 mil milhões de francos de dívidas das empresas à Segurança Social.»

«Ao mesmo tempo temos de registar que os 125 mil milhões de francos que o patronato embolsou para a formação profissional não têm criado emprego. O desemprego continua a aumentar brutalmente.»

E que efeitos tem esta política sobre os imigrantes? «Esta situação social grave tem uma incidência mais grave ainda sobre os imigrantes. Quanto aos portugueses, mesmo se num primeiro tempo se pensava que não iam ser atingidos por esta política de agravamento das condições sociais, o que é certo é que foram.»

«A ilusão de que a Europa ia resolver tudo revelou-se isso mesmo — uma ilusão.»

«Se se considerar, por exemplo, algumas das empresas dos oito grupos da construção civil, temos 6 mil despedimentos. E prevê-se um aumento do desemprego até ao fim do ano e nos primeiros meses de 94, que vai ser desastroso na imigração portuguesa. Um exemplo recente, é a Nordfrance, que labora hoje com 50 por cento do efectivo. Eram mais de 700 trabalhadores e são agora menos de 400. E a grande maioria dos trabalhadores são portugueses.»

Que direitos?

Mas a triste sorte dos portugueses não acaba aqui, na discriminação como trabalhadores efectivos ou na ameaça do desemprego. Também os reformados são atingidos. João Ramos conta:

«Há pré-reformados, que ficam a beneficiar de 60 por cento do salário, mas que têm de manter o domicílio em França; há os que, com 60 anos, foram despedidos, e que ficaram apenas com um máximo de 2800 francos; há ainda os que chegam à reforma mas que, se forem para Portugal, serão pagos pela tarifa portuguesa!»

E dá-nos um exemplo:

«Um imigrante português, que antes de vir para cá trabalhou oito anos numa empresa para os caminhos-de-ferro portugueses, e em França trabalhou trinta anos, pensou que viria a ter a reforma completa. Quando a pediu, a empresa para que tinha trabalhado em Portugal não tinha feito os descontos...»

«Daqui a poucos anos», sublinhou João Ramos, «estes casos isolados serão a generalidade.»

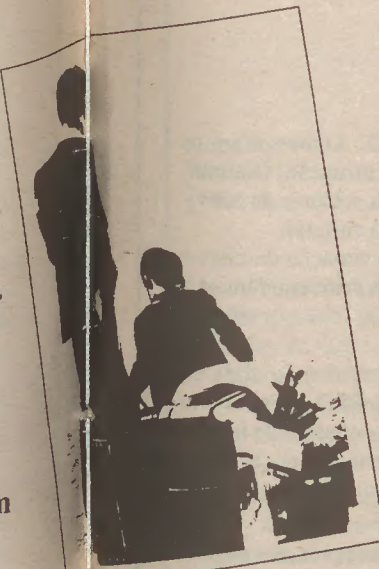
«Há ainda outro aspecto», refere. «Os que já cá têm filhos e netos, que têm casa lá em baixo e, se regressarem, ficam isolados, sem família. Vou para lá, dizem eles, viver sozinho como um clochard (vagabundo)...»

Mas há o reverso da medalha. Isto é, a luta. Diz-nos o dirigente sindical:

«Hoje, a primeira e a segunda gerações começam a organizar-se e a lutar. Apesar das campanhas de propaganda governamentais terem elogiado os portugueses, eles estão dispostos à luta, não só os da segunda geração como os que já vieram depois do 25 de Abril. Os mais velhos, que já foram atingidos por esta política, também resistem. Apesar das loas aos portugueses, o patronato vai ter de amargar muito com eles. E os velhos dizem aos filhos: "não se deixem levar como nós, que fomos obrigados a isso pela necessidade e pelo fascismo!"»

abandonados, de um lado e do outro da fronteira que ainda lá está. O governo francês, de direita, recusa aos filhos e netos de emigrantes a nacionalidade e os direitos que a ela são inerentes. O Governo de direita português abandona-os e diz que já não são emigrantes, retira-lhes o pouco que lhes outorgava. Pouco, mas importante — o ensino da Língua Pátria. Entre esta dupla rejeição, o abandono cavaquista e o racismo de Pasqua, a vida é um fio de navalha.

EM FOCO



■ LM

Os portugueses em números

Um documento apresentado em Abril passado por João Ramos no Encontro da Comunidade Portuguesa, realizado em Nanterre, forneceu dados interessantes para o conhecimento da realidade da emigração portuguesa naquele país. Como o próprio documento refere, os dados apresentados foram recolhidos das publicações do Instituto Nacional de Estatística e dos Estudos Económicos em França e têm como base o recenseamento de 1990, não tendo portanto em conta as alterações produzidas desde então. De notar que dados não oficiais avançavam, ainda para 1990, o número de 200 mil portugueses «legais» naquele país.

Conforme se pode verificar nos quadros juntos, a emigração portuguesa em França é relativamente recente à escala da História e começou a tomar importância a partir de 1962, com 50 010 emigrantes, para atingir os 758 925 trabalhadores em 1975.

Emigração essencialmente económica, na sua maioria oriunda de zonas rurais e por consequência pouco alfabetizada, concentrou-se fortemente em algumas regiões, nomeadamente na região de Paris, embora se possa encontrar dispersa por todo o território francês.

Regista-se no documento apresentado por João Ramos:

«A sua dispersão profissional: mesmo se existem ramos ou indústrias com fortes concentrações como a construção civil, indústria automóvel, limpeza doméstica ou industrial, ela está a mais de 50% dispersa nos diferentes ramos profissionais.»

«A imigração portuguesa na sua maioria não conhece a história do movimento operário, quer em Portugal, dada a repressão que exerceu o Estado fascista, quer em França, dados os problemas de aprendizagem da língua, mas igualmente as campanhas desenvolvidas pelos organismos oficiais portugueses, jornais, televisão, etc...»

«A notar igualmente que a imigração portuguesa, sendo na sua maioria económica, e numa idade compreendida entre os 30 e 50 anos, não reunia as melhores condições para participar no movimento reivindicativo.»

«A grande vaga de imigrantes portugueses efectua-se de 68 a 75 — cerca de 500 mil trabalhadores. É bom notar que é neste momento que os países desenvolvidos começam a entrar em crise.»

«Todos sabemos igualmente, que é necessário um tempo de adaptação no país onde chegamos, que a aprendizagem da língua não é fácil e sobretudo quando se exercem as profissões mais

A emigração ao longo dos anos

1921	11 pessoas
1926	29 »
1931	49 »
1936	28 »
1946	22 261
1954	20 085
1962	50 010
1968	296 448

◆ Depois de 1968, uma nova vaga de emigrantes em França
◆ Chegada a França de milhares de portugueses em condições difíceis.

1975	758 925 pessoas	22,0%*
1982	767 304	20,7%*
1990	645 578	17,9%*

Resultados do recenseamento de 1990

Homens: 345 150	Mulheres: 300 428
de 0 a 14 anos	105 389
de 15 a 24 anos	117 649
de 25 a 34 anos	121 347
de 35 a 54 anos	235 317
de 55 a 64 anos	49 660
de 65 ou +	16 216

Adquiriram a nacionalidade

Total: 153 259
71 962 Homens
81 297 Mulheres

População activa

Total: 388 959
239 175 Homens
149 784 Mulheres



São os portugueses a defenderem os seus próprios a sua cultura. Sem ajudas de cá e poucos apoios de lá

Abandonar o Português abandonar os portugueses

Ensinar Português ou abandonar os portugueses no estrangeiro à sua sorte, cortando-lhes a possibilidade de aprenderem a língua que, na segunda e terceira gerações é o único vínculo que os liga ao país de onde seus pais saíram, já que memória de Portugal não possuem? O abandono parece ser a opção do Governo de Cavaco Silva, no mesmo momento em que na Europa a rejeição dos filhos de imigrantes está a ser preparada activamente. Entretanto, a febre da privatização parece, por outro lado, estender-se para além das fronteiras, e existe a tese — ao mesmo tempo que a prática a facilita — de que quem quiser saber Português que o pague e procure uma escola particular. Sofrem os emigrantes portugueses. Mas também os professores de Português que, na Europa, se vêem por sua vez abandonados e sem perspectivas de vir a trabalhar no próximo ano lectivo. Sobre o assunto entrevistámos uma professora, Maria Olímpia Moreira, no mesmo dia em que uma Assembleia Geral do Sindicato dos Professores no Estrangeiro reunia na Alemanha e decidia declarar uma greve de protesto pela drástica redução da rede escolar, com encerramento de cursos nos dias 23 e 24 do corrente.

A redução da rede escolar está em marcha. Já há professores que, afastados do ensino, foram destacados para realizarem serviços administrativos em consulados, nas regiões de maior densidade de imigrantes portugueses em França. Estes professores já receberam ordens verbais para fecharem as turmas que não compreendam um mínimo de 20 alunos.

A professora Maria Olímpia, que nos relata esta medida, explica a gravidade da mesma:

«Professores que dão aulas a, por exemplo, 100 alunos, são capazes de se verem afastados e encerradas turmas que tenham menos de 20 alunos. Mesmo que as fracções, juntas, correspondam a mais de uma centena!

«Na província, o problema põe-se com maior acuidade do que nas cidades, dada a relativa dispersão das famílias que torna mais difícil a organização de turmas com o número "mínimo" de alunos. Os pais, por seu lado, confrontados com a dificuldade de enviarem os filhos longe para estudarem, acabam por se verem envolvidos no mecanismo — constituem uma "prova" de desmotivação e de menor vontade de enviarem os filhos ao ensino do Português...»

Querem acabar com isto

Há 200 professores em toda a França a assegurarem o ensino de Português em 570 comunas (divisão administrativa). Mas já foram mais. Em 85/86 eram 450. Cada professor tem em média uma centena de alunos — a média na região de Paris já foi de 110/115 — e há cerca de 80 turmas a funcionar. Com a redução dos cursos prevista pelas autoridades portuguesas, a situação dos professores está em risco. Problemas sociais e situações graves adivinham-se no horizonte próximo.

«Até há pouco tempo, dois ou três anos, os professores requisitados estavam cá em média cerca de 7 anos. Hoje, para além do

problema da redução dos cursos, o despacho do concurso deste ano dá prioridade absoluta, mesmo com menor classificação de serviço, aos professores que estão em Portugal.»

Que objectivos persegue o Governo português com tal



A professora Maria Olímpia Moreira conta ao «Avante!» as desgraças do Português às mãos do Governo

política? Maria Olímpia dá a sua opinião:

«Penso que isto faz parte do sistema de desestabilização. As relações vão-se criando entre os professores, os alunos e a própria escola francesa onde os cursos de Português funcionam. O trabalho continuado de um professor de Português vai permitindo "fazer o lugar", ultrapassar as dificuldades em ser aceite pela escola e pelos próprios colegas franceses. Ora tudo isto vai ser posto em causa.»

A suspeita existe, entre os professores, de que «querem acabar com isto».

Professores alertam!

O Sindicato dos Professores no Estrangeiro, cuja Assembleia Geral realizada na passada semana em Dusseldorf (Alemanha) convocou uma greve de protesto com encerramento de cursos nos dias 23 e 24 de Junho — na previsão da redução da rede escolar preparada pelas autoridades portuguesas —, publicou em finais de Maio um alerta às comunidades portuguesas.

«O Governo português», sublinha o documento, «quer encerrar grande número de cursos de Língua e Cultura Portuguesa». Apelando à mobilização de professores e de pais, e alertando para o facto de que em Setembro «já será tarde», afirma-se:

«Ao SPE — Sindicato dos Professores no Estrangeiro — têm chegado informações não oficiais de que o Ministério da Educação se prepara para diminuir a rede de cursos existentes, de forma alarmante.»

«Consta que pelo menos um terço desses cursos estão em perigo.»

«Muitos alunos não poderão continuar a estudar nos cursos de Língua que frequentam, nem em qualquer outro da mesma localidade.»

«O SPE e os portugueses consideram grave esta perspectiva.»

«Apela-se a todos os pais, associações e outras pessoas interessadas no Ensino, que se mobilizem e manifestem (individual ou colectivamente) o mais rapidamente possível a sua inquietação junto dos Consulados, da Coordenação do Ensino, da Embaixada, do Ministério da Educação, ou outras entidades.»

«Pensamos que cada professor poderá informar os «estrangeiros» possíveis na sua região. Exijam que tais medidas não

E como encaram os professores a situação? «Encontram-se hoje desmoralizados. Cheios de problemas. Há problemas que se põem na perspectiva do fim, até a questão da habitação, os meses de caução pagos, o largar a casa...»

E quanto ao Sindicato, que acção tem desenvolvido? «Temos tomado posições escritas, contactado a Assembleia da República, procurando contactar os ministros. Para hoje mesmo — Maria Olímpia falava-nos no dia 5 de Junho — está convocada uma Assembleia para decidir quanto ao futuro.»

«Lutar aqui é difícil», afirma. «O facto de os alunos nos verem apenas uma vez por semana, leva a que só ao fim de muito tempo uma greve venha a produzir algum efeito. Entretanto, os pais, por seu lado, ainda não estão sensibilizados. Porque, no fim de contas, a história tem-se repetido e há o risco de cairmos num certo descrédito. Mas temos de ir para a frente.»

Iltrados na sua própria língua

«Contrariamente ao que dizem os ministros (que as crianças já não falam Português), o que é verdade é que elas dominam a Língua Portuguesa. Com interferências, é certo, mas do mesmo nível que as interferências dos regionalismos portugueses», explica Maria Olímpia, falando-nos agora da realidade vivida pelos imigrantes portugueses em França e das exigências e aspirações que têm em relação à Língua Pátria.

«Mesmo crianças filhas de pais que nasceram cá», continua, «têm certo orgulho no bilinguismo, embora o sentido da nacionalidade se tenha de certo modo desvanecido. O que afirmam os ministros é, assim, uma contradição. E arriscamo-nos a que isto venha a ser muito grave.»

A professora especifica: «Com o projecto deste governo francês, arriscamo-nos a que os filhos dos portugueses não venham sequer a ser franceses, mas apátridas; ou portugueses iltrados na sua própria língua.»

«Se as condições em França mudam e eles tiverem de voltar a Portugal?», interroga Maria Olímpia. E adianta:

«O governo francês exige 15 pedidos (menos que o Governo português actualmente), para assegurar cursos de Português no Secundário (Portugal encarrega-se do Português no ensino "Primário"). O facto de nem todas as escolas terem a disciplina de Português permite que, havendo menos pedidos, ser possível também aqui ir acabando com este tipo de ensino.»

«O ensino privado, assim, floresce. O que dá muito jeito ao Governo português, que deste modo justifica o abandono. Responsáveis ministeriais já o disseram: os emigrantes portugueses podem pagar. Esquecem que a Constituição Portuguesa garante aos portugueses o direito ao ensino.»

«Isto é um mal para a Língua Portuguesa, que continua aqui a ter o estatuto de língua de imigrante para o governo francês. A própria estatística francesa não se refere ao ensino privado. E, neste quadro, os pais — sobretudo as mães — preferem ter os filhos protegidos a mandá-los mais longe para aprender. O que, sendo legítimo, constitui no entanto um mal para as próprias crianças. Ao mesmo tempo, o Português não ganha o estatuto de língua europeia e de importância mundial.»

venham a concretizar-se.»

Em comunicado de imprensa divulgado na mesma data, o SPE acusa o Governo de pretender acabar com o ensino do Português aos luso-descendentes e alerta para o perigo de a rede de cursos em França poder vir a ser reduzida em breve para pouco mais de metade.

Segundo o «Avante!» foi informado, na área consular de Paris, onde leccionam 45 professores, prevêem-se apenas 23 para o próximo ano lectivo, enquanto que o número global de alunos não sofreu, de modo algum, tal decréscimo.

Entretanto, o SPE afirma que a redução prevista «afectará de forma mais drástica as regiões de província em que a concentração de portugueses é menor.»

«O SPE considera que estas informações são alarmantes e que será grave a situação criada se elas se concretizarem:

— vastas regiões de França ficarão desprovidas de qualquer professor;

— haverá milhares de crianças que não terão possibilidade de continuar a estudar nos cursos que frequentaram este ano;

— haverá núcleos (núcleo é o conjunto de cursos atribuídos a um professor, normalmente 6 ou 7) actualmente com mais de 100 crianças, em que os cursos serão todos fechados sem qualquer hipótese de reagrupamento das crianças.

«Actualmente funcionam cursos de Português em cerca de 570 vilas e cidades de França. Nas grandes cidades há diversos cursos — na cidade de Paris, por exemplo, o número de cursos deve ser superior a 80.

«O que se prepara para o próximo ano?»

Cultura Um ano depois...

«Um ano depois- a reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura (SEC) confirma a política anticultural do Governo». Subordinado a este tema realizou-se ontem em Lisboa um encontro com órgãos de comunicação social promovido pelo PCP na sede nacional do Partido em Lisboa. Nessa conferência de Imprensa estiveram membros da Comissão Executiva da Área da Cultura Literária e Artística junto ao Comité Central - Fernanda Lapa (teatro), José Manuel Vargas (património), Alfredo Flores (música) e Henrique Espírito Santo (cinema) - os membros do CC António Abreu, Aurélio Santos e Manuel Gusmão e o deputado comunista José Calçada. O texto distribuído aos jornalistas era o seguinte:

1. Há cerca de um ano o Governo decidiu uma reestruturação da Cultura.

Esta reestruturação foi na altura denunciada pelo PCP. Um ano confirmou que o projecto visava desresponsabilizar o Estado, acentuar o dirigismo, assegurar o domínio do aparelho de Estado, também nesta área, com gente afecta ao Governo, liquidar estruturas fundamentais para a defesa do património e o desenvolvimento cultural, garantir maior centralização do poder no Secretário de Estado e a sua sacralização como administrador do "saco azul" do Fundo de Fomento Cultural, com graves desvios de função, conforme foi já confirmado pelo Tribunal de Contas. Para além disso as dotações consignadas às áreas fundamentais são também manipuladas, tornando-se mais discricionários os apoios, provocando processos de desenraizamento cultural através das destruição das dinâmicas culturais, regionais e locais e privilegiando o que está na moda e o que dá nas vistas.

Que Santana Lopes tenha na altura procedido à reestruturação em nome da desburocratização e descentralização é coisa de que ninguém se lembra porque isso não se verificou.

Não se esgotou a SEC na reestruturação. As malfetorias foram mais além e também importa avaliar a sua política em áreas como a Música e o Teatro.

2. A reestruturação conduziu à centralização nas decisões de acção e apoio num número restrito de novas chefias vocacionadas para o servilismo e ineficazes, pondo fim à descentralização e autonomia dos serviços e deixando aos técnicos a resolução de questões secundárias ou burocráticas.

A descentralização que ainda se verificava no apoio e realização de programas terminou porque ao esvaziamento dos serviços centrais se sucederam Direcções Regionais sem meios para intervir.

O IPPAR viu reduzido o âmbito da sua acção, obras pararam, projectos de recuperação foram interrompidos. O Orçamento do Estado não assegura sequer a recuperação de monumentos classificados como património mundial. As palavras e a propaganda substituíram o que se deixou de fazer.

A Arqueologia passou a integrar a designação do novo IPPAR mas as suas estruturas foram desarticuladas e burocratizadas pelo Instituto. Persistem indefinições e a depreciação provocada por grandes obras públicas. As vozes discordantes são reprimidas.

O Património Etnológico e a Cultura Popular foram desprezados.

A extinção do IPA e a criação dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo inviabilizaram a base da realização de uma política arquivística nacional e de uma rede nacional de Arquivos. O Decreto-Lei 16/93, que pretende estabelecer o regime geral dos Arquivos e Património Arquivístico está vazio de conceitos fundamentais e destina-se a dificultar o acesso aos arquivos.

A junção da Biblioteca Nacional e do Instituto Português do Livro e da Leitura não se revelou vantajosa, nem do ponto de vista organizativo nem funcional. A acção do novo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro está

muito aquém das necessidades no que respeita ao investimento nesses programas.

O governo decidiu, entretanto, num conjunto de «acções de apoio ao Livro» no passado dia 20 de Maio, mas continuam sem respostas adequadas duas das grandes reivindicações do sector: o preço fixo e do fim do IVA.

O Cinema e a Televisão são objecto dos apetites de grandes multinacionais que, através da Lusomundo, consolidam posições no Cinema e na RTP e nos organismos oficiais. Os profissionais do sector recebem a redução drástica do apoio ao Cinema. O contrato de concessão do serviço público de televisão assinado entre o Estado e a RTP, em Março, corresponde a um conceito restrito de serviço público e deixa antever a queda de produção nacional, da sua qualidade e diversidade.

Na Música às orquestras extintas sucederam-se outras, em geral de reduzida qualidade, em que os músicos são super-explorados, dando ocupação a estrangeiros e remetendo os portugueses para outras actividades. A Companhia de Ópera foi extinta. O que hoje se gasta será superior ao que se gastava anteriormente. Os compositores portugueses deixaram de ter encomendas, a SEC não apoia a edição e gravação de obras portuguesas e o ensino está uma calamidade.

No Teatro a política da SEC orientou-se para a eliminação da diversidade de produção e para a imposição de

política cultural deste Governo PSD. Aumentaram os casos de discriminação, intolerância, corrupção. Diminuíram os apoios e incentivos a diferentes sectores da actividade cultural e às estruturas de difusão cultural.

Toda esta situação é agravada pela situação de crise e degradação que atinge o ensino e pela crise económica e social que o país está vivendo.

4. A actuação da SEC é uma demonstração clara do retrocesso que a política do Governo PSD constitui em relação à crescente compreensão pela sociedade da importância democrática da actividade cultural e do desaproveitamento e mesmo cerceamento que pratica em relação às energias culturais do país.

No entanto, e apesar de todas as consequências negativas dessa política, a Cultura portuguesa apresenta um importante conjunto de realizações e manifesta potencialidades, no campo da Literatura, do Cinema, do Teatro, da Artes Plásticas e de outras expressões artísticas que ganharam justa e significativa expressão e significado na vida social do país, com projecção em alguns casos no estrangeiro.

Justo é dizer que esta vitalidade assenta fundamentalmente no valor e dedicação dos criadores e intérpretes das várias expressões da Arte e Literatura, bem como da atenção e apoio que algumas entidades, que não a SEC, têm prestado às actividades culturais, com especial destaque para as Autarquias.

É partindo desta realidade que nós afirmamos não só ser necessária mas também possível uma outra política cultural para o país.

A política cultural que defendemos

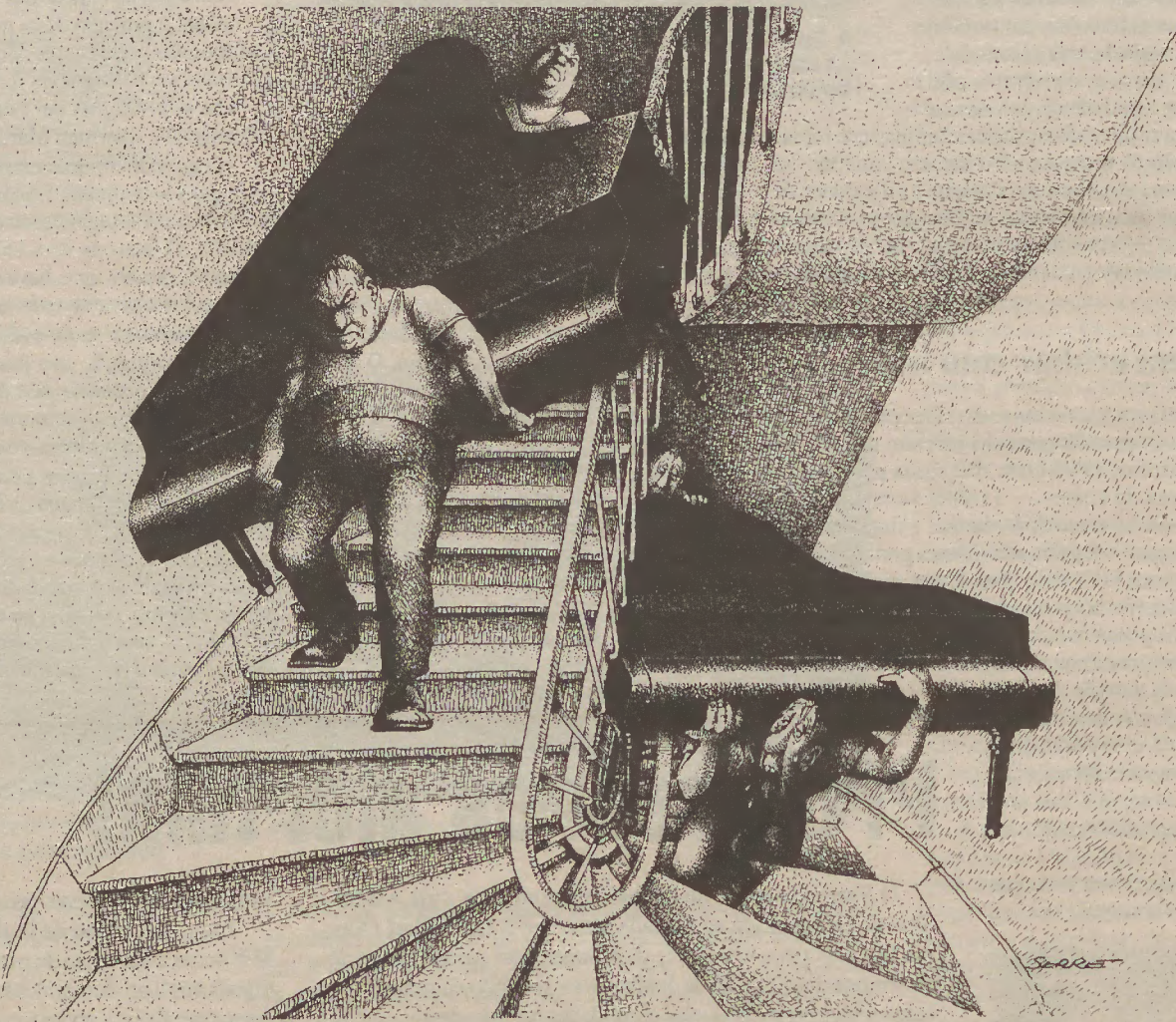
Os comunistas apoiam as reivindicações e as lutas dos trabalhadores da cultura que se cruzam com a necessidade de ser elevada a qualidade das suas funções sociais. Defendem a responsabilização dos serviços e a gestão democrática das instituições e da actividade cultural em nome da eficácia social e da não alienação do trabalho. Entendem ser imprescindível a participação dos trabalhadores da Cultura nas respectivas políticas sectoriais.

Os comunistas defendem, prioritariamente, um projecto que integra e globaliza outros objectivos, um programa de expansão da cultura literária, artística, filosófica, tecnológica, científica e ecológica, no respeito pela controvérsia científica, a pluralidade das opções estéticas e a diferença sociocultural.

Esse programa articula o projecto de uma democracia cultural com as outras dimensões da democracia que os comunistas defendem, surgindo assim a democracia cultural como uma forma de emancipação individual e colectiva; uma componente

imprescindível do desenvolvimento económico, social e cultural do país; um factor de soberania (não de isolamento autárquico) e de enraizamento e ampliação da democracia num mundo em crescente internacionalização.

O PCP defende uma política de cultura que salvaguarde o património e a identidade cultural de Portugal, que favoreça o trabalho e a liberdade criativa, o pluralismo e o confronto de diferentes correntes estéticas, que fomentem o desenvolvimento cultural do nosso povo e estenda a possibilidade da fruição dos bens culturais a todas as regiões. O PCP defende uma política de apoio a todas as artes e aos novos campos da expressão e experimentação artística, salvaguardando os interesses dos artistas e garantindo-lhes condições profissionais e de vida dignas. O PCP defende a reestruturação da SEC e a sua colocação ao serviço do país, a ampliação da dotação do OE para a cultura. O PCP defende a valorização dos criadores individuais e a difusão e papel da descentralização, com a necessidade de articulação entre o Poder Central, o Poder Local e as associações culturais.



modelos estéticos e artísticos através da política de subsídios e da imposição de critérios de rendibilidade. Companhias como a da Malaposta não são apoiadas. O Teatro Nacional é vítima de uma política de populismo e demagogia e está desprovido de objectivos e recursos.

3. A SEC tem vindo a aplicar um projecto de manipulação política da Cultura.

Mas a SEC não tem um programa global e coordenado para promover o desenvolvimento cultural.

O Orçamento de Estado continua com baixos valores e está feito em função dos fundos comunitários disponíveis.

Naturalmente que a Cultura em Portugal não é só associada à SEC, nem só às expressões negativas das opções do Governo. Também aí se registam acções positivas com o profissionalismo de alguns que ainda têm funções de responsabilidade e capacidade de realização mas essa não é a tendência geral.

As medidas da reestruturação da SEC, tomadas aliás, de um modo geral, contra as opiniões dos próprios colaboradores da SEC, acentuaram os aspectos mais gravosos da

A gestão integrada dos recursos hídricos e o plano espanhol

■ Luís Peixoto

A questão da regularização dos caudais dos rios é uma questão de grande actualidade e que nos suscita, antes de mais, a necessidade de fazer uma análise daquilo que se pretende dos nossos recursos hídricos e da sua gestão, em particular dos recursos de superfície e cujas bacias hidrográficas são comuns com a Espanha.

Como é de todos sabido em 1968 Portugal e Espanha celebraram um convénio que regula os troços internacionais dos rios Douro, Lima, Guadiana, Chança e seus afluentes.

Na partilha então feita que teve fins prioritariamente hidroeléctricos (a partilha do Douro tinha sido anteriormente feita em 1927) foi atribuída a Portugal a gestão da totalidade dos troços internacionais dos rios do alto Guadiana e Lima, e à Espanha os troços do Tejo e do Chança. O rio Minho serviria para eventuais compensações e ajustes finais.

É sabido que desde essa época a Espanha foi construindo as albufeiras de regularização dos recursos hídricos que lhe couberam, enquanto, pelo contrário, Portugal continua a ter ainda a grande parte dos seus aproveitamentos por realizar. Só recentemente se terminou Lindoso, enquanto o Côa e o Alqueva só agora iniciam o seu percurso.

De todo este processo podemos concluir ter a Espanha neste momento armazenadas cerca de 50% das suas disponibilidades hídricas enquanto Portugal não ultrapassa os 9%.

Podemos até dizer, sem exagero, que Portugal, de algum modo, tem beneficiado da regularização de caudais de rios feita em Espanha.

Porque a verdade é que Espanha tem de há muito, um plano de aproveitamento dos seus recursos hídricos, e o tem vindo a executar progressivamente, enquanto Portugal tem vivido consecutivamente, ano após ano, de discursos e promessas mas não de obras. A prová-lo está o facto de nem as nossas bacias, exclusivamente portuguesas, estarem regularizadas.

Esta questão atrai-nos para o tão polémico e ultimamente debatido plano hidrológico espanhol, que prevê a transferência de recursos hídricos das bacias do norte do Douro para o Tejo e deste para o Guadiana, e cujo horizonte de concretização é apontado para o ano 2012, com uma primeira fase a realizar até 2002.

A dimensão do empreendimento que a Espanha se propõe fazer justificava há muito que o Governo português a todos explicasse quais as consequências para Portugal do plano hidrológico espanhol, e das contrapartidas que o Governo português entendesse deverem ser negociadas caso se concluísse pela impossibilidade, à luz do direito internacional ou pela não justificação técnica, não haver interesse em impedir tal plano.

Certamente que se o Governo assim o tivesse feito, teria evitado polémicas desnecessárias e por vezes destituídas de fundamentação técnico-científica a que temos assistido, ultimamente.

O que se passa, então, até 2020. A Espanha propõe retirar da cordilheira Cantábrica e cabeceiras do Douro um total de 1100 hectómetros cúbicos de água dos quais 200 hectómetros cúbicos são transferidos para as cabeceiras do Ebro, outros duzentos para a bacia do rio Jalon na margem direita do Ebro, com vista à supressão de défices locais existentes na respectiva bacia e os restantes 700 hectómetros cúbicos passariam juntamente com mais 120 hectómetros cúbicos, retirados ainda da cabeceira do Douro, para a cabeceira do Tejo. Do Tejo seriam transferidos 970

hectómetros cúbicos dos quais 800 iriam para a região de Segura e 170 viriam engrossar o caudal do Guadiana para através da futura albufeira de Alqueva irem posteriormente reforçar os caudais do Chança, hoje bastante reduzidos, com vista a viabilizar o abastecimento de água ao sul de Espanha.

Este plano espanhol coloca-nos pelo menos três grandes questões.

Primeira questão: Saber quais as consequências da redução de 7% dos actuais caudais do Douro que chegam a Portugal particularmente no que se refere à produção de energia eléctrica (alguns especialistas apontam uma redução de 2% da capacidade de produção e

-se não somente com a gestão quotidiana dos pequenos problemas mas sim deveria ter de há muito uma visão e um debate estratégico sobre este conjunto de problemas.

Costuma-se dizer que há males que vêm por bem, e este caso é um deles. O plano hidrológico espanhol vai obrigar a que finalmente o Governo português elabore o seu próprio plano de aproveitamento dos recursos hídricos, há muito necessário.

Contudo a Espanha não poderá evidentemente pôr em prática o seu plano sem o negociar com Portugal, inviabilizando o financiamento comunitário se o fizer, daí haver de facto uma nítida dependência em relação

a Portugal, o que cria condições excelentes, para que possamos negociar, favoravelmente, tudo o que se for passar daqui em diante.

Os elevados volumes de água que presentemente afluem à fronteira portuguesa (20 000 milhões de metros cúbicos para o conjunto das bacias do norte) são suficientemente importantes e estratégicos para o nosso país, para que os governos portugueses não deixem de considerar esta questão como uma questão central nas relações luso-espanholas.

É nesse sentido que defendemos a necessidade urgente, de que o Governo elabore um plano nacional de aproveitamento dos recursos hídricos e que se promova a gestão integrada das nossas bacias hidrográficas.

É nesse sentido que defendemos que em relação

às bacias hidrográficas de interesse comum para Portugal e Espanha seja criada, no âmbito de um convénio, uma comissão que faça uma gestão articulada deste recurso natural, tendo sempre em conta a opinião pública, os órgãos de soberania, em particular a Assembleia da República, as autarquias locais, designadamente as que se encontram nas zonas de influência das bacias, e estruturas relacionadas com a defesa do ambiente, que devem poder acompanhar tão importante problema.

Entendemos ter chegado o tempo de exigirmos do Governo português a definição de uma política da água para o nosso país, a gestão integrada dos nossos recursos hídricos, e uma negociação permanente com a Espanha onde a defesa dos interesses nacionais esteja acima de tudo na primeira linha de questões.



aproveitamentos hidroeléctricos constituídos do lado português).

Segunda grande questão tem a ver — e é porventura a mais perigosa — com o desvio dos caudais do Tejo num volume tal que poderão ser afectados de uma forma bastante mais ampla do que no Douro os recursos disponíveis do lado português.

Terceira questão prende-se com a necessidade de se saber qual a valorização da componente hidroeléctrica do Alqueva e das contrapartidas que se vão reclamar de Espanha pela utilização de Alqueva, e do troço português do Guadiana para reforço dos caudais do Chança e consequente solução das necessidades de água do sul de Espanha.

Numa época em que o aproveitamento e gestão dos recursos hídricos é uma necessidade cada vez maior em todo o mundo, quando em muito lado os especialistas preparam planos numa perspectiva de solidariedade inter-regional, de transferências de caudais de água das zonas de onde ela existe para onde está em défice, Portugal está nitidamente em atraso, e, neste caso, em desvantagem face à Espanha.

Portugal não tem, e o Governo não se preocupou com isso atempadamente, um plano nacional de aproveitamento dos nossos recursos hídricos e de gestão integrada das bacias hidrográficas.

A Espanha tem hoje 1070 albufeiras enquanto Portugal tem 75. A Espanha está a montante dos cursos dos rios. Portugal está a jusante. Isso significa que Portugal se encontra numa situação de dependência natural em relação à Espanha o que exigiria obviamente há muito dos governos portugueses toda uma política da água e da gestão em comum — esta a questão essencial — com a Espanha, das bacias hidrográficas também comuns para evitar que o nosso país fique de um momento para o outro na dependência das decisões dos nossos vizinhos espanhóis.

A comissão que existe para aplicação do convénio entre Portugal e Espanha para uso e aproveitamento dos troços internacionais dos rios deveria preocupar-



O encoberto

«Ali, bem próximo, estava uma teia.
Um pirilampo passou por mim e ficou preso.
E, de repente, eu vi-a. A aranha - macho,
de patas repelentes, espreitava a presa»

Um besouro passou vibrando em surdina, acrescentando a monotonia do primeiro dia quente de Verão.

Teimava em me manter desperta... As folhas brancas de papel A4 ali estavam, prontas para receber informação destinada ao "Avante!".

Mas o som ensurdecido do besouro catapultou imagens de infância "numa vila quieta, sem vida, sem nada mais que o sossego das falas brandas" (que saudades Manuel da Fonseca! De ti, não da vila quieta).

De repente vi-me explorando figueiras, casas velhas, fontes...

E ali, bem próximo, estava uma teia. Fina, suave... tão bem entretida que desejaria colhê-la, inteira, inteirinha, para colocar no vestido dos domingos.

E já as minhas mãos se estendiam para colher o enfeite, quando o pirilampo passou por mim, incandescente e ficou preso na teia. De súbito, a luz extinguiu-se.

Já me apressava a libertá-lo, ao pobre pirilampo, quando de repente eu vi-a. A aranha-macho, de patas repelentes, espreitava a presa.

Em menos de um segundo o pirilampo sucumbia ao veneno do aracúndio, perdida, de repente, a luminosidade...

No sobressalto do horror abri os olhos e regressi ao futuro do momento presente, tantas décadas já passadas sobre o sossego das falas brandas da vila quieta.

As folhas A4 continuavam imaculadas.

Mas nos instantes breves de um sono inquieto, a preocupação da tarefa a cumprir (escrever sobre a impropriamente chamada lei anticorrupção) reunira, concentrara e transformara na teia, no pirilampo e na aranha-macho, a apreciação sobre aquela lei e sobre o enquadramento da mesma. Antes de me assentar à mesa... uma outra recordação de infância veio da memória remota:

«Quando chupa a abelha, mel toma, e quando a aranha, peçonha».

A teia

Antes de apresentar na Assembleia da República a autorização legislativa (depois transformada em proposta de lei material) para legislar — dizia-se, no sentido de combater a corrupção — Cavaco Silva tentou um golpe de teatro.

Os sucessivos escândalos denunciados pela comunicação social estreitaram o campo de manobra do Governo.

E por isso mesmo era necessário que para a opinião pública passasse a imagem de um governo e de um partido apostado no combate à corrupção.

Cavaco Silva foi, ele mesmo, à Assembleia da República para impor a imagem dulcificada do autoritarismo, o retrato de paterfálias verdadeiramente empenhado em combater todas as ameaças dos seus predilectos filhos. Brandindo a bandeira do combate à corrupção, uma lei auto e impropriamente chamada lei anticorrupção.

Um nome simpático poderia conduzir a opinião pública a uma fácil adesão, se entretanto não estivesse precavida pelos avisos à navegação relativamente ao fenómeno da corrupção que, escandalosamente, irrompeu nos órgãos da comunicação social.

Avisos de que a opinião pública tomou boa nota, bem como boa nota terá tomado da recusa do PSD à constituição de comissões de inquérito propostas pelo Grupo Parlamentar do PCP com vista à averiguação de factos que indicavam fenómenos de corrupção.

Cavaco Silva e o PSD jogaram, assim, com a sua proposta de lei, uma cartada extemporânea. Num contexto que lhe é desfavorável interna, mas também externamente.

A corrupção grassa noutros países europeus de uma forma escandalosa.

Faz cair governos, como na França e na Itália, faz perder maiorias absolutas, como na Espanha.

E a opinião pública tem bem presente que pelo menos num desses países é o Poder Judicial que vem travando um denodado combate contra o flagelo que ataca no seu cerne o regime democrático: a corrupção.

Assim, quem souber a forma como se vem minando a independência do Poder Judicial (estratégia de que faz parte a pseudolei anticorrupção) não poderá deixar de interrogar-se:

Quem tem medo do Poder Judicial ?

Foi, de facto, para evitar que os verdadeiros objectivos da lei chegassem à opinião pública, que Cavaco Silva, no ensaio geral que antecedeu a apresentação das propostas de lei na Assembleia da República, trocou as marcações, a distribuição de papéis, passou a primeira figura, a única apta a dar o nó em mais uma feira da teia.

Mas o descrédito do Governo do PSD atingiu tais níveis que Cavaco Silva não encontrará na opinião pública um

autor de mérito que lhe reserve a personagem de S. Jorge esmagando o dragão.

A sábia figura, do Zé Povinho retomarà Mestre Gil Vicente (mesmo sem o saber) pensando:

«Sempre vi lá que matas pecados cá e deixas viver os teus».

Mas a teia existe e a aranha está lá. À espera da luz bruxuleante.

A lei e o Poder Judicial

A teia destinada a enfraquecer o Poder Judicial começou a ser urdida já há muito tempo.

Através das alterações à Lei Orgânica do Ministério Público, ao qual se subtraíram importantes poderes à fiscalização das polícias, através das propostas de alteração ao Estatuto dos Magistrados Judiciais que ensejam uma tentativa de governamentalização do Conselho Superior de Magistratura Judicial e através da adulteração da estrutura do processo penal, tal como o configura a Constituição da República (sem esquecer, como adiante especificaremos, tentativas de introduzir alterações no Estatuto dos funcionários judiciais de sinal negativo).

Os magistrados judiciais respondem aos afrontamentos do Poder Executivo, reivindicando a manutenção do Estatuto de verdadeira independência face ao Executivo ?

O Governo tenta dividi-los através da transformação do Conselho Superior de Magistratura num organismo de defesa de interesses corporativos. Que não lhe interessa um órgão de Estado que assegure o fortalecimento de um dos pilares do Estado de direito democrático: o Poder Judicial.



O Procurador-Geral da República teve a ousadia de ordenar uma inspecção à Polícia Judiciária e de revelar que à margem do Ministério Público (o verdadeiro detentor da acção penal) aquela polícia tinha em curso 1200 averiguações sumárias, que eram verdadeiramente investigações criminais contra cidadãos, que assim viam os seus direitos de defesa torpedeados ? A inspecção revelou que de averiguações sumárias se não tratava, e que a ilegalidade era manifesta ?

Que, escândalo dos escândalos, uma chamada averiguação sumária tinha nem mais nem menos do que uma dúzia de volumes ?

A inspecção mostrou que o modelo das averiguações sumárias era utilizado pelos órgãos policiais como forma de fugir ao controlo das autoridades judiciais, em flagrante atropelo aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, e ao próprio Código do Processo Policial, apesar do seu vez o policíesco ?

Se é assim, cogitou o Governo, e com ele o titular da pasta da Justiça, então há que introduzir alterações à Lei Orgânica do Ministério Público, limitando-o nas suas competências de fiscalização da Polícia Judiciária, tornando possível, desta forma, que a política de combate à criminalidade, através da repressão, se faça por critérios de oportunidade fixados pelo Governo, que ditará à Polícia Judiciária as prioridades.

Isto é: quais os crimes a combater prioritariamente, e aqueles cujos processos se devem deixar prescrever nas gavetas.

A carreira dos funcionários judiciais não serve o objectivo do Governo de controlar os Tribunais ? Então, cogitou o titular da pasta da Justiça, e com ele o Governo, há que alterá-la e tornar possível a colocação de comissários políticos do Executivo entre os funcionários.

As alterações ao Estatuto dos funcionários judiciais estão aí e apontam nesse sentido.

Odete Santos

A estrutura do processo penal gizada na Constituição não serve o pendor policíesco do Poder Executivo ?

Havia então que alterá-lo.

E a adulteração começou há muito, e está de novo em causa com a proposta de lei falsamente baptizada de lei anticorrupção.

O debate não é novo entre nós, nem noutros países como Espanha e Itália

Porque a estrutura do Processo Penal é verdadeiramente um teste de solidez das instituições democráticas. Daí que encontremos similitudes entre o que neste momento se passa entre nós e o que já se passou noutros países.

Como escreveram o juiz de Instrução espanhol Andrés Ibanez e Cláudio Alvez, magistrado do Contencioso Administrativo, ambos membros do Movimento «Juizes para a Democracia», o papel que de facto corresponde dentro do processo penal à polícia é o melhor indicador da qualidade ou falta de qualidade democrática da Justiça que se administra através de um determinado sistema judicial, um índice de máxima fiabilidade para se determinar o nível ou o grau de independência dos magistrados numa dada realidade».

Se acompanharmos a marcha do Processo Penal entre nós desde a aprovação da Constituição até ao momento presente, veremos que a par da conquista de autonomia pelo Ministério Público, se foi desenhando por parte do Governo (já PSD) uma resistência à judicialização de um segmento de actividade das Polícias.

Por outras palavras: a dependência funcional de efectivos policiais relativamente às Autoridades Judiciárias sobressaltou o poder que sentiu a perda de influência na definição do âmbito e projecção social da Justiça. De que

nunca quis largar mão. Daí até à extinção dos Tribunais de Instrução Criminal, garantos dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, foi um passo, um passo que parecia natural, dado que àqueles Tribunais nunca foram dados os meios necessários à dignificação da sua função.

Daí até à policialização da investigação e instrução criminal, através do reforço dos meios policiais e o empobrecimento dos meios do Ministério Público, consequentemente sem a necessária capacidade para fiscalizar a actuação policial, foi outro passo, e não de menor monta.

A actuação policial cresceu assim entre nós à custa da actividade jurisdicional.

Com custos para os direitos, liberdades e garantias

dos cidadãos. No debate da autorização legislativa que deu origem ao actual Código do Processo Penal, que mereceu o voto contra do PCP (fazemos questão de realçá-lo pela actualidade das críticas que então lhe fizemos), denunciámos logo as consequências que do mesmo resultariam, afirmámos que era um abanão grave no sistema democrático, pois que com ele se dava mais um passo na recuperação por parte do poder de uma estrutura policial, que invadida pelos ventos da Democracia, perdera em grande parte as características adquiridas de tempos de antanho, de uma polícia que, se assegurava a segurança dos cidadãos perante a delinquência, contraditoriamente garantia também a segurança do poder constituído perante os cidadãos que ousassem criticá-lo.

As críticas ao sistema, com que o Governo pretendia criar um contrapeso à independência do poder judicial, não são portanto de hoje, e foram feitas sempre que se discutia o Processo Penal relativamente a toda a espécie de crimes.

Age, portanto, de má fé quem como alguns funcionários da P. Judiciária, sem apoio, note-se, de hierarquias, pretende criar a ideia de que as críticas surgem agora porque o que está em causa são crimes que visam especialmente os políticos, tentando inverter as posições em confronto.

É que os críticos do sistema proposto pelo Governo o que pretendem é a transparência da Lei e quando se trata de combater a corrupção, o mínimo que se pode exigir é uma lei que verdadeiramente a combata, e que não crie os mecanismos propícios ao encobrimento da mesma.

O que está em causa, com a proposta de Lei do Governo, é mais um passo no sentido da policialização do processo penal.

Quando se critica a Lei, não se põem em causa as pessoas.

Na Polícia Judiciária há magistrados distintos.

Mas as aranhas são canibais, segundo reza a Grande Enciclopédia Luso-Brasileira. Numa postura vêem-se

EM FOCO

■ António Abreu

Membro
do Comité
Central
do PCPAs dificuldades
do futuro vereador

muito bem 400 a 800 pequeninas aranhas. Mas passados dez dias as maiores começam a devorar as mais pequenas e ao fim de 40 ou 50 dias o número de sobreviventes é apenas uma dúzia.

Passadas quatro semanas, só uma aranha sobrevive.

Assim, o que está em causa não são pessoas. Ainda nos recordamos das posições assumidas pelos funcionários da Polícia Judiciária nos debates preliminares do que veio a ser o actual Código do Processo Penal, que afirmavam a sua inteira concordância com a necessidade de controlo judicial de métodos de investigação que pusessem em causa direitos fundamentais dos cidadãos.

O que está em causa, com a proposta de lei que mereceu o voto contra do PCP e apenas a abstenção do PS, é um sistema de que o Governo não abdica e que coloca nas mãos da Polícia Judiciária, exclusivamente, a recolha de informações sobre cidadãos, à margem da fiscalização do Ministério Público. Isto é, a Polícia Judiciária passa a fazer por sua conta e risco, e sob as ordens do Governo, através do titular da pasta da Justiça, investigação e instrução criminal.

Alguém seria capaz de engendrar um sistema mais apurado para permitir engavetar (não o corrupto) mas o processo para que fique a coberto de olhares incómodos?

Ironicamente, podemos concordar com o Governo quando diz que esta actividade de recolha de informações é uma actividade de prevenção e não de investigação. É-o, de facto, se entendermos que se destina a prevenir o suspeito de que se acautele, pois já se encontra na mira de alguém que já teve conhecimento das suas actividades.

Alguém que pode ser, por exemplo, um jornalista, que na sua actividade de investigação detectou determinados factos e determinado suspeito.

E que a teia urdida não deixou escapar o direito a informar e a ser informado.

Se os jornalistas têm desempenhado aqui, como na Itália, na Espanha e na França, um papel crucial na denúncia da corrupção, o poder autoritário não podia esquecer-se dos mesmos.

A Lei e a liberdade de imprensa

O Decreto-Lei 85-C/75 estabelece limitações no acesso às fontes de informação que têm dado origem, ultimamente, a condenações de jornalistas, mas disso trataremos aquando da interpelação do PCP sobre o estado dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos marcada para o próximo dia 23.

O que interessa agora realçar é que a proposta de lei cria uma nova limitação de acesso às fontes de informação enquadrável no nº 2 do artigo 5º do Decreto-Lei supracitado.

E, ainda por outras formas, o sistema proposto pelo Governo torna possível calar a imprensa que tão incómoda tem sido para o Governo.

Colocado na mira da Polícia Judiciária, que com esta Lei poderá vigiar pessoas, das mais variadas maneiras, como opinou o Conselho Superior da Magistratura, à margem da fiscalização do Poder Judicial, aquele hipotético jornalista poderá ser chamado pela Polícia a prestar informações sobre os dados que recolheu na sua actividade.

Adivinham-se grandes escolhos para os jornalistas de investigação.

Sobretudo se tivermos em conta que através do anteprojecto do Código Penal e do que já se vem sabendo do projecto de revisão do Código do Processo Penal, está em curso uma restrição do que deverá entender-se por segredo profissional.

Aquele jornalista de investigação de que vimos falando poderá ser inutilizada toda a sua actividade através desta recolha de informações colocada na plena disponibilidade da Polícia Judiciária.

É que, chamado a «colaborar», ainda que nada diga, ficará obrigado ao dever de guardar segredo, e correrá sérios riscos se se afoitar a relatar os factos que averiguou no seu jornal.

É de facto espantoso, como através desta Lei se ataca também a liberdade de imprensa preservando um segredo, que por não ser segredo de justiça, não pode deixar de ter a conotação negativa duma mordalha para calar a verdade.

O Mundo às avessas

Nos tempos que correm, não admira que o Governo se atreva a intitular a sua proposta de lei de anticorrupção.

É que estamos de facto num mundo «al revés» (às avessas) como escrevia o poeta espanhol Goytisolo que recordámos recentemente na voz de Paco Ibanez.

E o Governo é, sem dúvida, o «lobito bueno», a «bruja hermosa», o «pirata honrado», desta nossa esfera terrestre às avessas.

Mas cuidado... Contudo ela move-se.

Procurei que estas linhas fossem publicadas no «Público», jornal onde António Costa nas qualidades de colonista e pré-candidato tem recorrido a algumas habilidades a que adiante nos referiremos. E onde tem encontrado espaço e detalhes copiosos da sua pré-campanha. Coisa que aliás tem sido feito com outras candidaturas do PS, especialmente quando dirigidas contra o PCP. Às sardinhas do Costa e ao «compromisso» verde de Estrela e Judas, seguir-se-ão certamente outros episódios de «inquestionável interesse jornalístico».

*
* *

Compreendo as dificuldades que António Costa sente ao ser cabeça de lista de um partido num concelho que não conhece. A dificuldade não pode, porém, justificar que ele



e o PS recorram a todos os processos para procurar atingir o fim a que se propõem: retirar nas próximas eleições a maioria à CDU em Loures.

Conheço as suas principais declarações como candidato, o tema que escolheram para a campanha e esperei que me chegasse à mão um folheto que vi anunciado neste mesmo jornal há dias. No seu conjunto tais actos configuram uma estratégia que carece de ética e de respeito pelo eleitorado.

O futuro vereador da Câmara de Loures trabalhou em conjunto comigo na campanha eleitoral da coligação «Por Lisboa» que juntou o PCP e PS por um objectivo comum. É lamentável que faça publicar num folheto da candidatura do PS, em Loures, quatro anos depois, uma foto de então em que estou a seu lado. É lamentável que tenha chamado «Por Loures» à sua candidatura que agora concorre com a do PCP. Estamos perante habilidades tendentes a identificar a sua candidatura em Loures com a candidatura renovada de convergência democrática, em Lisboa (que agora se chama «Com Lisboa»). E a induzir subliminarmente a ideia de que a candidatura em Lisboa é apenas do PS quando o PS, em Lisboa, partilha as responsabilidades na gestão e na candidatura com o PCP (no mesmo folheto também se utiliza a expressão «com Loures...»). Tendente, enfim, a capitalizar, para concorrer contra os comunistas em Loures, o bom trabalho feito com e por os comunistas em Lisboa.

Sugeri-lhe que retirasse o tal folheto da circulação e que não insistisse em tais métodos. O que recusou com argumentos incompreensíveis para um jurista.

Não foi com tais «habilidades» que comunistas e socialistas há 4 anos conduziram uma campanha em Lisboa.

Os resultados do trabalho da coligação «Por Lisboa» são importantes e importantes são os ensinamentos políticos que deles decorrem. A experiência da coligação de Lisboa, pelo alargamento da base eleitoral dos dois partidos que revelou, pela positiva gestão que permitiu, pelo entusiasmo que gerou entre militantes de ambos os partidos na capital, não foi suficientemente apreendida pelos principais responsáveis nacionais do PS. Retirar à direita e à sua gestão negativa maiorias em alguns municípios, por exemplo

da Área Metropolitana de Lisboa, foi proposta liminarmente rejeitada pelo PS. A «colagem» que, com as habilidades referidas, procura fazer ao PCP, só se pode compreender pela dificuldade de protagonizar em Loures uma alternativa à CDU, que sucessivamente tem consolidado um grande apoio eleitoral, não na base de «habilidades», mas de uma importante obra realizada.

Não podemos esquecer que dos grandes partidos o PS é o que nas autárquicas menos influência eleitoral tem na Área Metropolitana de Lisboa, o mesmo se tendo verificado nas eleições autárquicas na cidade de Lisboa, anteriores à experiência da coligação em 89.

Quando António Costa se esforça por apresentar a candidatura do PS como uma candidatura de esquerda não posso deixar de registar outras suas declarações, de sentido implicitamente anticomunista coincidentes aliás com a linha de argumentação do PSD e de Cavaco Silva, de atribuir ao PCP e aos seus aliados a responsabilidade pelos problemas económicos e sociais que resultam da desastrosa política de direita do Governo. É de lembrar a coligação que o PS em 85 fez com o PSD para, também então em vão, tirar a maioria à CDU em Loures. É de assinalar, enfim, o seu silêncio sobre o período de gestão PS em Loures que abriu as portas à especulação urbanística e imobiliária.

Tal como a DORL do PCP já referiu, a insinuação de que a gestão da CDU se limitou a satisfazer necessidades básicas é inteiramente falsa (Mas é oportuno recordar que neste domínio, nos municípios em que o PS é predominantemente responsável pela gestão das autarquias, mais de 50% da população aguarda ainda o momento de dispor de redes domiciliárias de abastecimento de água e esgotos, como sucede na Área Metropolitana do Porto e em importantes concelhos do distrito de Coimbra).

As transformações ocorridas desde o 25 de Abril de 1974, e principalmente nos últimos 14 anos, são o exemplo de uma obra colectiva empenhada da gestão autárquica da CDU e dos municípios no desenvolvimento de Loures e no bem-estar de toda a população. Através desta acção, a qualidade de vida melhorou quer através de infra-estruturas e equipamentos, quer pela criação de melhores possibilidades de acesso a uma vida social, cultural, desportiva e recreativa que se enriquece constantemente com novas formas e múltiplas iniciativas, sendo evidente os sinais de progresso em todas as frentes do concelho e as transformações positivas que se operam dia-a-dia.

Ao contrário do que o PS desejaria, a gestão da CDU no concelho de Loures tem dado um contributo significativo para a melhoria das condições de vida da população, para a dinamização da actividade produtiva e económica e para a afirmação do concelho como um centro com vida social e cultural própria. Os interesses económicos não se assustam com o papão anticomunista. Os fundos comunitários não fogem mesmo que o PS vá fazer queixinhas a Bruxelas do nosso antifederalismo militante (assim à maneira do que a UGT fez com a CGTP-IN a propósito da CES...)

A afirmação de que o PCP é uma força marginal ao funcionamento do sistema político, independentemente de revelar um inconfessável desejo pessoal do candidato, é exuberantemente reveladora das concepções democráticas que perfilha. A menos que com esta afirmação António Costa queira sublinhar as posições de convergência do PS com o PSD em questões políticas fundamentais. Mas que, aparentemente, é contraditória com a outra tese que já nas páginas do «Público» também exprimi de que nos dias de hoje o PCP já não era diferente dos outros partidos... O PCP é, felizmente, um partido diferente do PS.

Trabalhar em conjunto, no respeito das diferenças, é um trabalho difícil que potencia muita coisa positiva e até permite um convívio gratificante (a fotografia que publica no folheto também a guardo em álbum de recordações). Mas não ignoro que há quem esteja mais interessado em «abraços de urso» do que na satisfação dos desejos das populações.

A primeira qualidade exigida a um eleito autárquico é a lisura de processos. António Costa demonstrou bem cedo não lhe atribuir suficiente valor ao procurar viver à sombra da coligação «Por Lisboa» para concorrer contra o PCP e a CDU em Loures.

Espero que daqui a quatro anos o vereador António Costa tenha aprendido o bastante para encarar todas estas questões de maneira diferente. Para isso contribuirá a renovação da maioria CDU em Loures e a reeleição de Demétrio Alves como seu presidente da Câmara.

Intelectuais, hoje.

Um escrito na ocasião (conclusão)

■ José Barata-Moura

3. Nova parametria

No mundo contemporâneo — que não é o da actualidade definida pela cronometria dos telejornais, dos semanários, ou mesmo dos ciclos eleitorais —, penso que *uma abordagem mais aprofundada da problemática dos «intelectuais», para além de uma generalidade de aspectos (muito importantes) que podemos surpreender (e estudar) em outros períodos da história (em termos genéticos, de paralelismo, ou contrastivos), não pode deixar de ponderar três traços de enquadramento novos (ou, pelo menos, relativamente novos):*

a) o alargamento da institucionalização da actividade intelectual;

b) a intelectualização, em crescimento, de todo o sistema produtivo

c) a industrialização da própria produção intelectual.

a) Entendo por alargamento da institucionalização da actividade intelectual a expansão, diversificação e complexificação das organizações de enquadramento da produção intelectual, em geral, da sua difusão, impacte e fruição sociais.

Esta institucionalização abrange todo um largo espectro de sectores: *ensino, ciência, artes e letras, audio-visual, etc.* Verifica-se um forte investimento (de meios e de atitudes) em teoria e formação para a generalidade dos ramos da actividade social: da soldadura ao desporto, da fiscalidade à jardinagem doméstica, dos transportes à saúde, da gastronomia à administração — multiplicam-se os manuais e as revistas, os cursos e as acções, em qualquer caso, eleva-se o número dos agentes envolvidos (a tempo inteiro ou parcial) com modalidades de reflexão; é a cobertura tendencial de todos os campos, primários e derivados, da cultura por organizações interessadas e intervenientes na função intelectual.

Esta institucionalização abarca uma multiplicidade de componentes do processo: definição e direcção de políticas, financiamento directo e indirecto, gestão e colocação de produtos, estabelecimento e coordenação de redes, sistemas de reconhecimento dos méritos, promoção e monitorização de públicos, ampliação e selecção mediáticas, assalariamento mais ou menos continuado dos agentes envolvidos (incluindo os criadores iniciais), etc.

Este incremento da ambiência institucional socorre-se também de tipos diferentes de organização, em plano nacional, regional e internacional: formais e informais, públicos e privados, permanentes e pontuais, de encomenda e por concurso, etc.

Os níveis de intervenção ao longo do processo são também diferenciados: *formação inicial* e recorrente, *especialização avançada* e divulgação de larga escala, *profissionalização das funções intelectuais* (em concorrência ainda com o amadorismo dileitante e o aproveitamento supletivo dos «jeitosos»), controlo da qualidade e engenharia sinérgica, observatório e detecção das oportunidades, promoção e encaminhamento (não raro, orientados) das necessidades, etc.

Cada vez mais, há os intelectuais que *fazem*, os que *ensinam a fazer*, os que *avaliam o que uns e outros é suposto fazerem*, os que *ajudam a que tudo isto se faça* — no quadro de uma *funcionarização* crescente que, por se revelar subtil e muitas vezes de não imediata apreensão, nem por isso deixa de ser menos efectiva e influente no *desenho do sistema global da intelectualidade* em acto nas nossas sociedades.

b) Entendo por *intelectualização*, em fase de crescimento, do sistema produtivo a incorporação, com peso qualitativo acrescido, de ciência e de tecnologia como força produtiva directa, e a sua correlativa implicação na alteração do teor médio geral do trabalho despendido.

Ao nível da produção, em geral, e em todos os escalões por que se estrutura, assistimos a uma *elevação dos requisitos e a um acréscimo da intervenção de funções intelectuais*.

Nas nossas sociedades capitalistas, não é a natureza do trabalho que está a mudar, nem o esquema genérico de exploração em que se desenvolve, mas, sim, a sua *qualidade*, ou talvez melhor: a geometria das diferentes componentes que no seu exercício faz intervir.

Contrariamente ao que alguns propendem a imaginar (por menor profundidade de análise, ou por deliberada aposta em recolher dividendos económicos e políticos da mistificação ideológica), a classe operária não está a desaparecer, a venda da força de trabalho não se está a volatilizar:

O que está em curso é mais um longo processo (o capitalismo como formação económica da sociedade já conheceu outros no decorrer da sua história) de *transformação quantitativa e qualitativa na composição social da classe operária, e nos conteúdos e requisitos do trabalho prestado*.

Os ganhos de intelectualização (que não são despiciendos em termos gerais de alargamento das possibilidades que se abrem à humanidade, não devendo por isso ser nem abstractamente anatematizados nem irreflectidamente acolhidos com entusiasmo bacoco) acompanham-se de toda uma série de problemas próprios das fases críticas de transição para novos modelos, e que passam, designadamente, por reconversões e desemprego em modos tradicionais do operar, por exigências de reconfiguração da formação e dos desempenhos, por *revisão social dos montantes do tempo médio de trabalho necessário*, por enriquecimento (directo e indirecto) da esfera dos interesses culturais, por *remodelação da imagem e do estatuto das próprias classes laboriosas*.

No plano económico, social, político e cultural, a emergência e a disseminação destes fenómenos determina *situações novas* — de que as forças dominantes se apressam a retirar, mesmo na conjuntura, o maior proveito, nomeadamente, por *elevação das taxas de extorsão de mais-valia, por alargamento dos campos a que as vão sugar, e por sofisticação e refinamento das modalidades de bombagem de que para o efeito se socorrem*.

A meu ver, *estas situações novas, do ponto de vista de uma atitude revolucionária, encontram-se longe de estar bem conhecidas na sua concreta estruturação e dinâmica*, pelo que se requerem abordagens novas também, e diversificadas, no sentido de *relançar um prospecto de emancipação da alienação que, no e pelo trabalho, estruturalmente persiste ainda que em figuras modificadas que por vezes a obnubilam tanto aos olhos dos observadores como dos mais directamente envolvidos*.

A propósito deste leque complicado de questões — e sem de modo algum pretender incorrer em erróneas transposições anacrónicas nem favorecer tontos intentos de conversão de *O Capital* em sacra escritura que contém a divina palavra de salvação —, não resisto a evocar duas observações de Marx que, porventura, contribuem para situar, e tornar perceptível, o núcleo duro da problemática económico-social que subtende este processo de constatada intelectualização do sistema produtivo, em geral:

«Por «proletário» não é de entender, economicamente, senão o assalariado (Lohnarbeiter) que produz e valoriza «capital», e que é posto na rua logo que se torna supérfluo para as necessidades de valorização (Verwertungsbedürfnisse) do «senhor Capital» (...)»⁽¹²⁾

«Melhor vestuário, (melhor) alimentação, tratamento (melhor) e um pecúlio maior tão-pouco suprimem, porém, a relação de dependência e a exploração do escravo, quão-pouco (suprimem) as do assalariado.»⁽¹³⁾

c) Entendo por *industrialização da produção intelectual*, não a simples contaminação mimética e avulsa, mas a verdadeira absorção deste domínio pelos mecanismos e pelas lógicas da actividade económica predominantemente instalada em outros sectores.

Trata-se, a meu ver, de um fenómeno contraditório, e incontornável em termos de civilização, que não pode ser encarado simplistamente nem num escopo de condenação saudosista pelo negativo que encerra, nem num de magnificação deslumbrada pelo positivo de que igualmente se acompanha.

Inclino-me a pensar que o cerne da questão não reside, principalmente, na articulação da cultura com a esfera do económico, da tecnologia ou do alargamento num âmbito de socialização.

O que faz problema, suscita ponderação e reclama transformação, é o modo como essa articulação e esses domínios se encontram predominantemente concebidos e operativos.

A nova situação decorrente dos fenómenos de industrialização da cultura constitui, assim, a meu ver, um novo terreno de luta por uma qualidade humana enriquecida da existência, que não deixa de colocar aos intelectuais acrescidas responsabilidades teóricas e práticas.

Por detrás de melhores condições genéricas para a retribuição e a difusão do trabalho intelectual, espreita a dura realidade da mercantilização — de uma produção tendo em vista determinadamente o lucro, sob o pretexto de satisfazer exclusiva e adaptativamente uma procura não esclarecida nem estimulada no sentido de elevar os seus padrões de exigência.

Por detrás de uma *socialização do acesso* (presuntivo) a bens de cultura por parte de massas significativas de consumidores, espreita a ameaça real da *massificação* — de uma banalização grosseira, e não suficientemente explorada no seu vector formativo de humanidade, deste tipo de produtos.

Por detrás de uma internacionalização que esbate fronteiras de tempos, de lugares e de tradições, espreita o desígnio deliberado (e nada inocente, em termos económicos e políticos) da *padronização* dos comportamentos e da *formatação* das mentalidades — a universalização, culturalmente inculcada, de uma dominação global que necessita para seu conforto e proveito da *domesticação e da amestragem das massas laboriosas e do conjunto da população*.

A institucionalização da produção intelectual não tem obrigatoriamente de redundar em estiolamento da criatividade desboemizada, por funcionarização dos agentes em refardados amanuenses de repartição dos «assuntos pneumáticos».

A técnica e a tecnologia não têm fatalmente de converter-se em violentação tecnoburocrática da Natureza, dos homens e dos destinos.

A industrialização da cultura não tem inelutavelmente de degradar-se em extorsão de mais-valias do continente recém-descoberto do negócio espiritual — ramos da «mercadoria» que, curiosamente, já no século XVI, o nosso João de Barros não desdenhava abordar⁽¹⁴⁾.

Fazer inflectir estas tendências (hoje facilmente dominantes) no sentido de as transformar, de instrumento de dominação utilizado por alguns com objectivos bem determinados (e velhos), em factor de emancipação renovada ao serviço de uma enriquecida inscrição de humanidade no ser — é uma tarefa, decerto árdua e indecível ainda quanto ao seu desfecho, mas que incontornavelmente nos confronta e desafia, como intelectuais, como cidadãos, como humanos.

4. O «para si» da intelectualidade

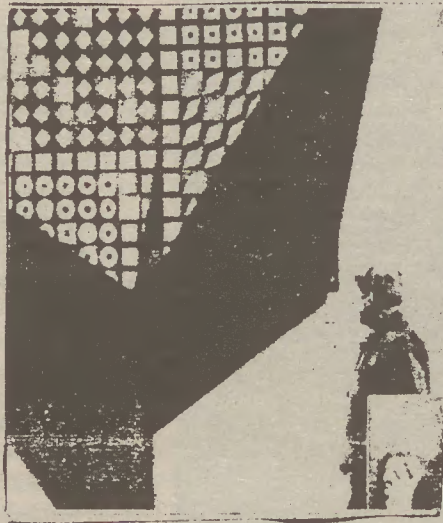
Pensar a função intelectual, hoje, obriga a considerá-la no seu contorno fáctico objectivo, marcado por uma acusação de traços de novidade relativa que acabei sumariamente de referir.

Mas um dar conta desta função, na actualidade, não pode também deixar de atender ao *prospecto subjectivo* que colectivamente é susceptível de reunir, e de fazer cooperar, os agentes que nela directamente intervêm, e o conjunto da sociedade.

A intelectualidade trabalha, em geral, nos distintos campos do seu operar, *um conjunto diversificado de formas de consciência* relativamente ao mundo e aos seus processos. Mas a *autoconsciência*, a reflexão sobre os seus próprios comportamentos e actividade, é também um domínio que se não encontra fora da sua alçada, nem é indiferente aos seus posicionamentos teóricos e práticos.

A intelectualidade opera, em concreto, em articulação com um conjunto mais amplo de *forças sociais* que imediatamente transcendem o seu âmbito restrito de definição. Mas a *intelectualidade é ela própria força social, atravessada pelas diferenças e conflitos que perpassam o todo social, mas dotada, numa esfera que lhe é própria, de uma certa autonomia relativa e capacidade de influência*.

Por difícil de aceitar que ainda seja à luz dos registos tradicionais de compreender e de assumir o seu estatuto e



EM FOCO

função — os intelectuais, hoje, são *massa, e massa assalariada*.

Sem dúvida, que no núcleo da função intelectual se encontram os produtores e reprodutores sociais de «*sentido*», os que *abastecem de ideologia* (no sentido muito amplo que confiro ao termo) a consciência social, os autores e os intérpretes de ideias (ou de idealidades) que se materializam dos modos mais diversos em campos muito diversificados do acontecer social.

Todavia, em círculos concêntricos — animados de um movimento de expansão, e interactuantes —, inscrevem-se igualmente conjuntos complexos de *actividades conexas* sem as quais, realmente, a função intelectual não teria lugar, ou não ocuparia o lugar social que efectivamente ocupa.

Hoje em dia, a função intelectual constitui um domínio *concreto*, que não se compadece mais com as piedosas ficções da laboração solitária e diletante — na tranquilidade monástica de um cela, no silêncio recatado de um laboratório, na desordem imperturbada de um gabinete.

A função intelectual, nos dias que correm, é na realidade elaborada e laborada por aquele «operário global combinado» (*kombinierter Gesamtarbeiter*), de que já Marx em «O Capital» nos falava, e que se entretetece de múltiplos e desvairados «trabalhos parcelares» (*Teilarbeiten*) que, numa proximidade maior ou menor com o objecto finalmente produzido, formam no seu conjunto e entrelaçamento o «corpo social do trabalho» (*gesellschaftlicher Arbeitskörper*)⁽¹⁵⁾.

Mais do que compartimentar os intelectuais em escadões e capelas — ciosos dos seus pergaminhos de genuinidade e entretidos a disputar entre si sinais exteriores de supremacia —, importa, porventura, *congregar os agentes da função intelectual, elevar o nível de consciência*

que partilham e conjuntamente elaboram quanto à realidade da sua situação, organizar e pôr em prática o seu potencial de intervenção.

Importa, sobremaneira, reforçar e aprofundar os laços que constitutivamente os unem ao conjunto do corpo social que integram, e que comportam uma *relação interactiva*, isto é, que se exerce dialecticamente nos dois sentidos, em termos de acção recíproca.

À visão tradicional dualizada da casta supostamente dirigente ou zeladora dos mecanismos da coesão social (a

que a figura do «mandarinato» empresta, desde pontos de vista na aparência contraditórios, um esquema tutelar de identificação), há que substituir a *prática funcional de um diálogo de tarefas que, por poderem ser especializadas, repartidas ou envolverem peculiaridades de competência, não deixam, por isso, em derradeira instância, de relevar de um processo uno de mediação histórica do ser pelas colectividades humanas.*

Emergem aqui seguramente, entre muitos outros, problemas de linguagem e de comunicação — que são *imediatamente* difíceis de negociar, mas que se revelam decisivos para uma unidade de acção e para *uma elaboração conjunta do campo da cultura, como dimensão englobante do trabalho da história pelos humanos.*

5. Dialécticas da pedagogia

Sem dúvida que aos intelectuais estão reservadas — pela função social que desempenham, pela preparação de que beneficiam, pela abordagem dos problemas que pro-fissionalmente cultivam — indelmentáveis e necessárias tarefas de pedagogia comunitária.

Todavia, importa não esquecer — como, aliás, uma larga tradição de Platão a Marx, passando por Kant, não deixou de sublinhar⁽¹⁶⁾, obviamente em contextos e com propósitos diferenciados — que *os educadores são eles próprios educados*, e que, por conseguinte, os processos da transformação (teórica e prática) são eles próprios dialécticos.

Os educadores educam-se nos confrontos com o real e com os outros homens; os educadores transformam-se na e pela própria luta que reconfigura as circunstâncias e remodela também os agentes.

Marx (embora a este ponto nem sempre seja prestada a devida atenção) mostrou-se particularmente sensível a este aspecto retroactivo, ou retro-referente, que acompa-

na o desenrolar material das transformações: pelo trabalho da Natureza fora dele, o homem reconfigura também a sua própria natureza⁽¹⁷⁾; a prática revolucionante não se esgota na modificação (objectiva) dos contornos circundantes, determina igualmente uma autotransformação (*Selbstveränderung*) nos actores⁽¹⁸⁾.

Daí a relevância acrescida de uma participação — humanamente esclarecida, e não apenas neutralizadamente «técnica» — dos intelectuais na *definição* das políticas e na *luta* por elas, contrariando a tentação (por diversos sectores convergentemente alimentada) de um seu acantonamento em franjas de convivialidade acomodada e complacente no dividir das ilusões de independência quanto ao seu estatuto de classe.

Para além de novos intelectuais, e de intelectuais de um novo tipo, são precisos de novo intelectuais — *comprometidos com a causa (não sagrada, mas consagrante) da humanidade* que, por em abstracto se estender ao género humano, não deixa em concreto de passar por um revolucionamento estrutural do modo de conceber, organizar e explorar a produção e a reprodução do viver.

Não é a formulação de um voto pio, compreensível e tempestiva quando se aproxima o momento de colocar ponto final numa alocução com estas características: *é o identificar de um tarefa a ser prosseguidamente trabalhada.*

É sobremaneira uma tarefa que, por ser recorrente — e, no limite, inacabada —, não nos deve fazer desanimar.

Em 1935, Bertolt Brecht, meditando sobre a função intelectual socialmente comprometida com a transformação do mundo e o delibramento de pulsões para a barbárie, lembrava:

«Hoje, quem quiser combater a mentira e a ignorância, e escrever a verdade, tem pelo menos cinco dificuldades a vencer.

Tem de ter a *coragem* de escrever a verdade, ainda que em toda a parte ela seja abafada;

a *inteligência* (*Klugheit*) de a reconhecer, ainda que em toda a parte ela seja ocultada;

a *arte* de a tornar manejável como uma arma;

o *discernimento* (*Urteil*) de escolher aqueles em cujas mãos ela se torna eficaz (*wirksam*);

a *astúcia* (*List*) de a difundir (*verbreiten*) entre eles.»⁽¹⁹⁾

O contexto hodierno não é seguramente o mesmo daqueles conturbados tempos de resistência e luta contra o ascenso da fascização na Alemanha. Mas os traços genéricos deste combate pela racionalidade e pela emancipação, em situação modificada, porventura, permanecem como estímulo e orientação para o nosso labor.

Há quem pense, ou pelo menos diga, que aos intelectuais está reservada a «pós-histórica» missão de inculcar na generalidade dos semelhantes a convicção de que vivemos «num clima intelectual em que os seus membros mais “avançados” já não acreditam que a sociedade burguesa seja alguma coisa de que ultimamente seja preciso triunfar»⁽²⁰⁾.

Abstraindo dos confortos da fé — terreno por onde tantos, ao adentrarem-se, imaginam estar a avançar —, a força da realidade, porém, pode levar a pensar que estamos afinal bem longe desta (tão apetecida de alguns) figura de plenitude dos tempos: «Quem prende a água que corre/é por si próprio enganado:/o ribeirinho não morre,/vai correr por outro lado.»⁽²¹⁾

É que, como Brecht também, e tão bem, observava, num registo que nos reconduz ao tema desta meditação: «A cultura salva-se, quando os homens se salvam.»⁽²²⁾

Não somos, de facto, vestais que vigiam o crepitar da sagrada chama nos recônditos do templo; somos autores e actores de um destino que colectiva e solidariamente vamos escrevendo, pela prática do viver mais do que pela sua narração.

NOTAS

⁽¹⁵⁾ «Unter “Proletarier” ist ökonomisch nichts zu verstehen als der Lohnarbeiter, der “Kapital” produziert und verwertet, und aufs Pflaster geworfen wird, sobald er für die Verwertungsbedürfnisse des “Monsieur Kapital” [...] überflüssig ist», Karl MARX, Das Kapital, Kritik der politischen Ökonomie (dorovante: K), I, 7.23; MEW, vol 23, p. 642.

⁽¹⁶⁾ «So wenig aber bessere Kleidung, Nahrung, Behandlung und ein groberes Peculium das Abhängigkeitsverhältnis und die

Exploitation des Sklaven aufheben, so wenig die des Lohnarbeiters.» K. MARX, K. I, 7.23; MEW, vol. 23, p. 646.

⁽¹⁷⁾ Cf., João de BARROS, Ropica Pnefma, ed. I. S. Révah, Lisboa, INIC, 1983 (2).

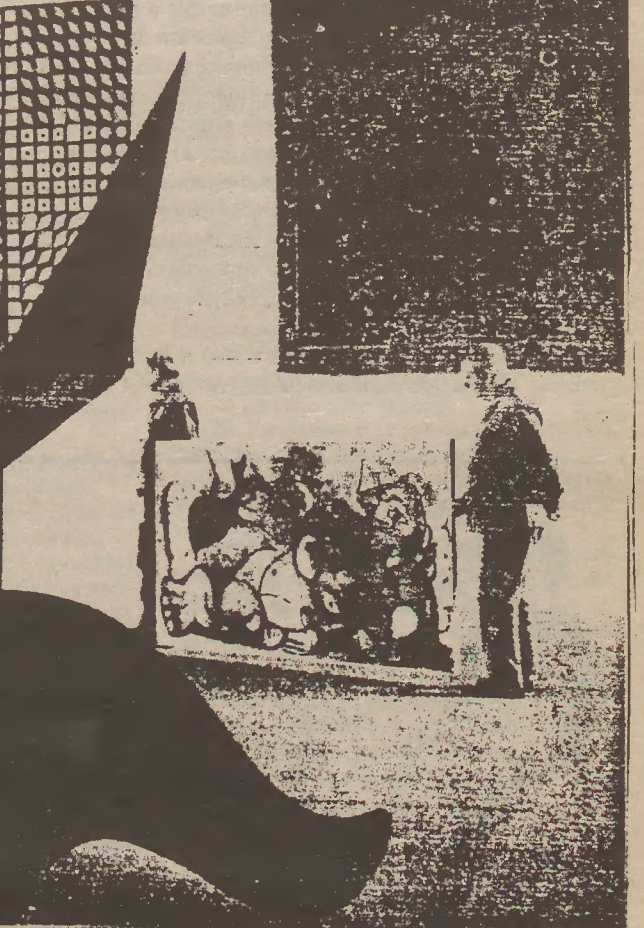
⁽¹⁸⁾ Cf., por exemplo, K. MARX, K. I, 4, 13 e 1, 5, 14; MEW, vol. 23, respectivamente, pp. 442 e 531.

⁽¹⁹⁾ Para Platão, ao filósofo, uma vez atingido o cume da sagesa, não é lícito permanecer no contemplação beata das ideias; ele tem de regressar à Cidade que o educou, a fim de, ainda que arrostando com incompreensões e chacotas, colaborar na promoção dos seus concidadãos. Cf. PLATÃO, República, VII, 519 c-521 b.

Marx, por sua vez, contesta as abordagens «iluministas» que cindiam a sociedade em duas partes, convertendo uma delas em pura mestra do que a outra haveria de, para seu bem, realizar. Nos termos dialécticos de um materialismo consequente, não pode esquecer-se que «as circunstâncias têm de ser transformadas pelos homens e [que] o educador tem ele próprio de ser educado» (die Umstände von den Menschen verändert und der Erzieher selbst erzogen werden muß); cf. K. MARX, Thesen über Feuerbach (dorovante: TF), 3; MEW, vol. 3, pp. 5-6.

Kant, na introdução das suas lições de pedagogia, publicadas em 1803 por Friedrich Theodor Rink, havia já posto em destaque esta dinâmica do processo educativo: «O homem só se pode tornar homem por educação. Ele não é nada a não ser o que a educação dele faz. É de notar que o homem só por homens é educado, por homens que são igualmente educados.» — «Der Mensch kann nur Mensch werden durch Erziehung. Er ist nichts als was die Erziehung aus ihm macht. Es ist zu bemerken, daß der Mensch nur durch Menschen erzogen wird, durch Menschen, die ebenfalls erzogen sind.», Immanuel KANT, Über Pädagogik, Einleitung; Ak., vol. IX, p. 443.

⁽²⁰⁾ «Na medida em que ele [o homem], por este movimento [o trabalho], opera sobre a Natureza fora dele e a transforma, simultaneamente transforma a sua natureza própria.» — «Indem er durch diese Bewegung auf die Natur außer ihm wirkt und sie



verändert. verändert er zugleich seine eigne Natur.» K. MARX, K. I., 3, 5; MEW, vol. 23, p. 192.

⁽²¹⁾ Cf. K. MARX, TF, 3; MEW, vol. 3, p. 6.

A mesma ideia ocorre, igualmente em A ideologia alemã: «Na actividade revolucionária, o transformar-se coincide com o transformar das circunstâncias.» — «In der revolutionäre Tätigkeit fällt das Sich-Verändern mit dem Verändern der Umstände zusammen.» K. MARX-F. ENGELS, Die deutsche Ideologie. Kritik der neuesten deutschen Philosophie in ihren Repräsentanten Feuerbach, B. Bauer und Stirner, und des deutschen Sozialismus in seinen verschiedenen Propheten, III, 1; MEW, vol. 3, p. 195.

⁽²²⁾ «Wer heute die Lüge und Unwissenheit bekämpfen und die Wahrheit schreiben will, hat zumindest fünf Schwierigkeiten zu überwinden. Er muß den Mut haben, die Wahrheit zu schreiben, obwohl sie allenthalben unterdrückt ist; die Klugheit, sie zu erkennen, obwohl sie allenthalben verhüllt wird; die Kunst, sie handhabbar zu machen als eine Waffe; das Urteil, jene auszuwählen, in deren Händen sie wirksam wird; die List, sie unter diesen zu verbreiten.» Bertolt BRECHT, Fünf Schwierigkeiten beim Schreiben der Wahrheit; Schriften, ed. Werner Mittenzwei (dorovante: S), Berlin-Weimar, Aufbau-Verlag, 1975 (?), vol. 5, p. 117.

⁽²³⁾ «in an intellectual climate whose most “advanced” members no longer believe that bourgeois society is something that ultimately needs to be overcome», Francis FUKUYAMA, Have we reached the end of history?, Santa Monica, Rand Corporation, 1989, p. 11.

⁽²⁴⁾ António Aleixo, Intencionais; Este livro que vos deixo..., ed. Vitalino M. Aleixo, Lisboa, V. M. Aleixo, 1975 (?), p. 96.

⁽²⁵⁾ «Die Kultur ist gerettet wenn die Menschen gerettet sind.», B. BRECHT, Rede auf dem I. Internationalen Schriftstellerkongress zur Verteidigung der Kultur. Eine notwendige Feststellung zum Kampf gegen die Barbarei; S. vol. 5, p. 115.

FESTA

1993

«O PCP  pessoa de bem...»

No decorrer do ano passado a Comissão Concelhia de Setúbal do Partido organizou um torneio de Futebol de Salão da Festa do «Avante!», cujos vencedores - o Grupo de Futebol de Salão de Vendas do Azeitão - não chegaram a receber a devida e merecida taça.

Culpas, já se sabe, foram de todos e de ninguém (falamos dos responsáveis pela organização do torneio, claro está): as tarefas eram muitas, havia mobilização para as jornadas de trabalho, outras iniciativas, o pavilhão do Partido na Feira de Santiago, etc., etc...

Mas os campeões concelhios compreenderam as dificuldades e, por consenso, decidiu-se que a entrega dos troféus transitaria para este ano, no momento do relançamento do novo torneio de Futebol de Salão. Pois foi o que aconteceu no passado domingo, num restaurante de Vila Fresca de Azeitão. O próprio grupo organizou um almoço, os rapazes convidaram as namoradas e a senhora que lhes trata dos equipamentos, outros amigos se juntaram e, num agradável conjunto de cerca de 40 pessoas da terra e alguns membros da organização concelhia do Partido, a taça para o vencedor do torneio concelhio de Futebol de Salão de 1992 chegou às mãos dos vencedores...

... E, pelos vistos, bem a tempo de o acto merecer efusivos aplausos: «O Partido é mesmo pessoa de bem» - ouviu-se dizer.



Saudades de tanta gente

Ainda 10 semanas sem Festa

**Jornada
de trabalho
sábado e domingo**



Máquina do tempo

Este é um apelo à memória, um passatempo, um jogo conosco próprios. Fica a pergunta e veja quanto tempo demora a responder, caso tenha idade para ter lá estado ou conheça o que se passou na primeira Festa do «Avante!», na FIL em 1976. Nesse ano dois compositores e músicos portugueses foram objecto de homenagens particulares, que o nosso jornal descreveria, na sua edição de 30 de Setembro, sob o título: «Duas homenagens revolucionárias». A quem nos referimos? Fica uma pista: em ambos os casos, o trabalho dessas duas personalidades da cultura portuguesa vai em grande parte buscar raízes à música popular do nosso país.

A solução fica prometida para o próximo número.

GASTRONOMIA

Ovos moles

A Festa é opípara. Os petiscos não faltam e não falta vontade de muitos experimentarem paladares diferentes, tradicionais de todas as regiões do país. Como por exemplo, essa que é definida pela Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira como «espécie de iguaria doce, que se prepara com açúcar em ponto e gemas de ovos». Citando Eça de Queirós em os Maias, desvenda-se o nome da doçaria: «Tenho-o ali (ao presente) no embrulhozinho de papel pardo... São seis barrilinhos de ovos-moles de Aveiro». A enciclopédia acrescenta uma definição mais completa desta «especialidade da região de Aveiro» dizendo que ela «é tipicamente apresentada, seja em barricas de madeira, mais ou menos decoradas com pinturas e desenhos de paisagens regionais, seja em invólucros de pão ázimo ou obreia de trigo, também com feito de barricas, peixes, conchas, lingueiros-de-canudo, etc».

Na Festa do «Avante!» tem sido tradicional o pavilhão da região de Aveiro apresentar este doce regional, em alguns anos tão procurado que esgota logo no primeiro ou segundo dia.

Para aqueles em que, entretanto, a leitura deste texto produziu excessiva quantidade de água na boca, não se permitirá a tortura de aguardar até Setembro para permitir a excitação das papilas gustativas com tão requintada especialidade. Aqui se explica como cozinhar os ovos moles de Aveiro, numa descrição com base numa receita publicada há 65 anos.



de Aveiro

Ingredientes:

500 gramas de açúcar refinado
1/4 litro de água
24 ovos
Canela em pó

Preparação:

Tomam-se 500 gramas de açúcar refinado e junta-se o 1/4 de litro de água, levando ao lume até ficar em ponto de pasta. Tira-se então do lume e deixa-se arrefecer. Juntam-se as 24 gemas de ovos bem limpas das claras, levemente mexidas para ficarem desfeitas, voltando ao lume e mexendo sempre para não pegarem ao fundo. Estando cozidas e com consistência, junta-se uma colher de sobremesa de canela em pó. Deita-se na travessa ou prato de servir ou enchem-se pequenos invólucros de massa (obreia). Se se pretende encher ou revestir pães de ló ou pastéis, deve-se dar a maior consistência possível. Também se podem juntar cinco ou seis colheres de doce de gila.

(Receita baseada no texto incluído no livro «Culinária» de OLLEBOMA, edição de 1928, impresso pela Empresa Diário de Notícias).

Compra já a tua EP



Torneios de malha - regulamentos

Malha grande

1. O jogo de chinquilha malha grande consiste no lançamento de uma malha, com o objectivo de derrubar um pau.
2. Os jogadores devem efectuar o lançamento, obrigatório com um pé sobre o tabuleiro, para trás da linha trajectória definida pela ecliz.
3. A distância de pau a pau é de 10 metros.
4. Os paus encontram-se situados sobre um tabuleiro com 40 cm de largura por 60 cm de comprimento.
5. O pau tem uma altura variável entre os 5 e 7 cm.
6. A localização do pau é de 22 cm da ecliz.
7. A ecliz é uma barra de ferro com 40 cm de comprimento por 6 cm de largura, situada na frente do tabuleiro. Esta não pode ser pisada pelo jogador.
8. A malha grande não tem medidas nem pesos fixos. Variando consoante a vontade dos jogadores, normalmente oscila entre os 2 kg e os 5 kg.
9. O campo tem um comprimento de 13 metros por 3 metros de largura.
10. Cada linha é composta por 6 jogadores e 3 suplentes.
11. Cada encontro tem a duração de uma hora.
12. Vence o encontro a equipa que completar primeiro 24.
13. Os pontos são contados pelo derrube de pau. Cada derrube equivale a dois pontos.
14. Marca igualmente 1 ponto a malha do jogador que ficar situada mais perto do pau.
15. As malhas dos jogadores da mesma equipa situadas logo a seguir àquela que marcou ponto serão beneficiadas, igualmente, por 1 ponto.
16. Se a malha situada em 2.º lugar for da equipa adversária, não marca ponto, mas corta o ponto das restantes malhas.
17. MALHA CORRIDA: consiste numa prova individual, na qual cada jogador tem direito a efectuar 6 lançamentos.
18. Será vencedor o jogador que derrubar maior número de vezes o pau.
19. Nos torneios há 2 prémios:
— para a melhor equipa
— para o melhor jogador.
20. Problemas omissos neste regulamento, serão resolvidos por um conselho técnico, formado por um elemento de cada linha e um elemento da Comissão Nacional do Desporto da Festa do «Avante!».
21. Serão realizados torneios locais, concelhios, distritais ou regionais a cargo das respectivas organizações.
22. Independentemente da realização dos torneios descritos no ponto 21 deste regulamento, na Festa do «Avante!» nos dias 7, 8 e 9 de Setembro terá lugar um torneio geral nacional.
23. As organizações regionais deverão comunicar até ao dia 1 de Setembro o número de linhas (equipas) de cada região.

tabuleiro, com 25 cm de comprimento por 5 cm de largura. Esta não pode ser pisada pelos jogadores.

9. O campo tem um comprimento de 10 metros, por 3 metros de largura.

10. Cada linha é composta por 6 jogadores.

11. Cada encontro tem a duração de hora e meia.

12. Vence o encontro a equipa que ganhar mais partidas, durante o tempo limite do jogo.

13. Os pontos são contados pelo derrube de paus, só contando os derrubos efectuados pela frente.

14. Cada derrube equivale a dois pontos. Marca igualmente, 1 ponto, a malha do jogador que ficar mais perto do pau.

15. As malhas dos jogadores da mesma equipa, situadas logo a seguir àquela que marcou ponto, serão beneficiadas, igualmente por 1 ponto.

16. Se a malha situada no 2.º lugar for da equipa adversária, não marca ponto, mas corta ponto das restantes.

17. MALHA CORRIDA: consiste numa prova individual, na qual cada jogador tem direito a efectuar 6 lançamentos.

18. Será vencedor o jogador que derrubar maior número de vezes o pau.

19. Nos torneios há 2 prémios:
— para a melhor linha
— para o melhor jogador.

20. Problemas omissos neste regulamento, serão resolvidos por um conselho técnico, formado por um elemento de cada linha e um elemento da Comissão Nacional do Desporto da Festa do «Avante!».

21. Serão realizados torneios locais, concelhios, distritais ou regionais a cargo das respectivas organizações.

22. Independentemente da realização dos torneios descritos no ponto 21 deste regulamento, na Festa do «Avante!» nos dias 7, 8 e 9 de Setembro terá lugar um torneio geral nacional.

23. As organizações regionais deverão comunicar até ao dia 1 de Setembro o número de linhas (equipas) de cada região.

24. Serão realizados torneios locais, concelhios, distritais ou regionais a cargo das respectivas organizações.

25. Independentemente da realização dos torneios descritos no ponto 21 deste regulamento, na Festa do «Avante!» nos dias 7, 8 e 9 de Setembro terá lugar um torneio geral nacional.

26. As organizações regionais deverão comunicar até ao dia 1 de Setembro o número de linhas (equipas) de cada região.

27. Serão realizados torneios locais, concelhios, distritais ou regionais a cargo das respectivas organizações.

28. Independentemente da realização dos torneios descritos no ponto 21 deste regulamento, na Festa do «Avante!» nos dias 7, 8 e 9 de Setembro terá lugar um torneio geral nacional.

29. As organizações regionais deverão comunicar até ao dia 1 de Setembro o número de linhas (equipas) de cada região.

30. Serão realizados torneios locais, concelhios, distritais ou regionais a cargo das respectivas organizações.

31. Independentemente da realização dos torneios descritos no ponto 21 deste regulamento, na Festa do «Avante!» nos dias 7, 8 e 9 de Setembro terá lugar um torneio geral nacional.

32. As organizações regionais deverão comunicar até ao dia 1 de Setembro o número de linhas (equipas) de cada região.

33. Serão realizados torneios locais, concelhios, distritais ou regionais a cargo das respectivas organizações.

34. Independentemente da realização dos torneios descritos no ponto 21 deste regulamento, na Festa do «Avante!» nos dias 7, 8 e 9 de Setembro terá lugar um torneio geral nacional.

35. As organizações regionais deverão comunicar até ao dia 1 de Setembro o número de linhas (equipas) de cada região.

36. Serão realizados torneios locais, concelhios, distritais ou regionais a cargo das respectivas organizações.

37. Independentemente da realização dos torneios descritos no ponto 21 deste regulamento, na Festa do «Avante!» nos dias 7, 8 e 9 de Setembro terá lugar um torneio geral nacional.

38. As organizações regionais deverão comunicar até ao dia 1 de Setembro o número de linhas (equipas) de cada região.

39. Serão realizados torneios locais, concelhios, distritais ou regionais a cargo das respectivas organizações.

40. Independentemente da realização dos torneios descritos no ponto 21 deste regulamento, na Festa do «Avante!» nos dias 7, 8 e 9 de Setembro terá lugar um torneio geral nacional.

41. As organizações regionais deverão comunicar até ao dia 1 de Setembro o número de linhas (equipas) de cada região.

42. Serão realizados torneios locais, concelhios, distritais ou regionais a cargo das respectivas organizações.

43. Independentemente da realização dos torneios descritos no ponto 21 deste regulamento, na Festa do «Avante!» nos dias 7, 8 e 9 de Setembro terá lugar um torneio geral nacional.

44. As organizações regionais deverão comunicar até ao dia 1 de Setembro o número de linhas (equipas) de cada região.

45. Serão realizados torneios locais, concelhios, distritais ou regionais a cargo das respectivas organizações.

46. Independentemente da realização dos torneios descritos no ponto 21 deste regulamento, na Festa do «Avante!» nos dias 7, 8 e 9 de Setembro terá lugar um torneio geral nacional.

47. As organizações regionais deverão comunicar até ao dia 1 de Setembro o número de linhas (equipas) de cada região.

48. Serão realizados torneios locais, concelhios, distritais ou regionais a cargo das respectivas organizações.

49. Independentemente da realização dos torneios descritos no ponto 21 deste regulamento, na Festa do «Avante!» nos dias 7, 8 e 9 de Setembro terá lugar um torneio geral nacional.

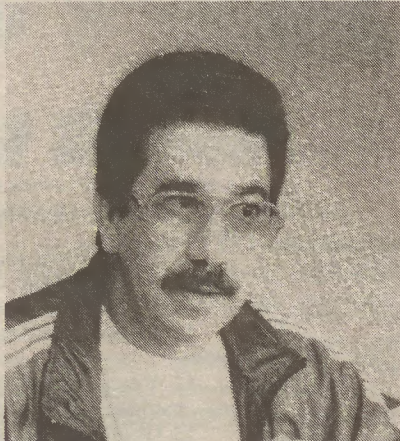
EM FOCO

Siderurgia Nacional vira entreposto franco-espanhol

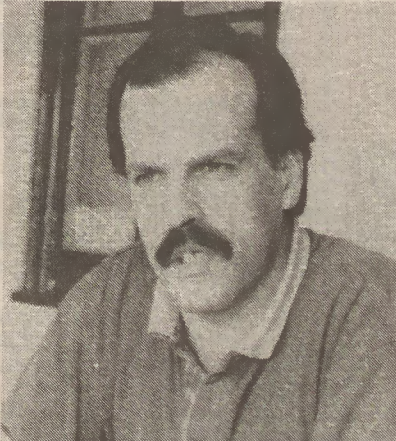
À aquisição de 80 por cento das acções candidatou-se apenas um consórcio, que não só fez o seu preço, como até quer que o Estado assuma o passivo da empresa

Os trabalhadores da Siderurgia Nacional e os seus representantes estão seriamente preocupados com o futuro que o Governo prepara para aquela empresa. O executivo de Cavaco Silva e Mira Amaral está prestes a entregar a Siderurgia à «Lusosider», consórcio franco-espanhol que foi o único candidato à compra do pacote indivisível de 80 por cento das acções da Siderurgia, de que a tutela se pretende desfazer a breve prazo (ainda este mês, segundo dizia em Março ao «Diário de Notícias» o secretário de Estado da Indústria).

As preocupações quanto ao futuro da empresa foram expostas ao «Avante!» por José Osório, dirigente sindical dos Metalúrgicos do Sul, e João Lopes, da Comissão de Trabalhadores da Siderurgia Nacional.



José Osório: «Perguntaram-me se queria ser rico...»



João Lopes: «... mas ainda cá estamos todos»

José Osório e João Lopes adiantam a resposta que para os trabalhadores é evidente, tanto mais que o consórcio já revelou que se prepara para investir 45 milhões de contos na área comercial e não referiu projectos para as áreas de produção: «Querem ficar com o mercado nacional do aço e fazer da Siderurgia um entreposto comercial para colocar a sua produção nos países africanos e noutros países do "terceiro mundo"».

Os nossos entrevistados fazem questão de ressaltar que, ao denunciarem esta intenção, os representantes dos trabalhadores não querem afirmar que a Siderurgia fechará as suas portas logo no dia seguinte à

privatização. Os prováveis novos donos irão «criar as condições para que a empresa vá caindo», uma vez que «não têm interesse em que ela produza».

Também para isto apontam afirmações que sugerem «estudar a paragem definitiva do trem médio e do trem ligeiro do Seixal», acrescentam José Osório e João Lopes, o que levaria a uma ainda maior redução da gama de produtos da fábrica e iria implicar a paragem em outras áreas, como o vazamento contínuo da aciaria. Isto significa, sublinham, «ir mutilando a Siderurgia, para a breve prazo cair por si própria».

Responsabilidades

As responsabilidades por esta situação são imputadas aos governos e às administrações por eles nomeadas. Antes de mais, acusam os representantes dos trabalhadores, foram mal conduzidas as negociações da adesão de Portugal à CEE, nomeadamente do protocolo 20, sobre a actividade siderúrgica: é que, se na Comunidade há uma produção excedentária de cerca de 30 milhões de toneladas de aço, Portugal apenas produz metade do aço que consome; por outro lado, a capacidade de produção da Siderurgia Nacional (cerca de 1 milhão de toneladas/ano) é uma gota de água na indústria siderúrgica europeia e, apesar disso, nunca foi totalmente realizada. Neste quadro, é inaceitável que Portugal tenha que sofrer por uma

Não há trabalhadores a mais

Ao fim de quatro anos de «reestruturação» o número de trabalhadores da Siderurgia Nacional foi reduzido a metade. No entanto, a administração continua a pressionar, de formas que justificam apelidar a sua gestão como «terrorismo social», para que mais pessoas aceitem vender o posto de trabalho.

Excedentários

Divididos em duas categorias, há mais de duas centenas de trabalhadores incluídos nas bolsas de excedentários criadas na Siderurgia. São de tal forma «excedentários», que a maioria deles continua a trabalhar e muitos até têm que fazer horas extraordinárias. Destes «excedentários», cerca de duas dezenas foram colocados na Palmeirinha, numa sala onde não têm qualquer trabalho mas onde têm que cumprir o horário normal. Criada há 3 ou 4 meses, esta «instituição» ganhou já, entre os trabalhadores, o mais que adequado nome de **Pinheiro da Cruz**.

Quer ser rico?

«A mim, quando me fizeram a proposta para rescindir o contrato, perguntaram-me se eu queria ser rico». - José Osório conta o que se passou com ele próprio, mas afirma que outros casos houve, envolvendo praticamente todos aqueles que são mais firmes na oposição à destruição da Siderurgia. - «Quando perguntei se tinham alguma quantia para adiantar, em concreto, só me disseram: "é o que você pedir"».

Esta proposta foi recusada. Nem José Osório, nem a esmagadora maioria dos sindicalistas e membros da CT aceitaram sair da empresa. «Não nos temos deixado cor-



A Siderurgia Nacional tem fábricas em Paio Pires (foto) e na Maia

crise para que não contribui. Mas não tem sido esta a opção dos governos.

Ao nível das administrações, tudo foi feito para seguir as orientações da tutela, enquanto foram perdidas várias oportunidades de manter e melhorar a empresa, acusam também José Osório e João Lopes. Referem, como exemplos, a introdução de novos equipamentos (com uma formação profissional que não foi adequada às necessidades e com exageros como impedir que os trabalhadores que iam garantir a conservação assistissem à montagem das máquinas) e a «postura constante de recusa de diálogo e negociação», que está a criar uma «situação insustentável» de desgaste e descrença em relação ao futuro.

«A Siderurgia Nacional é viável, mas tem que se alterar a política e a gestão do terrorismo social», sublinham os nossos entrevistados, recordando que, ao longo dos anos, os trabalhadores não têm poupado esforços para que se dêem estas alterações, «quer com o seu voto, quer na luta do dia-a-dia». «E vamos continuar, enquanto houver um bocadinho de sopro», disseram, com a autoridade das batalhas passadas e a firmeza de quem luta por uma causa justa.

Para já, e depois da participação nas manifestações do 1º de Maio e de 5 de Junho, em Lisboa, as estruturas dos trabalhadores da Siderurgia estão a preparar a sua acusação contra o Governo no Tribunal de Opinião Pública que deve reunir dia 1 de Julho, junto ao Ministério da Indústria.

romper, mantemos a unidade e a nossa postura de defesa intransigente da Siderurgia e dos trabalhadores», afirma José Osório. Ao que João Lopes acrescenta, com uma ponta de orgulho a bailar no rosto: «Esse é um problema que eles têm, é que saiu muita gente, mas aqueles que queriam mandar embora por razões políticas ainda estão cá todos».

Meio milhão de horas extra

Às afirmações dos responsáveis do Governo e da administração de que continua a haver trabalhadores a mais, contrapõem as estruturas representativas do pessoal da Siderurgia com o elevado número de horas extraordinárias que se tem verificado: 444 500 horas durante o ano de 1992.

Há casos de trabalhadores que fazem jornadas de 20 horas consecutivas, o que se tem vindo a reflectir, por exemplo, em frequentes acidentes rodoviários no percurso de regresso a casa. Que fez, perante isto, a administração? Decretou o fornecimento de meios de transporte da empresa aos trabalhadores que façam um número de horas considerado excessivo. «Isto é tapar o sol com a peneira», comenta José Osório.

João Lopes sublinha que estes números seriam ainda mais escandalosos se fossem contabilizados os dados dos trabalhadores que laboram na Siderurgia em regime de aluguer de mão-de-obra e por conta de empreiteiros. Só que estas informações não são fornecidas à CT nem aos sindicatos. É do conhecimento geral na empresa, contudo, que estes trabalhadores chegam a fazer, num só dia, 3 turnos de 8 horas para diferentes empreiteiros e em diferentes profissões.

Negócios

A privatização segue-se ao Plano de Reestruturação da Siderurgia Nacional iniciado em 1989 e que custou ao Estado português e à Comunidade Europeia cerca de 100 milhões de contos. José Osório e João Lopes reconhecem que houve «ligeiras alterações de maquinaria» na laminação e no vazamento contínuo da aciaria, mas sublinham que o resultado mais evidente desta reestruturação foi a redução dos efectivos da empresa: de 6350 trabalhadores, apenas restam 3128 (Abril de 1993).

A Lusolider teve a possibilidade de definir o preço que pretende pagar e, pelo que tem vindo a público, quer ainda que o Estado português assumira o passivo da Siderurgia, estimado em 70 milhões de contos, e que sejam liquidados mais 600 empregos.

O consórcio é formado por uma empresa estatal francesa e uma empresa privada espanhola. «Se estas empresas estão obrigadas a reduzir a produção de aço nos seus países, por que querem comprar a Siderurgia Nacional?»

A pressão dos salários baixos

Se a redução dos postos de trabalho tem sido uma pedra-de-toque na política de destruição da Siderurgia Nacional - que, mesmo assim, «continua a ter condições para, em quantidade e em qualidade, responder às necessidades nacionais», como sublinharam ao «Avante!» José Osório e João Lopes -, a contenção dos salários tem sido, a par da instabilidade e insegurança no emprego, a maneira preferida de pressionar os trabalhadores para que decidam sair da empresa.

Actualmente, como referiram os nossos entrevistados, «há trabalhadores que, para levarem mais de 50 ou 60 contos para casa ao fim do mês, têm que trabalhar por turnos e fazer horas extraordinárias». O salário médio líquido rondará os 110 contos, na estimativa dos representantes dos trabalhadores, que adiantam uma comparação: um oficial de primeira recebe, na Siderurgia, 95 500 escudos, enquanto lá fora, mesmo em casas pequenas, já pode ganhar 130 ou 140 contos.

Os aumentos aplicados por acto de gestão em 1992 ficaram abaixo da inflação então verificada, e foram ainda mais diminuídos pelo agravamento da carga fiscal. Em 1993, e depois de nas negociações ter formalizado uma proposta de 6 por cento, a administração, a mando do Governo, pretende agora impor aumentos de 4,5 por cento.

Os trabalhadores, através da sua comissão negociadora sindical e num abaixo-assinado que foi entregue ao Primeiro-Ministro, protestam contra mais esta quebra dos salários e lançam um desafio, manifestando a sua disponibilidade para aceitarem aumentos que apenas cubram a inflação verificada no ano passado, acrescentando mais 1 por cento para compensar a subida da carga fiscal.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Cuidado...

O Melo já voltou bem como o Champallimaud para já não falar do Espírito Santo o grande team que gerou o antigo regime. Aí os temos, pra geral espanto.

Não é surpreendente. Não, não. Afinal Cavaco diz que Portugal está a ir em frente.

Pois diga assim tanta anedota a esmo e ainda se demite a si mesmo.

Novas leis

Peneda doutoral em linguagem subtil diz que o trabalho infantil é um problema cultural profundamente humano especificamente lusitano.

Porém, grande humanista, diz-se que tem em vista um conjunto de leis que, quanto à idade e aos seus rigores, proíba o trabalho a menores com mais de seis.

Um macaco me morda! Medidas revolucionárias, hoje em dia? Será verdade, será? Sei lá, sei lá. Quando a galinha é gorda, o pobre desconfia...

Governo-sombrinha

Aquele governo-sombra tanto, tanto assombra que deu barraca até há, até há quem já sangrando, vá ridículo, de maca.

E enquanto brincam ao governo-sombra (brincadeira mais triste...) o povo alomba com o Governo que realmente existe.

O máximo

Relâmpago que fosse, ou intermédia chama do reino vil de Satanás monstro que o apertasse na tenaz do pesadelo onde se perde a rédea,

fosse do Apocalipse a besta nédia a chupá-lo com as manhas de arganz fosse do alto mar tromba voraz fosse destino grego da tragédia,

fosse a loucura de um amor maldito fosse o gume do ódio no conflito da angústia e da vingança estranha messe

ou que tombasse em natural derrota... Porém, morrer às mãos de uma anedota como se nada mais dos céus merecesse!

■ IGNOTUS SUM

Sombras

Segundo alguns jornais, Jaime Gama não queria fazer figura de parvo pertencendo ao chamado "governo-sombra" do PS, o que levou Guterres a "responder" que nestes exércitos - presume-se que se referia às suas próprias hostes - há os que vão à frente e os que, atrás, disparam alguns tiros para o ar. O caso é que se ouvem cada vez mais tiros, mesmo se alguns deles são disparados com silenciadores. Vítor Constâncio não deixou de se revelar um atirador, embora discreto, ao afirmar também que não queria saber de governos-sombras. O pior de tudo - pior no sentido de que estas guerras no interior do PS acabam por dizer muito pouco aos socialistas no seu conjunto e aos democratas em geral - é que, ocupados com governos-sombras, os dirigentes do PS deixam na sombra os problemas fundamentais que se colocam ao país e aos trabalhadores, e jogando com as sombras dos governos deixam na sombra a questão fundamental de uma alternativa democrática. Com cabeça, tronco e pés para andar. A alternância é um jogo de sombras. A alternativa faz-se com projectos concretos, com políticas concretas e, sobretudo, com aliados capazes.

Macários

Segundo o "Semanário", periódico que costuma saber destas coisas,

Macário quer ser diferente. E por isso, desde segunda-feira começou a bombardear os alfacinhas com nada menos que trezentos mil exemplares de um panfleto em que, sob o lema "Daqui p'rá frente Lisboa vai ser diferente", aparece a bonita fotografia de Macário, o candidato PSD à Câmara da capital. Diferentes, pelo menos, vão ser as contas da candidatura de Macário que, em vez de alguns almoços e estampilhas de Correio vão passar a contabilizar os tostões gastos nesta modesta operação de propaganda. O papel será reciclado?

Reciclados

Reciclados vão sendo, entretanto, alguns ministros. E a galeria, que alguns jornais gostam de publicar, já vem sendo grande, nestes governos de Cavaco que há muito se agarrou às cadeiras do poder. Os ministros e secretários são reciclados - Macário também o foi - para que a política possa continuar na mesma. O recente escândalo de Borrego, que foi reciclado em consequência de ter contado uma anedota de gosto macabro, denunciando a sua pequena estatura política e a sua pouca humanidade, não trará grandes novidades ao ambiente. Novidades na política cavaquista, é coisa que não haverá. Mas as anedotas continuam. Até a daquele ministro da Saúde que contou ao "Diabo" que não conta "anedotas em serviço". Pois não. Os casos de que é responsável - e não

se demite por isso - não dão vontade de rir. Em vez de se reciclarem ministros aos pingos, está na hora de se reciclar toda uma política. Ou melhor - de deitá-la fora, que o cavaquismo, a bem da saúde pública, não deve ser reciclado.

Da boca para fora

Em Genebra deve ser mais fácil falar - deve ter sido pelo menos o que pensou Silva Peneda, o ministro do Emprego e Segurança Social, que, em representação do Governo lá foi dizer, na 80ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que o executivo a que pertence "tem realizado nos últimos anos importantes esforços e medidas que, no plano qualitativo, permitiram colocar o sistema de Segurança Social português ao nível médio dos sistemas dos países avançados". O ministro deve ter-se congratulado por haver poucos portugueses a ouvi-lo. Se não, eles haveriam de perguntar-se se a Segurança Social dos "países avançados" tinha recuado tanto que permitia ao ministro aquelas palavras. De facto, para esses países, seria necessário correr tão depressa para trás para "apanhar" a pressa cavaquista em destruir a segurança dos portugueses, que se trataria de uma verdadeira corrida de fórmula um, em marcha à ré!

frases da Semana

"Sou salazarista do ponto de vista moral. Salazar não era contra a democracia. Era, sim, contra a democracia parlamentar. Eu só sou contra a partidocracia."

☛ (Silva Resende - «O Independente», 11.06.93)

"Já percebeu que vai ter que sair?..."

☛ (Cavaco Silva para Carlos Borrego, segundo o «Expresso», 12.06.93)

"Oeiras é um concelho modelo gerido por um autarca que conseguiu criar numa Câmara um projecto de desenvolvimento que apraz registrar."

☛ (José Luís Judas, em entrevista ao «Espaço Linha Magazine», n.º 19, de 19.05.93)

"Não embarco assim de uma forma pouco clara nessa história de privatizar de qualquer maneira, ainda que eu entenda que é indiscutível e necessário privatizar tudo o que seja possível privatizar."

☛ (idem)

"Numa entrevista publicada na passada sexta-feira na revista «Valor», o ministro-sombra das Finanças do Partido Socialista disse o que pensava sobre a necessidade de reduzir o défice orçamental. Disse ser essencial promover a constituição de esquemas privados destinados a complementar os tradicionais mecanismos de segurança social assegurados pelos dinheiros públicos. Prosseguiu afirmando-se favorável aos aumentos de propinas."

☛ (João Cândido Silva, «Caderno de Economia» - «Público», 14.06.93)

"Está cada vez mais complicado distinguir o que é o PS e o que é o PSD. É melhor começar a reparar na cor das gravatas."

☛ (idem)

"A situação em que o PS se tem deixado colocar em certas questões políticas maiores, não tem sido a expressão de uma condução política acertada."

☛ (Jaime Gama, em entrevista - «O Independente», 11.06.93)

"Os critérios de Maastricht foram uma simulação prussiana para demonstrar um horizonte económico saudável, através do qual se pudessem perspectivar a convergência."

☛ (idem)

"Fazer parte do governo-sombra era fazer figura de parvo"

☛ (idem)

"As administrações hospitalares não devem ser nomeadas por critérios partidários ou políticos"

☛ (Arlindo de Carvalho - «O Diabo», 15.06.93)

"Não conto anedotas em serviço"

☛ (idem)



Agenda

A-DOS-LOUCOS

Inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP (às 11.00) e almoço-convívio no Polidesportivo da UDR, com a participação do camarada Álvaro Cunhal: domingo, dia 20.

AGUALVA-CACÉM

Passeio a Peniche, promovido pela CDU: domingo, com partida às 8.30 e passagem por Ericeira, Santa Cruz, Porto Novo, Vimeiro e Peniche (com visita ao Forte e almoço) e por Óbidos e Bombaral, no regresso. Inscrições: CT do PCP.

ALCABIDECHE

Sessão pública de apresentação do cabeça de lista e da equipa de candidatos da CDU à Junta de Freguesia: domingo, às 16.00, na Associação Recreativa Juventude Carrascalense (Carrascal de Alvide/Alcabideche).

ALCACER DO SAL

Encontro concehlio da CDU: sábado, às 15.00, no Teatro Pedro Nunes.

ALVITO

Sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU à Câmara e Assembleia Municipal: sábado, às 18.00, no Casão da EPAC.

AMADORA

Encontro do Movimento Associativo da Amadora, com a participação de eleitos locais e dirigentes da CDU, técnicos e dirigentes das colectividades: sábado, a partir das 15.00, no Auditório da Câmara Municipal.

BRAGANÇA

Iniciativas da CDU no distrito com a participação de Carlos Carvalhas, Secretário Geral do PCP:

- Carvalhais - Encontro com a população - às 11.00.

- Mirandela - Almoço convívio na Escola Secundária - às 12.30.

- Bragança - Encontro Distrital de candidatos e apoiantes da CDU - no Auditório Paulo Quintela, com início às 15.30.

BARREIRO

Comício nos Penicheiros, com a

participação de Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP: sexta-feira às 21.30.

CASCAIS

Almoço convívio promovido pela Comissão de Freguesia do PCP, com a participação do camarada Urbano Tavares Rodrigues: sábado às 13.00, no CT de Cascais.

Reunião dos camaradas Reformados: hoje, quinta-feira, às 15.00, no Centro de Trabalho.

FEJÓ

Passeio a Peniche, com visita ao Forte: domingo. Participa o camarada Manuel Pedro.

LAVRADIO

Jantar convívio com a participação do camarada Álvaro Cunhal: no restaurante Zarcos (Rua Almirante Reis), sexta-feira às 19.30.

LOURES

Rally Paper e almoço-convívio no Parque Municipal de Montachique: sábado. Inscrições no CT do PCP.

LISBOA

Plenário do Sector de Serviços para discussão das eleições autárquicas: hoje, quinta-feira, às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé, com a participação do camarada Carlos Grilo.

Colóquio sobre o livro "Recordações de um Caminheiro", de Alexandre Babo, com a participação do autor e de Pedro Ramos de Almeida: sexta-feira às 21.30, no CT Vitória.

Encontro de Quadros da TAP - sexta-feira, a partir das 18.00, no CT da Av. António Serpa, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.

Arroios - Plenário de activistas da freguesia: sexta-feira às 21.30, no CT de Arroios.

Alcântara - reunião de dirigentes associativos, militantes do PCP, da freguesia de Alcântara: sexta-feira às 21.00, no CT de Alcântara.

Sto. Condestável - Plenário da organização da freguesia: sábado às

15.00, no CT Pedro Soares.

Plenário de militantes das empresas da freguesia de Sto. Condestável: sábado às 15.00, no CT de Alcântara.

Plenário de militantes das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Sebastião: sábado às 15.00, no CT da Av. António Serpa, com a participação do camarada Carlos Aboim Inglês.

Olivais - Visita à Freguesia, de manhã, e debate, a partir das 15.00, sobre a situação política e o trabalho autárquico, na Escola C+S Fernando Pessoa, com a participação de José Tavares: sábado. Almoço-convívio no CT do PCP de Olivais.

Visita à Quinta das Comendadeiras (freguesia de S. João), promovida pela CDU, com a participação de Rego Mendes, vereador do PCP na CML.

Reunião distrital de quadros para debate do tema "Racismo e Xenofobia - A situação actual e a posição do PCP": terça-feira, dia 22, às 19.00, no CT Vitória, com a participação dos camaradas José Casanova e Manuel Correia.

2º Encontro Distrital de Quadros Técnicos e Científicos da ORL do PCP: terça-feira, dia 22, com início às 18.00, no CT Vitória. Participa o camarada Edgar Correia.

Reunião da célula da INCM: terça-feira às 18.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário de Reformados da Cidade de Lisboa - quarta-feira, dia 23, às 15.00, no CT Vitória, com a participação do camarada Jaime Félix.

Plenário do Sector de Seguros de Lisboa: quarta-feira às 18.00, no CT Vitória.

MONTEMOR-O-VELHO

Reunião concehlio da CDU: domingo a partir das 10.00, no CT do PCP.

PORTO

3ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto - sábado, no Hotel Tuela, com a participação do camarada Carlos Carvalhas.

SINTRA

A situação da Saúde no concelho de Sintra - encontro promovido pela CDU, com a participação de Lino Paulo, vereador e candidato à presidência da CM de Sintra e de Jaime da Mata, vereador: das 15.00 às 18.30, no salão dos Bombeiros Voluntários de Queluz

VILA NOVA DE GAIA

Encontro concehlio da CDU: sábado a partir das 15.00, no salão da Assembleia Municipal de Gaia (R. Gen. Torres, junto ao Hospital), com a participação de Luís Sá.

No final realiza-se, na Escola Preparatória de Valadares, um jantar volante, às 20.00, e uma representação teatral, às 21.30. (Inscrições no CT do PCP de Gaia - tel. 711 06 76).

A-DOS-LOUCOS

Domingo
Inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP - às 11h
Almoço-convívio no Polidesportivo da U.D.R.A. - às 13h

Com a participação do camarada

Álvaro Cunhal

Carlos Carvalhas

domingo
no distrito de Bragança

Carvalhais - Encontro com a população - às 11.00.

Mirandela - Almoço convívio na Escola Secundária - às 12.30.

Bragança - Encontro Distrital de candidatos e apoiantes da CDU no Auditório Paulo Quintela, com início às 15.30.

"Com o PCP defender direitos, humanizar a cidade!"

3ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto

Sábado, Hotel Tuela

Com a participação de
Carlos Carvalhas

Actualidade em Debate no Vitória

Sexta-feira às 21h30:

COLÓQUIO SOBRE O LIVRO
"RECORDAÇÕES DE UM CAMINHEIRO"
de Alexandre Babo

com a participação do Autor e de Pedro Ramos de Almeida

S. Domingos de Rana

Domingo, 27
na Colectividade 1º de Maio - Tires

Apresentação da equipa CDU
candidata à Junta de Freguesia

Almoço-convívio

(inscrições até 24/6)

Encontro CDU:

SINTRA - A situação da Saúde no Concelho

com a participação de

Lino Paulo • Jaime da Mata

Sábado • das 15 às 18.30, • Bombeiros Voluntários de Queluz

9.º Encontro Nacional das Comissões de Base de Saúde «A SAUDE QUE QUEREMOS»

Évora, 24 de Julho de 1993 — Pavilhão do Rossio

AUTARQUIAS 93

2ª Reunião de Naturais do Distrito de Bragança

24 Junho
(5ª Feira)

19.00 horas • CT Vitória
(Av. da Liberdade, Lisboa)

PCP

Assunto: Apoio às Eleições Autárquicas

Serafim Brás

Responsável da DOR de Bragança do PCP

Sexta-feira, às 18h
no CT da Av. António Serpa

Encontro de Quadros da TAP

com a participação de
Jerónimo de Sousa

SARDINHADA

18 de Junho
20 horas

Caldo Verde
Sangria

terroço
Hotel
Vitória

Mil
Brasas

Com a presença de José Casanova
membro da Comissão Política do PCP



Com o Grupo
ISSABARY

Novos Quadros Sector Intelectual DORL PCP



RALLY PAPER

19 Junho

- Inscreve-te até ao dia
17 Junho 93 no Centro Trabalho
do PCP em Loures.

- Há almoço convívio no Parque
Municipal de Montachique.

- Participa

Avante! Agenda Televisão

Quinta, 17



07.30 Bom Dia
10.00 Thumbelina
10.30 Loja de Ideias
11.00 As Diabruras do Pimentinha
11.25 Notas para Si
11.50 Culinária
12.05 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 Perícia e Glória
14.25 Ponto por Ponto
15.00 Um Marido Rico (ver «Filmes na TV»)
16.30 Marvin
17.00 Brinca Brincando
17.35 Calor Tropical
18.25 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.30 Pedra Sobre Pedra
21.40 Grande Noite
22.40 Sofrer na Carne
23.30 Pacific Station
24.00 24 Horas



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.30 Traums Chiff
12.30 Fórmula 1
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Vida de Mulher

Sexta, 18



07.30 Bom Dia
10.00 Thumbelina
10.30 Loja de Ideias
11.00 Pole Position
11.30 Agora é que São Elas
11.50 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Ford Boyard
15.00 Duelo na Ilha (ver «Filmes na TV»)
16.40 «Red Shoes»
17.05 Brinca Brincando
17.35 Calor Tropical
18.25 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.30 Pedra Sobre Pedra
21.40 Marina, Marina
22.10 Que Loucura de Mulher (ver «Filmes na TV»)
23.40 24 Horas
00.30 Encontro no Paraíso (ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.30 Traums Chiff
12.30 Fórmula 1
13.30 Agora Escolha

Sábado, 19



08.00 Programa Infantil e Juvenil
12.10 Luta Livre Americana
13.10 Parlamento
13.55 Clube Disney
15.25 A Casa de Chá do Luar de Agosto (ver «Filmes na TV»)
17.30 Feira da Música
18.00 Arca de Noé
18.50 O Herói Relâmpago
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.00 Despedida de Solteiro
22.20 Parabéns
23.50 Lutando para Vencer (ver «Filmes na TV»)
01.20 Quarentena (ver «Filmes na TV»)



08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.05 Em Defesa da Terra (ver «Filmes na TV»)
13.30 A Juventude de um Rio
14.35 Pé Grande e os Amigos
15.00 Os O'Manions
16.00 TV2 Desporto
23.25 No Cumprimento do Dever

Domingo, 20



08.00 À Mão de Semear
08.25 Programa Juvenil
10.30 70 x 7
11.00 Missa
11.50 Programa Juvenil
13.00 Notícias
13.05 A Menina do Futuro
13.30 Top +
14.25 Olha que Dois
15.20 Beverly Hills 90210
16.15 O Voo da Liberdade (ver «Filmes na TV»)
18.00 Sons do Sol
18.45 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.40 Despedida de Solteiro
22.30 Casa Cheia
23.10 Presumível Culpado (ver «Filmes na TV»)
00.40 Conversa Afiada



08.00 Clínica Veterinária
09.00 Regiões
10.00 Em Busca de...
10.30 Programa Juvenil
11.30 Palco de Estrelas
11.55 O Lago Baikal
12.50 Forum Musical
13.50 Realce
14.10 A Família Chisholms
15.00 TV2 Desporto
20.00 Mestre de Ladrões

Segunda, 21



07.30 Bom Dia
10.00 Thumbelina
10.30 Loja de Ideias
11.00 Vitor e Hugo
11.25 Agora é que São Elas!
11.55 Culinária
12.15 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 Santuários Selvagens
14.25 Ponto por Ponto
15.00 Três Corações Iguais (ver «Filmes na TV»)
16.30 Rua Sésamo
17.00 Brinca Brincando
17.35 Calor Tropical
18.25 A Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.30 Pedra sobre Pedra
21.40 Cupido Electrónico
22.10 Entre Famílias
23.25 A Frente Oriental
00.20 24 Horas



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
12.05 Eternos Novatos
12.30 Fórmula Um
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Vida de Mulher

Terça, 22



07.30 Bom Dia
10.00 Thumbelina
10.30 Loja de Ideias
11.00 Lola e os Amigos
11.30 Notas para Si
11.50 Culinária
12.15 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 A Revolução Electrónica
14.25 Ponto por Ponto
15.15 O Preço de um Triunfo (ver «Filmes na TV»)
16.30 Rua Sésamo
17.00 Brinca Brincando
17.35 Calor Tropical
18.25 A Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.30 Pedra sobre Pedra
21.40 Isto Só Vídeo
22.10 Você Decide
23.05 Repórteres
23.45 24 Horas



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
11.30 Traums Chiff
12.30 Fórmula Um
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Terra Instável
15.30 Euroritmias
15.55 Basquete - Campeonato Europeu
17.35 Chá das 5
18.15 Carrusel
19.00 Os Trintões
19.55 Aventura do Conhecimento
20.25 V. Exa. Chamou?
21.25 O Sorriso do Lagarto
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Um Roubo Tranquilo (ver «Filmes na TV»)
01.10 Maria Betânia no Coliseu dos Recreios



16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Sic Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 A Brincar, a Brincar
22.00 Terça à Noite
23.15 Bagdad Café
23.55 Último Jornal
00.20 Internacional SIC
00.50 MTV



12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.15 Já Tocou!
20.40 Forum
20.55 Só Nós Dez
21.35 O Clarim da Revolta (ver «Filmes na TV»)
23.20 Farda e Coração
00.10 Futebol - Brasil-Chile
01.55 Informação
02.00 Meteorologia

Quarta, 23



07.30 Bom Dia
10.00 Thumbelina
10.30 Loja de Ideias
11.00 Inspector Engenhocas
11.30 Isto é Magia
11.50 Culinária
12.15 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 Meados do Século
14.25 Ponto por Ponto
15.00 Milionária por um Dia (ver «Filmes na TV»)
16.35 Rua Sésamo
17.00 Brinca Brincando
17.35 Calor Tropical
18.25 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telejornal
20.30 Pedra sobre Pedra
21.40 Vamos Jogar no Totobola
21.55 Ninguém é Santo (ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.55 O Império de Brittas
12.30 Fórmula Um
13.30 Agora, Escolha!
14.50 Terra Instável
15.20 Euroritmias
16.15 Companhia "P"
17.10 Chá das Cinco
18.05 Carrusel
18.55 Basquete - Campeonato da Europa
20.30 Milénio
21.25 O Sorriso do Lagarto
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 A Harpa Birmanesa (ver «Filmes na TV»)
01.05 Tauromaquia



16.30 Notícias
16.35 Gladiadores Americanos
17.20 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.25 Jornal da Noite
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.40 Sexo Forte
24.00 Último Jornal
00.30 Deseja-me Sorte
01.30 MTV



12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.15 Já Tocou!
20.40 Forum
20.55 Só Nós Dez
21.35 Cartas de Amor
22.35 Mancuso
23.20 Informação: «Frontal»
00.20 Desporto Motorizado
00.50 Ponto Final
01.05 Meteorologia



O Houston Ballet, em «Artes e Letras», hoje à noite na TV2



Valentina: da BD para a Televisão. Sábado à noite na SIC



A Família Chisholms, com um notável actor: Robert Preston. Domingo à tarde da TV2

15.30 Euroritmias
16.20 Anos 90
17.10 Chá das 5
18.10 Carrusel
19.00 Os Trintões
19.50 Bailado: "Houston Ballet"
21.25 O Sorriso do Lagarto
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Interiores
00.10 O Frão de Sangue (ver «Filmes na TV»)



16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.25 Jornal da Noite
21.30 Minas e Armadilhas
22.20 Conta Corrente
23.25 Repórter da Meia-Noite
00.30 Último Jornal
01.10 MTV



12.00 A Casa do Tio Carlos
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.15 Já Tocou!
20.40 Forum
21.00 S6 Nós Dez
21.35 Prisioneiro da Teia
23.00 Telemotor
23.30 Desapareceu Bunny Lake (ver «Filmes na TV»)
01.20 Informação
01.35 Meteorologia

14.55 Vida de Mulher
15.30 Euroritmias
16.25 Segredos da Natureza
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
19.00 Rotações
20.00 Dramazine
20.30 A Ceifa de Ferro
21.25 O Sorriso do Lagarto
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Monsieur (ver «Filmes na TV»)
00.40 Últimas Notícias



16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.25 Jornal da Noite
21.30 Labirinto
22.05 O Último Fôlego (ver «Filmes na TV»)
23.55 Último Jornal
00.30 Playboy
01.30 MTV



12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Já Tocou!
20.40 Forum
21.00 S6 Nós Dez
21.35 Desporto
22.05 Uma Mulher em Guerra (ver «Filmes na TV»)
23.35 Referendo
00.35 «Flesh and Blood»
01.20 Informação
01.35 Meteorologia

00.20 O Homem Fatal
01.20 Popoff
01.50 Contradições



12.00 O Soldado Joe
12.30 Aventuras dos T-Rex
13.00 Stingray, o Super Submarino
13.30 Batman
13.50 Notícias
14.00 As Mais Belas Máquinas
14.25 Selvagens e Perigosos
14.55 Quatro no Texas (ver «Filmes na TV»)
17.10 Justiça Negra
17.55 Grandes Planos
18.25 Portugal Radical
18.50 Príncipe de Bel Air
19.15 Cara Chapada
19.45 Jornal da Noite
20.25 Futebol
22.45 Valentina
23.15 Água na Boca
24.00 Último Jornal
00.25 Um Homem Contra a Mafia (Telefilme)



10.00 Os Construtores da História
11.00 Colégio Interno
12.00 Documentário
13.00 Informação
13.10 Contra-Ataque
14.55 Lágrimas (compacto)
19.30 Informação Quatro
20.00 Futebol
21.45 Uma Mulher em Guerra
22.40 Cozido à Portuguesa
23.30 Adivinha Quem Vem Jantar (ver «Filmes na TV»)
01.10 Meteorologia

(ver «Filmes na TV»)
21.35 Meu Filho, Meu Filho
22.25 Hemingway
23.15 Resistência no Armazém 22



12.00 Livro da Selva
12.30 Rugrats
12.55 Pássaros de Fogo
13.45 Passo a Passo
14.10 Notícias
14.20 Um Planeta, Uma Família
14.50 Serenata à Chuva (ver «Filmes na TV»)
16.40 Tarzan
17.05 National Geographic Magazine
18.05 Falso Suspeito
18.35 Benny Hill
19.05 Cosby Show
19.45 Batalhas Conjugais
20.45 Jornal da Noite
21.30 O Atentado (ver «Filmes na TV»)
23.45 Último Jornal
00.15 Jimmy Hendrix



10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 As Histórias Mais Bonitas
11.30 Actualidade Religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.25 Rica Saúde
14.05 Telhados de Vidro (compacto)
16.00 Tempestade na Jamaica (ver «Filmes na TV»)
18.15 O Marido da Embaixadora
19.00 Futebol
20.45 Informação Quatro
21.20 Covington Cross
22.20 Fado, Fadinho
22.45 Futebol
00.15 Meteorologia

15.30 Euroritmias
16.20 A Grande Muralha
17.10 Chá das Cinco
18.10 Carrusel
18.55 Os Trintões
19.50 Cinemagazine
20.25 Artes e Letras - Andy Warhol
21.25 O Sorriso do Lagarto
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Frente a Frente (ver «Filmes na TV»)



16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Sic Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.25 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.00 Inimigas e Amantes, Uma História de Amor (ver «Filmes na TV»)
00.15 Último Jornal
00.40 Tostões e Milhões
01.10 MTV



12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.15 Já Tocou!
20.40 Forum
20.55 S6 Nós Dez
21.35 Telefilme: «Morte na Esquadra»
23.20 Rumores
23.50 Informação
00.05 Meteorologia



Meados do Século recorda esta semana o início da II Guerra Mundial. Quarta-feira no Canal 1

Filmes na TV

QUINTA, 17

Um Marido Rico

«The Palm Beach Story» (EUA/1942). Real.: Preston Sturges. Int.: Claudette Colbert, Joel McCrea, Mary Astor, Rudy Vallee. P/B, 86 min. Ver Destaque. (15.00, Canal 1)

Desapareceu Bunny Lake

«Bunny Lake is Missing» (EUA/1965). Real.: Otto Preminger. Int.: Laurence Olivier, Carol Lynley, Keir Dullea, Noel Coward, Martita Hunt. Cor, 105 min. Ver Destaque (23.00, Quatro)

O Trono de Sangue

«Kumonosu-jo» (Jap./1957). Real.: Akira Kurosawa. Int.: Toshiro Mifune, Isuzu Yamada, Takamaru Sasaki, Takashi Shimura. P/B, 104 min. Ver Destaque. (00.10, TV 2)

SEXTA, 18

O Duelo na Ilha

«Le Combat dans l'Isle» (Fr./1961). Real.: Alain Cavalier. Int.: Romy Schneider, Jean-Louis Trintignant, Henri Serre. P/B, 100 min. Ver Destaque. (15.00, Canal 1)

Que Loucura de Mulher

«Weird Science» (EUA/1985). Real.: John Hughes. Int.: Anthony Michael, Kelly LeBrock, Ian Mitchell-Smith. Cor, 90 min. Comédia. (22.10, Canal 1)

O Último Fôlego

«Breathless» (EUA/1983). Real.: Jim McBride. Int.: Richard Gere, Valerie Kaprisky, Art Metrano, John P. Ryan. Cor, 100 min. Ver Destaque. (22.05, SIC)

Monsieur

«Monsieur» (Fr./Bélg./1990). Real.: Jean-Philippe Toussaint. Int.: Dominique Gold, Wojtek Pizoniak, Eva Ionesco. P/B, 86 min. Ver Destaque. (23.10, TV 2)

Encontro no Paraíso

«Jilted» (Austrália/1987). Real.: Bill Bennett. Int.: Richard Moir, Jennifer Cluff, Steve Jacobs. Cor, 85 min. Comédia dramática. (00.30, Canal 1)

SÁBADO, 19

Em Defesa da Terra

«Arthur's Hallowed Ground» (Gr.Br./1986). Real.: Freddie Young. Int.: Jimmy Jewel, Jean Bohl, David Swift, Michael Elphick. Cor, 81 min. Ver Destaque. (12.05, TV 2)

Quatro no Texas

«Four for Texas» (EUA/1963). Real.: Robert Aldrich. Int.: Frank Sinatra, Dean Martin, Charles Bronson, Ursula Andress, Anita Ekberg. Cor, 120 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

A Casa de Chá do Luar de Agosto

«The Teahouse of the August Moon» (EUA/1956). Real.: Daniel Mann. Int.: Marlon Brando, Glenn Ford, Machito Kyo. Cor, 118 min. Ver Destaque. (15.25, Canal 1)

Mestre de Ladrões

«Grand Larceny» (EUA). Real.: Jeannot Szwarc. Int.: Omar Sharif, Marilu Henner, Ian McShane, Louis Jourdan. Cor, 95 min. Telefilme. (20.00, TV 2)

Adivinha Quem Vem Jantar

«Guess Who's Coming to Diner?» (EUA/1968). Real.: Stanley Kramer. Int.: Spencer Tracy, Sidney Poitier, Katherine Hepburn, Cecil Kellaway. Cor, 108 min. Ver Destaque. (23.30, Quatro)

Lutando Para Vencer

«In the Line of Duty: Mob Justice» (EUA/1992). Real.: Peter Merkle. Int.: Tony Danza, Samuel Jackson, Ted Levine. Cor, 93 min. Telefilme. (23.50, Canal 1)

Um Homem Contra a Máfia

«Man Against the Mob: The Chinatown Murders» (EUA/1989). Real.: Michael Pressman. Int.: George Peppard, Ursula Andress. Cor, 100 min. Telefilme policial. (00.25, SIC)

Quarentena

«Quarantine» (Can./1989). Real.: Charles Wilkinson. Int.: Beatrice Boepple, Garwin Sanford, Gerry Wasserman. Cor, 93 min.

«Thriller» fantástico. (01.20, Canal 1)

DOMINGO, 20

Serenata à Chuva

«Singing in the Rain» (EUA/1952). Real.: Gene Kelly e Stanley Donen. Int.: Gene Kelly, Donald O'Connors, Debbie Reynolds, Cyd Charisse. Cor, 98 min. Ver Destaque. (14.50, SIC)

Tempestade na Jamaica

«A High Wind in Jamaica» (Gr.Br./1965). Real.: Alexander Mackendrick. Int.: Anthony Quinn, James Coburn, Dennis Price. Cor, 104 min. Ver Destaque. (16.00, Quatro)

O Voo da Liberdade

«Night Crossing» (EUA/1982). Real.: Delbert Mann. Int.: John Hurt, Jane Alexander, Doug McKeeon, Keith McKeon. Cor, 102 min. Drama. (16.15, Canal 1)

O Atentado

«L'Attentat» (Fr./1972). Real.: Yves Boisset. Int.: Jean-Louis Trintignant, Michel Piccoli, Jean Seberg, Roy Scheider. Cor, 109 min. Ver Destaque. (21.30, SIC)

Presumível Culpado

«Presumed Guilty» (EUA/1991). Real.: Paul Wendkos. Int.: Martin Sheen, Carolina Kava, James Handy, Brendon Fraser. Cor, 90 min. Telefilme. (23.10, Canal 1)

SEGUNDA, 21

Três Corações Iguais

«These Three» (EUA/1936). Real.: William Wyler. Int.: Merle Oberon, Miriam Hopkins, Joel McCrea, Catherine Doucet. P/B, 86 min. Drama. (15.05, Canal 1)

Morte na Esquadra

«Cop Killer» (EUA/1988). Real.: Larry Shaw. Int.: Kem Olin, Patricia Wettig, Glynnis O'Connor, Joseph Bottoms. Cor, 99 min. Drama. (21.35, Quatro)

Inimigas e Amantes, Uma História de Amor

«Enemies: A Love Story» (EUA/1989). Real.: Paul Mazursky. Int.: Anjelica Huston, Ron Silver, Lena Olin, Margaret Sophie Stein. Cor, 119 min. Ver Destaque. (22.00, SIC)

Requiem por Dominic

«Requiem für Dominic» (Áustria/1990). Real.: Robert Dornhelm. Int.: Felix Mitterer, Viktoria Schubert, August Schmolzer. Cor, 86 min. «Thriller» político. (00.10, TV 2)

TERÇA, 22

O Preço de um Triunfo

«Splendor» (EUA/1935). Real.: Elliott Nugent. Int.: Miriam Hopkins, Joel McCrea, Paul Cavanagh, Helen Westley. P/B, 73 min. Melodrama. (15.15, Canal 1)

O Clarim da Revolta

«Taps» (EUA/1981). Real.: Harold Baker. Int.: George C. Scott, Tom Cruise, Timothy Hutton, Ronny Cox, Sean Penn. Cor, 126 min. Ver Destaque. (21.35, Quatro)

Um Roubo Tranquilo

«Le Pactole» (Fr./1985). Real.: Jean-Pierre Mocky. Int.: Richard Bohringer, Patrick Sébastien, Pauline Lafont. Cor, 86 min. Comédia policial. (23.10, TV 2)

QUARTA, 23

Milionária por um Dia

«Lady for a Day» (EUA/1933). Real.: Frank Capra. Int.: Warren Williams, May Robson, Guy Kibbee, Glenda Farrell. P/B, 96 min. Ver Destaque. (15.00, Canal 1)

Ninguém é Santo

«We're No Angels» (EUA/1989). Real.: Neil Jordan. Int.: Robert de Niro, Sean Penn, Demi Moore, Hoyt Axton. Cor, 102 min. Ver Destaque. (21.55, Canal 1)

A Harpa Birmanesa

«Biruma No Tategoto» (Jap./1956). Real.: Kon Ichikawa. Int.: Reantaro Mikuni, Shoji Yasui, Tatsuya Mihashi. P/B, 112 min. Ver Destaque. (23.10, TV 2)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

Um Marido Rico

(Quinta, 15.00, Canal 1)

O realizador deste filme - Preston Sturges - foi um dos mais sensíveis e subtis cineastas de Hollywood a destacar-se especialmente no difícil género da comédia. E este filme que o Canal 1 hoje transmite, e que o realizador encenou a partir de um argumento que ele próprio escreveu, é dos mais interessantes da sua carreira, contando ainda com dois excelentes intérpretes - Claudette Colbert e Joel McCrea - interpretando no justo tom as personagens de um casal desavindo e dos encontros e desencontros que os insondáveis mistérios da sedução proporcionam.

Desapareceu Bunny Lake

(Quinta, 23.00, Quatro)

Aqui está um dos filmes mais inquietantes de Otto Preminger, não apenas pelos caminhos tortuosos por que a história evolui mas também pela atmosfera angustiante que o realizador soube construir, designadamente através da prodigiosa utilização da fotografia a preto e branco. Tudo parte do desaparecimento, sem deixar qualquer rasto, de uma criança que vivia com a sua mãe e o seu tio, das relações ambíguas entre os dois adultos, e, ainda mais, da constante alternância das possibilidades de «leitura da história» a que Preminger obriga o espectador, de tal maneira que seria absolutamente insensato aqui vos deixar qualquer pista de esclarecimento da própria intriga. Essa tarefa fica para Laurence Olivier, o excelente detective que vai suar as estopinhas para ver bem claro no fundo do túnel...

O Trono de Sangue (Quinta, 00.10, TV 2)

A crítica especializada sempre tendeu a considerar esta adaptação de Macbeth, de Shakespeare (com um argumento transposto para o Japão do século XVI), como a mais bela e perfeita jamais levada ao cinema. E é o próprio Kurosawa que faz luz sobre os objectivos do projecto: «este período de guerras civis correspondia bem ao período descrito por Shakespeare; a tal ponto que também nós havíamos tido um personagem como Macbeth. A transposição do drama para um quadro japonês surgiu-me, assim, espontaneamente. Esqueci Shakespeare e rodei o filme como se se tratasse de uma história do meu país...». Um filme a não perder.

O Duelo na Ilha (Sexta, 15.00, Canal 1)

No momento em que este filme se estreava em Paris, soavam ainda pelas ruas os quotidianos rebentamentos de bombas perpetrados pelos fascistas da OAS contra a independência da Argélia. Não admira, assim, que Alain Cavalier (um dos nomes então mais promissores do «cinema novo» francês) sentisse alguns problemas com a censura da época, já que o filme se debruçava, com inegável coragem, sobre uma história de violento confronto - chegando a um duelo não consumado - entre um terro-



Joel McCrea e Claudette Colbert numa comédia de Preston Sturges: «Um Marido Rico»

rista de extrema-direita e um pacifista, na sequência de um atentado que o primeiro cometera sobre um deputado de esquerda. Um filme com uma narração simples, mas empenhado e eficaz, e que conta ainda com duas excelentes interpretações de Jean-Louis Trintignant e Romy Schneider.

O Último Fôlego

(Sexta, 22.05, SIC)

Um outro filme emblemático da «nouvelle vague» foi, sem dúvida, a primeira obra-prima de Jean-Luc Godard - esse sempre revisitado O Acssado - filme eminentemente europeu que, revolucionando embora por completo os mecanismos da narrativa clássica, não escondia entretanto um claro fascínio pelo cinema negro norte-americano. Vinte e quatro anos depois, nos EUA, o realizador Jim McBride decidiu lançar ombros a um remake da obra de Godard, realizando este O Último Fôlego, explicitamente inspirado no primeiro. Um empreendimento relativamente frustrado, já que, ao contrário do realizador suíço, McBride se revelou claramente incapaz de fazer uma leitura original e criativa das suas fontes de inspiração. Mas nem tudo se perde: cinco estrelas para a banda sonora.

Monsieur (Sexta, 23.10, TV 2)

O filme é desconhecido entre nós mas se a RTP o programou para a TV 2 lá terá as suas razões. Fiquemo-nos por um excerto das indicações que a própria estação nos dá: «trata-se de um filme invulgar e hilariante rodado a preto e branco que gira em torno de

um homem impassível que atravessa uma série de situações insólitas e desconcertantes, povoadas por personagens que o não são menos, onde se reflecte todo o absurdo da nossa sociedade...». A ver vamos, se entretanto o futebol (Portugal-Malta em «esperanças») não vier a provocar mais um dos habituais adiamentos em que a estação é fértil.

Em Defesa da Terra (Sábado, 12.05, TV 2)

Arthur é o guarda que tem a seu cargo um velho campo de cricket e que se opõe denodadamente às transformações e modernizações a que pretendem sujeitar o terreno de jogo. Parece tratar-se de um filme interessante, retratando simbolicamente as contradições da sociedade britânica dos anos 80 e inserido no movimento de renovação do cinema inglês desse mesmo período, pelo que o melhor é dar uma espreitadela no início para ficar, provavelmente, até ao fim.

Quatro no Texas (Sábado, 15.00, SIC)

Quem vos alinha estas notas está geralmente de acordo com os que advogam terem-se quase sempre transformado em experiências penosas as tentativas que encontramos em certos filmes para importarem elementos alheios aos mecanismos próprios da construção dos géneros tornados clássicos e que, assim utilizados, resultam inevitavelmente insólitos e perturbadores. É o que se passa com este western cómico, que se considera uma experiência falhada de um grande realizador - Robert Aldrich -, já que por ele se passeiam os tiques e clichés por vezes insuportáveis de Sinatra, Martin e mesmo Bronson, parecendo que nos querem fazer rir à força. Mas a opinião final pertence, naturalmente, ao leitor.

A Casa de Chá do Luar de Agosto (Sábado, 15.25, Canal 1)

Tendo como pano de fundo a transformação dos costumes que, após a II Guerra Mundial, o Japão conheceu, esta adaptação ao cinema de um grande êxito teatral da Broadway resultou numa excelente comédia, bem dirigida por Daniel Mann e melhor interpretada por Marlon Brando e Glenn Ford no papel de elementos do exército americano esforçados na adesão às mais arcaicas tradições japonesas consubstanciadas nos rituais de uma casa de chá.

Adivinha Quem Vem Jantar

(Sábado, 23.30, Quatro)

A história é extremamente interessante - tendo alcançado o Óscar para a especialidade - e retrata com acutilância (não isenta de um certo tom de comédia) o conturbado período da «luta pelos direitos cívicos» desenvolvida pela comunidade afroamericana nos EUA e que coincide com a época da realização do filme: um casal da alta burguesia é surpreendido pela decisão manifestada pela sua jovem filha de querer casar-se com um médico negro. Embora a realização não se adeque, por vezes, às subtilidades inerentes ao próprio argumento, há que destacar (mesmo que um pouco longe do elevado nível a que ambos nos habituaram) as interpretações de um par de eleição - Katherine Hepburn e Spencer Tracy, este na sua última aparição no écran.

Serenata à Chuva

(Domingo, 14.50, SIC)

Ao contrário do que tradicionalmente era frequente em tantos e tantos



Gene Kelly num dos melhores bailados da obra-prima do cinema musical: «Serenata à Chuva»

filmes pertencentes a um dos géneros maiores do cinema americano - a *comédia musical* - *Serenata à Chuva*, para além de se situar ao seu mais alto nível, também quanto ao argumento de que partia constituía um toque de rara «verosimilhança» em relação ao mundo que pretendia retratar - neste caso, o ambiente dos estúdios de Hollywood numa época de transição do «cinema mudo» para o «cinema sonoro», com os dramas, as inquietações, as frustrações, mas também os arrojos, as aventuras e as mudanças qualitativas que tanto protagonistas daqueles tempos viveram e fizeram marcar. É precisamente por isso que, quando aos actores e actrizes principais de *Serenata à Chuva* lhes dá para começar a dançar e a cantar no meio dos diálogos, nada nos parece artificial e tudo se liga num todo absolutamente único. Também por isso ficaram na história do *cinema musical*, como algumas das suas sequências mais inesquecíveis, números tão excepcionalmente coreografados e encenados como o célebre *Singin' in the Rain* (com um insuperável Gene Kelly sapateando por entre dilúvios e goteiras) ou *Broadway Ballet* (um soberbo e moderno «pas-de-deux» por Cyd Charisse e o mesmo Gene Kelly) ou os prodígios de acrobacia de Donald O' Connor em *Make Them Laugh* ou, ainda, a alegria esfuziante do frenético trio O' Connor-Kelly-Debbie Reynolds em *Good Morning*. Enfim, uma obra-prima de Stanley Donen e Gene Kelly, que não nos cansamos de rever!



«Trono de Sangue», de Akira Kurosawa

Tempestade na Jamaica

(Domingo, 16.00, Quatro)

Uma bela *matinée* na *Quatro* cuja sobreposição a *Serenata à Chuva* pode ser resolvida com a ajuda do gravador. Trata-se de um argumento extremamente bem urdido - e bem posto em cena por um dos maiores representantes do cinema britânico, Alexander Mackendrick - que nos conta a história de um grupo de crianças que, tendo escapado a uma tempestade que destruiu a ilha onde viviam, são confrontados com um grupo de piratas que tomam conta do navio em que regressavam a Inglaterra para terem entregues aos cuidados de uma escola. Anthony Quinn, James Coburn e alguns dos miúdos formam um punhado de intérpretes de peso!

O Atentado (Domingo, 21.30, SIC)

Entre as alternativas que, face à esmagadora supremacia do cinema americano, sobretudo a RTP, mas também a SIC, têm apresentado nas últimas semanas, este *Atentado* tem o formato do clássico «thriller» político, construindo, numa narrativa seca e relativamente bem elaborada, o caso de assassinato de um líder progressista do Magreb que é mandado executar por um coronel no poder, sendo usados na conspiração (com o seu total desconhecimento) os *bons officios* de um amigo francês daquele líder político. Um filme cujos contornos se inspiram nos meandros de um outro sinistro caso político - o de Ben Bella.

Inimigas e Amantes, Uma História de Amor

(Segunda, 22.00, SIC)

A história do filme vem encontrar, em 1949, em Coney Island, um intelectual judeu que conseguira escapar aos nazis durante a II Grande Guerra e agora leva uma dupla vida amorosa, casado que é com a mulher que lhe dera a protecção naquele terrível período e aventurando-se, ao mesmo tempo, com uma mulher casada. Até que as coisas se complicam ainda mais quando surge em cena a sua antiga mulher, que se supunha morta... Um filme irónico e divertido, muito bem escrito, excelentemente representado, e realizado com grande subtilidade por Paul Mazursky.

O Clarim da Revolta (Terça, 21.35, Quatro)

Alguns dos jovens actores americanos revelados nos anos 80, como Timothy Hutton, Tom Cruise ou Sean Penn (este, na sua estreia), dão corpo a um grupo de jovens alunos de uma Academia Militar que se revoltam e pegam em armas contra a demissão de um oficial superior, director da Academia, indignados por essa decisão ter sido motivada por obscuras pressões alheias à própria instituição. As referências elogiosas a algumas qualidades do filme apontam, entretanto, reticências à sua frágil e desigual construção que faz com que a história «patine» e o trágico final seja por demais previsível.

Milionária por um Dia (Quarta, 15.00, Canal 1)

História deliciosa de uma velha miserável que mantém a filha (que apenas a conhece pelas cartas que dela recebe) na ilusão de que pertence a uma família aristocrata e que se vê subitamente na situação delicada de tudo ter de encenar quando aquela decide visitá-la para lhe apresentar a família do (também) aristocrata espanhol com quem vai casar... Uma situação que um *gangster* amigo e também o comissário da polícia vão ajudar a resolver, numa daquelas comoventes e impagáveis reviravoltas em que o cinema de Frank Capra é fértil.

Ninguém é Santo (Quarta, 21.55, Canal 1)

A quem atentar no título original deste filme - *We're no Angels* -, naturalmente que imediatamente virá à memória o título precisamente igual de um outro filme que, tal como este, se baseava na peça *La Cuisine des Anges*, uma comédia cujo argumento contava a história potencialmente divertida de três cadastrados fugidos da *Ilha do Diabo* e que vinham perturbar a pacatez de uma família francesa. Era um filme falhado de Michael Curtiz - *Veneno de Cobra* - que a SIC transmutou em Maio último. E parece que esta peça continua a atraí-los as melhores intenções de quem tenta adaptá-la ao cinema. Desta vez, é o excelente argumentista David Mamet que, também ele, não encontra o tom certo para esta nova adaptação com outras roupagens, com que o realizador Neil Jordan se estreou no cinema, e que, tal como acontecia com a anterior (com interpretações desajustadas de Bogart, Ustinov e Ray), também não traz melhor sorte a Robert De Niro ou Sean Penn.

A Harpa Birmanesa (Quarta, 23.10, TV 2)

Realizado por Kon Ichikawa e galardoado com o Prémio San Giorgio no Festival de Veneza de 1956, este filme é um dos que melhor transpõe para o *écran* todo o sofrimento e horror da guerra, ao contar a história de um soldado que se torna monge budista para se sacrificar pela memória de todos os soldados mortos na campanha japonesa da Birmânia, prestando-lhes as últimas homenagens ao dar-lhes sepultura condigna. Uma das obras mais poderosamente anti-bélicas que o cinema japonês nos deu e que retrata, com extrema sensibilidade, através de bellissimas imagens servidas por uma lancinante banda sonora, a tragédia japonesa durante a II Grande Guerra.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Cães Danados	★★★	-	★★★★
B Lua-de-Mel, Lua de Fel	★★	★★★★	★★★
C Uma Mulher entre Dois Homens	-	★★★	★★★
D Van Gogh	★★★★★	★★★★	★★★★
E Vida de Solteiro	★★	-	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Quantin Tarantino - *King Triplex/3* (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45) - Lisboa.
- B - Real. Roman Polanski - *Amoreiras/4* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) - Lisboa.
- C - Real. John McNaughton - *Amoreiras/1* (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15); *Mundial/1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); *Quarteto/3* (15.00, 17.00, 19.15, 22.00, 24.00) - Lisboa.
- D - Real. Maurice Pialat - *Nimas* (15.00, 18.15, 21.30, 00.15) - Lisboa.
- E - Real. Cameron Crowe - *Amoreiras/5* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Quarteto/1* (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) - Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **INOX TAKE 5**, de José Pedro Gomes.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.45. **A BODA (OS NOIVOS E OS CONVIDADOS)**, de Bertold Brecht, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

PALCO ORIENTAL

Lisboa, Calçada Duque de Lafões, 78. Tel. 8586997. **A BODA DOS PEQUENOS BURGUESES**, de Bertold Brecht, encenação de Pedro Wilson.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **7 PORTAS**, de Botho Strauss, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Comunicação

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encena-

ção de Fernando Gomes, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O PELICANO**, de Strindberg, encenação de Gastão Cruz, pelo Grupo Teatro Hoje.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Monte Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **ALTA VIGILÂNCIA**, de Jean Genet, encenação de Carlos Avilez.

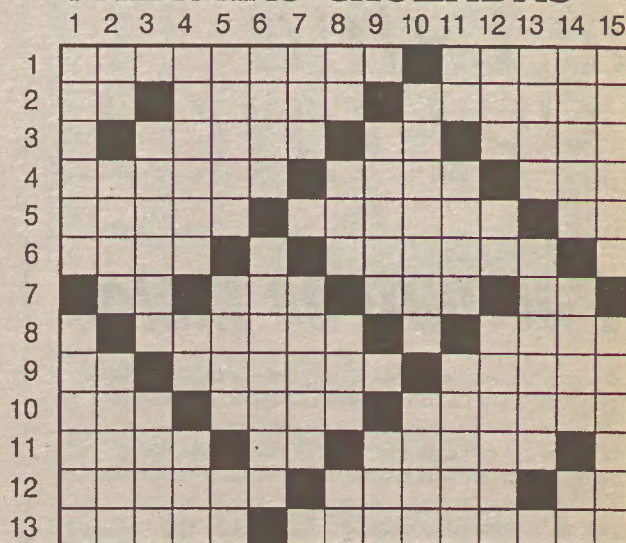
TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.15. **OTHELLO**, de Shakespeare, encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3427172. **Companhia Teatral do Chiado**: De 2ª a sáb. às Sáb. e dom. às 12.00. **AQUELA NUVEM E OUTRAS**, de Eugénio de Andrade, encenação de Mário Viegas

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Notável historiador e romancista português do séc. XIX; causa; 2 — alternativa; agasalho; sem falar; 3 — cita; aqui; amarram; 4 — amparo com barrotes; senhor; composição poética; 5 — ate de novo; discorria; art. espanhol; 6 — esfera; positivos; 7 — cont. prep. e art.; panela; um milhar; a mesma quantidade (farm.); 8 — cortês; chupa; 9 — letra grega; patrão da lancha; entes imaginários femininos que tinham poderes sobrenaturais; 10 — pedra de altar; passe para o outro dia; apanhara; 11 — irmão; estás; capital do Senegal; 12 — usam-se; conquistam; interj. de surpresa; 13 — grande sala; com sumo.

VERTICAIS: 1 — Poeta épico grego; acontecimentos comoventes; 2 — a primeira pessoa; estará; capela fora do povoado; 3 — terminou; azul; 4 — dívida; Rádio (simb.); agora; 5 — fértil; efeito; cont. prep. e art.; 6 — tanque de jardim; gabem-se; 7 — trabalho; publicações anuais; 8 — laço apertado; entregas; frg. do conc. de Oliv. do Bairro; tratamento familiar; 9 — unam com goma; dádiva; 10 — pássaro de plumagem amarela e canto melodioso; reputação; 11 — cânhamo da Índia; rédil; assentar; 12 — remoinho de água; ditongo nasal; espécie de paio; 13 — dou pancadas; cumprimentar; 14 — duração da vida; escrava de Abraão e mãe de Ismael; antiga nota musical; 15 — pequena lâmina; poria asas.

SOLUÇÃO DO N.º ANTERIOR

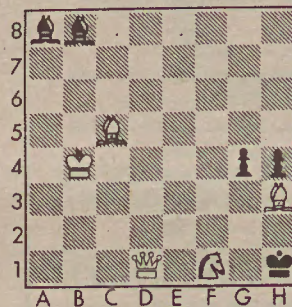
HORIZONTAIS: 1 — Íbis; neo; pão; Pb.; 2 — nós; rúm; fez; pró; 3 — catres; cãs; raia; 4 — mós; noz; talos; 5 — dor; moa; Timor; 6 — ias; foi; arrás; 7 — ao; feitorias; cá; 8 — torre; Obi; pe; 9 — canoa; amo; seu; 10 — moças; ela; cor; 11 — iras; ari; pobres; 12 — gás; ora; fim; até; 13 — al; tua; não; usas.

VERTICAIS: 1 — Inca; ião; miga; 2 — boa; dão; coral; 3 — istmos; taças; 4 — ror; fonas; 5 — rés; feros; ou; 6 — nus; moira; ara; 7 — em; noite; era; 8 — coa; ali; 9 — faz; aroma; fá; 10 — pés; tribo; pio; 11 — az; tírai; com; 12 — ramos; sob; 13 — Palos; perras; 14 — prior; céu; eta; 15 — boas; paz; ases.

XADREZ

CDXV - 17 de Junho de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993X047
Por: ERICH ANSELM BRUNNER
Deutsche W. Schach, 1914

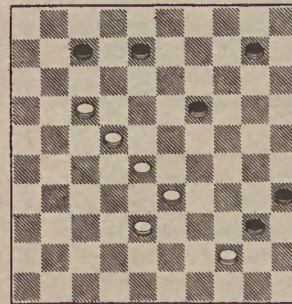
Pr.: [5]: Ps.g4, h4-Bs.a8, b8-Rh1
Br.: [5]: Cf1-Bs.c5, h3-Dd1-Rb4



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X048
Por: D. PIKHUROV
Krasnoye Znamya, 1971

Pr.: [5]: Ps.a3, b7, c5-Cb8-Rf6
Br.: [4]: Ps.a6, f2, h4-Ré8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXV

N.º 1993X047 [E.A.B.]: 1. Dd4! [Ameaça: 2. Dg1++]; 1. ..., Bg2; 2. Da1, Bg2; 3. Cg3++

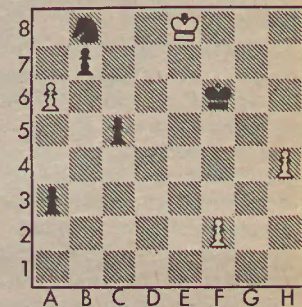
N.º 1993x048 [D.P.]: 1. a7, Ca6; 2. Rd7, a2; 3. a8=D, Rg7; 4. Ré7, a1=D; 5. Df8+, Rg6; 6. Df7+, Rh6; 7. Df4+, Rh7; 8. Df5+, Rh8; 9. Dh5+, Rg7; 10. Dg5+, Rh7; 11. Rf8, Dh8+; 12. Rf7 e ganham

A. de M.M.

DAMAS

CDXV - 17 de Junho de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993D047
Por: G. L. GORTMANS
- 1935

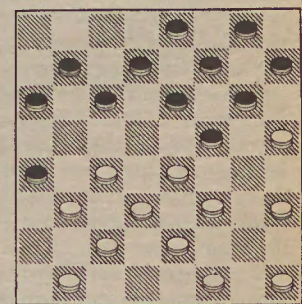
Pr.: [6]: 7-8-10-19-35-40
Br.: [6]: 17-22-28-33-38-44



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D048
GOLPE N.º 23/93
Por: Joaquim Nicolau - Lisboa, 1946

1. 10-14, 22-18; 2. 12-15, 23-20; 3. 6-10, 28-23; 4. 10-13, 27-22; 5. 13-17, 31-27; 6. 8-12, 20-16; 7. 3-7, 32-28; 8. 5-10 DIAGRAMA:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXV

N.º 1993D047 [G.L.G.]: 1. 17-12, (7x27); 2. 33-29, (40x49=D); 3. 29-23 (49x32); 4. 23x5=D+

N.º 1993D048 [J.N.]: 8. ..., 22-19; 9. 15-31=D, 18-13; 10. 9-18, (30-27); 11. 31-22, 26-19; 12. 17-26, 29-13; 13. 10-17, 19-3=D+

A. de M.M.

Tempo

Continuação do calor. Neblina e nevoeiros matinais com tendência para descida da temperatura, em especial no litoral.



a talhe de FOICE

Por outros meios

O que se passou e se passa com a política de saúde dos governos Cavaco Silva constitui, só por si, um retrato de corpo inteiro do universo de concepções sobre o Homem e a vida que enformam a política do PSD. Já directamente no período de vigência do cavaquismo, começamos com o que acabou por ser um caso de polícia e tribunal: a abertura do Hospital de S. Francisco Xavier que conduziu Costa Freire ao banco dos réus na Boa Hora. Mas não se pode esquecer que, se todo o problema acabou em polícia e tribunal, ele começa por ser e continua a ser sobretudo um caso de política.

É um dado adquirido que tudo começa porque a ministra Leonor Beleza recebe a incumbência política, ditada pelas necessidades de propaganda eleitoral, de abrir S. Francisco Xavier a qualquer preço antes das eleições. É óbvio que a decisão de construir e abrir um hospital é sempre uma decisão de ordem política, mas, além dessa, temos aqui outra vertente igualmente política: a precipitação de abrir as portas de S. Francisco Xavier não decorreu do que legitimamente deve presidir a uma política de saúde - os interesses dos cidadãos - mas tão só o facto de haver umas eleições à porta e de o Governo querer apresentar o novo hospital como trunfo eleitoral. Não se tratou de uma questão de política de saúde: tratou-se de uma questão de política eleitoralista.

Tais factos, que não são contestados por ninguém (e muito menos pelos réus, que neles até encontram justificativas para os crimes de que vão acusados!), revelam antes de mais nada uma visão instrumentalizadora dos problemas de saúde por parte do cavaquismo. O cavaquismo reconhece a importância para as populações das questões sanitárias e assistenciais, mas acima de tudo a partir de uma óptica dos seus próprios interesses de sobrevivência eleitoral. Isto já seria por si significativo, mas há mais: o cavaquismo não hesita em atropelar toda a casta de princípios, da clareza e correcção da gestão dos dinheiros públicos até ao próprio rigor técnico e clínico liminarmente exigível nesta área, para atingir objectivos eleitorais. Tratava-se de abrir S. Francisco Xavier custasse o que custasse, e este custar não era para ter a tradicional expressão em esforço e empenhamento, mas em puros cifrões. Abriu-se - e custou muito... dinheiro! No fundo, os réus até têm alguma razão: limitaram-se a pôr em prática uma política que lhes foi ditada...

E não deixa de ser significativo que um dos eixos de toda a vigarice seja uma campanha... de publicidade! Custasse o que custasse...

Mas, após esta vergonha, temos agora as mortes da hemodiálise do hospital de Évora e o caso das «vacas loucas».

O Ministério da Saúde cavaquista produziu um relatório sobre Évora que conseguiu uma situação rara no nosso País: todos o criticam e contestam e só o ministro o defende! Que as conclusões do inquérito têm por trás motivações de ordem política é de uma transparência verdadeiramente cristalina, mas, note-se, o problema não é unicamente o desvelo com que se pretende defender um quadro político do PSD, o presidente do Conselho de Gestão, candidato cavaquista nas próximas autárquicas. O essencial da questão é os custos de uma política que passou a entregar a gestão de equipamentos hospitalares a «gestores» que tudo ignoram sobre saúde, mas que o Governo considera credenciados por saberem... ganhar dinheiro!

Uma vez mais, para o PSD, política de saúde é questão de cifrões.

Finalmente, refira-se as «vacas loucas». Conhece-se igualmente o cerne do problema: a autorização para ser importado e consumido em Portugal gado considerado perigoso para a saúde e impróprio para consumo na Grã-Bretanha. Ninguém à face da Terra tem dúvidas de que aquilo que é perigoso para um inglês é igualmente para um português, um malaio ou um guatemalteco. O problema, para o PSD, é outro: é que proibir a importação das «vacas loucas» poderia ser bom para a saúde, mas seria péssimo para os negócios. Entre a saúde e os negócios, o cavaquismo não hesita. O que em tudo isto está em jogo é o que de mais essencial, o que de mais vital os cidadãos de qualquer país possuem: a sua própria vida, a sua própria saúde. Mas, claramente, o homem não é o princípio da política cavaquista.

Para o PSD, a política é apenas a continuação dos negócios - por outros meios. Os meios de imaginada impunidade que o poder conferiria.

Felizmente, há tribunais. Mas o problema é que os tribunais castigam os crimes. Na política, o que os evita são as eleições. E a saúde dos portugueses, a sua vida, exige a medida profiláctica de afastar estes negociantes ansiosos de cifrões do exercício do poder político.

■ RC

Governo quer dar águas aos privados PCP denuncia ameaça aos municípios e aos cidadãos

A discussão agendada para ontem na Assembleia da República de uma proposta de lei apresentada pelo Governo que visa alterar a Lei de Delimitação dos Sectores, abrindo ao capital privado a gestão e exploração dos sistemas de água de abastecimento, dos sistemas de águas residuais e dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos, actividades até agora da competência das autarquias locais, motivou, na véspera, uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP onde se comenta também a elaboração pelo Governo de um projecto de diploma — que submeteu a parecer de várias entidades e que, segundo o PCP, «permite uma melhor compreensão dos seus objectivos — que pretende alterar o enquadramento jurídico-administrativo dos sistemas atrás referidos. Na referida nota, afirma-se:

«No essencial, o que o Governo pretende, é colocar a exploração e gestão dos sistemas de saneamento básico mais importantes do país (na sua óptica os mais rentáveis) nas mãos do Estado (que ficaria inclusive proprietário do respectivo património) para em seguida, e logo que recebidos os vultuosos subsídios comunitários que espera obter do Fundo de Coesão para entidades de natureza pública, os entregar, por concessão, nas mãos de empresas privadas com participação dos grandes grupos multinacionais. E pretende poder fazê-lo sem necessitar sequer de parecer favorável dos municípios envolvidos. Trata-se de mais um passo na escalada de privatizações e de sacrifício do serviço público e de uma grande ameaça às competências municipais e ao interesse dos cidadãos que urge denunciar e combater».

Mais adiante, a referida nota diz que «ao mesmo tempo, o Governo elaborou diplomas

referentes ao regime de licenciamento da utilização do domínio hídrico, ao regime económico e financeiro da utilização deste e ao planeamento de recursos hídricos.

«No essencial, o conjunto de diplomas aponta para um modelo de gestão extremamente governamentalizado, centralizado e não participado.

«Contrariando a Lei de Bases do Ambiente e a doutrina e o consenso internacional estabelecidos sobre tal matéria, e ignorando até, as conclusões da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento realizada, no ano passado no Rio de Janeiro, o Governo não aponta para a bacia hidrográfica como unidade de gestão dos recursos hídricos.

«Os vultuosos fluxos financeiros que serão gerados pela prevista aplicação dos princípios «utente-pagador» e «poluidor-pagador» passarão também a ser geridos apenas pelo Governo, sem qualquer participação dos municípios e

dos utilizadores da água, que serão os grandes contribuintes do futuro regime financeiro.

«Quanto ao sistema de planeamento previsto refere-se, por significativo, que os previstos planos de bacia hidrográfica não contemplariam sequer os problemas de qualidade da água.

«O regime de licenciamento proposto pelo Governo aponta para que mesmo utilizações da água para uso comum (como, por exemplo a extracção de água de um poço para uso doméstico, ou para dar de beber a algumas aves de criação) sejam sujeitas a um processo de licenciamento e ao pagamento ao Estado de uma taxa de utilização».

Finalmente, a concluir, afirma-se que «o PCP defende

uma estrutura de gestão de recursos hídricos, descentralizada, participada e com funcionamento democrático, assente em administrações de bacia hidrográfica, que contem nos órgãos executivos com a presença de representantes da administração central, das autarquias locais e dos utilizadores.

«O PCP não pode deixar de chamar a atenção para a total incapacidade que o Governo vem revelando para a elaboração de uma «Lei de Águas» que dê consistência e unidade ao ordenamento jurídico do sector. O Governo de Cavaco Silva continua a privilegiar a publicação de legislação avulsa, contraditória e tecnicamente mal elaborada».

«Vacac loucas» PCP contesta PSD

Distanciando-se das conclusões do relatório elaborado na sequência da audição parlamentar para apurar da existência no nosso País das chamadas «vacac loucas» - as quais, de acordo com o relator do PSD, negam a existência da doença em Portugal -, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou terça-feira, na reunião da Comissão de Agricultura, uma proposta de texto alternativo.

Para a formação comunista, o projecto de relatório apresentado pelo deputado António Morgado (PSD) «não corresponde ao que se passou na audição», e as suas conclusões «são políticas».

Subscrito pelo deputado Lino de Carvalho, o texto apresentado à Comissão sublinha que de acordo com a sintomatologia, o exame clínico, e principalmente o exame feito no LNIV, «foi diagnosticada a existência de encefalopatia espongiforme dos bovinos (BSE) em quatro casos em Portugal».

Dividida em 14 pontos, a proposta de conclusões apresentada pelo formação comunista salienta que o exame feito, na opinião dos técnicos veterinários que acompanharam o caso, «é suficiente para a determinação da doença».

Depois de referir que todas as entidades ouvidas concordam na existência de «probabilidades estatísticas da doença ter existido ou existir em Portugal, em animais importados do Reino Unido», o documento subscrito pelo deputado comunista chama a atenção para o facto de o então director-geral de Pecuária, a quem foram entregues os diagnósticos feitos no LNIV, ter «pedido sigilo» em relação aos mesmos, fazendo ainda notar que durante quatro anos a Autoridade Sanitária Nacional, apesar das dúvidas que lhe suscitavam os diagnósticos em seu poder, «não desencadeou nem fez desencadear nenhuma iniciativa, designadamente a realização dos exames complementares de diagnóstico».

Noutro passo, o documento recomenda ao Governo que todos os «animais importados de Inglaterra sejam colocados em regime de vigilância sanitária», tendo Lino de Carvalho defendido ainda a «máxima prudência», de modo a não criar alarmismo na população a propósito do caso.

PCP interpela Governo dia 23 Degradação da democracia no centro do debate

É já na próxima quarta-feira (dia 23) a interpelação ao Governo sobre o estado das liberdades e da democracia em Portugal. Agendado por iniciativa do PCP, no centro do debate estarão designadamente os aspectos relacionados com o processo de acentuada degradação da democracia decorrentes da política governamental, alguns dos quais são particularmente notórios na falta de transparência da vida política e na crescente desprotecção dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e dos cidadãos em geral.

Na opinião da bancada comunista - e estas são algumas das questões concretas com que vão confrontar o Executivo -, esta degradação tem sido patente nos planos social e cultural (vejam-se os casos do direito à saúde ou do direito ao ensino), mas muito particularmente

no domínio da democracia política, nas suas mais variadas componentes.

Dai também a oportunidade deste debate, no decorrer do qual não deixarão de estar em foco, por exemplo, os ataques à liberdade de informação ou a crescente policiação da vida nacional, ilustrada neste último caso pelas actividades ilegais dos Serviços de Informações, que ameaçam crescentemente os direitos e garantias dos cidadãos.

Alvo de atenção será ainda seguramente o testemunho das orientações que presidem à acção do Executivo - o clima geral de intimidação sobre activistas sindicais e de comissões de trabalhadores e o cerceamento de direitos, visível na aplicação das alterações à Lei da Greve, com tentativa de esvaziamento deste direito fundamental.

Grandes debates Os dinheiros da droga

O branqueamento de capitais provenientes do tráfico ilícito de estupefacientes foi o tema de um seminário organizado por deputados do PCP no PE e pelo Grupo de Trabalho do PCP para as questões da Toxicodpendência e Narcotráfico em iniciativa realizada ontem, no Centro Jean Monnet, em Lisboa, à qual aderiram e participaram em significativo número destacados técnicos desta área de trabalho. O seminário surge num momento em que em Portugal está em fase de produção legislação a este respeito e se discute a implementação da directiva do Conselho das Comunidades Europeias de 10 de Junho de 1991, relativa à utilização do sistema financeiro para efeitos do branqueamento de capitais.

No mesmo local, na véspera, a Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP e o Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu promoveram um debate sobre o «Financiamento da I&DE em Portugal».

Em discussão esteve a evolução real dos financiamentos da Investigação e Desenvolvimento nos últimos anos, os critérios e a transparência da sua distribuição, os resultados da aplicação e a sua tradução num real progresso. Na iniciativa esteve o eurodeputado comunista e Presidente do Grupo Coligação de Esquerda do PE, Joaquim Miranda.